

PATRÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA

**COESÃO SOCIAL, EFICÁCIA COLETIVA E CRIMINALIDADE: O
CASO DE SANTO AMARO**

Recife

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
MESTRADO ACADÊMICO**

PATRÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA

**COESÃO SOCIAL, EFICÁCIA COLETIVA E CRIMINALIDADE: O
CASO DE SANTO AMARO**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior.

Linha de pesquisa: Organizações, Espacialidade e Sociabilidade.

Recife

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

O48c Oliveira, Patrícia Correia de.
Coesão social, eficácia coletiva e criminalidade : o caso de Santo Amaro /
Patrícia Correia de Oliveira. – 2016.
108 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2016.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Crime. 3. Violência – Aspectos morais e éticos. 4. Violência
- Prevenção. 5. Participação social. 6. Recife (PE). Ratton Júnior, José Luiz de
Amorim (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-68)

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, NO DIA 15 DE MARÇO DE 2016.

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezesseis (2016), às 14:30 horas, na sala de defesa de teses do 3º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Dissertação intitulada “**Coesão Social, Eficácia Coletiva e Criminalidade: o caso de Santo Amaro**” da aluna **PATRÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA**, na área de concentração mudança social, sob a orientação do Prof. José Luiz de Amorim Ratton Júnior. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRA em Sociologia. A Banca Examinadora foi indicada pelo Colegiado do programa de pós-graduação em 18 de dezembro de 2015, na sua décima segunda Reunião ordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.012407/2016-77 em 02/03/2016, composta pelos Professores: **Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior** (Orientador), do Departamento de Sociologia da UFPE; **Dr. Josimar Jorge Ventura de Moraes** (Presidente/Titular interno), do Departamento de Sociologia da UFPE e **Dra. Marcela Zamboni Lucena** (Titular externa), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção **Aprovado** da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretária de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 15 de Março de 2016.

Karine Mendes da Silva
Secretária do Programa de
Pós-graduação em Sociologia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior

Prof. Dr. Josimar Jorge Ventura de Moraes

Profª Drª Marcela Zamboni Lucena

AGRADECIMENTOS

Agradecer, por vezes, se torna uma das tarefas mais injusta a se fazer. É um momento que, quase sempre, esquecemos pessoas que são ou foram importantes para a consolidação e conclusão de um trabalho acadêmico. Agradecer, realmente não é fácil. Sendo assim, inicialmente quero agradecer a todos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram no andamento e conclusão desse trabalho. As boas energias, as mensagens de carinho, as ligações telefônicas de incentivo e preocupação foram fundamentais nos momentos em que pensei que todos os prazos iam se esgotar ou nos momentos em que a trajetória desse empreendimento ficou muito mais que cansativa. Com medo de cometer injustiças, não nomearei as pessoas com quem compartilhei momentos de entusiasmo, de empolgação, de medo, de insegurança durante os anos de minha formação neste mestrado, pessoas que desde o curso de Licenciatura em Ciências Sociais até aqui, se tornaram referência de amizade e companheirismo. A vocês, amigos e amigas, meus sinceros agradecimentos.

Quero registrar aqui um agradecimento especial ao meu orientador, Professor José Luiz Ratton de Amorim Júnior, pela orientação neste trabalho. Agradeço principalmente pela paciência e compreensão com relação aos meus atropelos pessoais, pelo incentivo e por acreditar em minha capacidade acadêmica e profissional. Incentivo que se iniciou desde minha chegada ao NEPS/UFPE, em 2008. Meus sinceros agradecimentos. Aproveito e deixo aqui o meu agradecimento a todos (as) do NEPS, espaço rico de debates e desenvolvimento de pesquisas, algumas das quais tive o imenso prazer em participar.

Agradeço também ao CNPq por viabilizar a execução dessa pesquisa através da concessão da bolsa de estudos ao longo dos dois anos de mestrado. E ao corpo docente, professores e professoras que fazem parte do PPPGS/UFPE, principalmente àqueles com quem tive o prazer de estudar durante estes dois anos. Agradeço à secretaria do PPGS pelo apoio, atenção e agilidade em resolver nossas pendências acadêmicas. Agradeço imensamente aos grandes amigos e amigos que fiz durante o desenrolar do curso de mestrado, pelas palavras de incentivos e pelas trocas e debates fecundos dentro e fora dos muros do CFCH, obrigada turma.

Agradeço à professora Marcela Zamboni Lucena (UFPB) e ao professor Josimar Jorge Ventura de Moraes, por aceitarem participar da banca examinadora. Obrigada pela leitura e sugestões.

Quero agradecer também as tias Denise e Arimar por sempre estarem presentes física e simbolicamente me apoiando em minha trajetória profissional e acadêmica. Obrigada, meninas. Agradeço a Walter David, pela amizade, carinho e compreensão pelas horas que passava em frente ao computador e que nas horas de desespero sempre tinha um abraço carinhoso para me confortar, obrigada.

Por fim, quero agradecer as pessoas mais importantes de minha vida: a minha mãe Rejane, as minhas irmãs Estelita e Alessandra, ao meu irmão Felipe e aos meus sobrinhos Gustavo, Izabelly e Vinícius. A vocês que sempre estão ao meu lado, em minhas longas e tortas caminhadas e que sempre se mostraram confiantes até mesmo durante as minhas quedas. Foi única e exclusivamente com o apoio de vocês, ou por vocês, que sempre consigo levantar e seguir caminhando. Obrigada a vocês que tanto amo.

Choveu
e há lama em Santo Amaro
nas ruas
nas casas
vós contornais
eu não
a mim a lama não suja
em mim há lama não suja
eu sou a lama das chuvas
que caem em Santo Amaro
Vosso Scotch
pode me sujar por dentro
cachaça não
vosso perfume
pode me sujar por fora
suor nunca
porque sou suor
a cachaça e a lama
das chuvas que caem
em Santo Amaro das Salinas.
(Erickson Luna)

OLIVEIRA, Patrícia Correia de. **Coesão Social, Eficácia Coletiva e Criminalidade: o caso de Santo Amaro**. 2016. Recife, PE. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar quais são os recursos utilizados pelos diversos atores e atrizes sociais, moradores ou não, do território da João de Barros, localizado no bairro de Santo Amaro, Recife, Pernambuco, para acessar mecanismos de prevenção e controle da criminalidade e da violência no local que não passam necessariamente pelo crivo do Estado como, por exemplo, a atuação das polícias. Procurando assim identificar quais são as possibilidades e impossibilidades de conversão da 'Coesão Social' percebida através das diversas melhorias estruturais do território em uma 'Eficácia Coletiva', ou seja, a consolidação ou não de mecanismos primários de controle do comportamento indesejado, dentre eles a prática de crime e de violência no local. Para alcançar tais objetivos foi realizada uma pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica, cujas idas ao campo geraram registros de campo que foram transcritos e incorporados ao longo de todo o trabalho, seja através das falas dos interlocutores, seja pelos relatos do que vi, ouvi e senti durante o campo. Além disso, foram realizadas 15 entrevistas em profundidade gravadas e transcritas, cujas informações foram analisadas e discutidas nessa dissertação. A análise dos dados possibilitou compreender que a coesão social percebida, assim como, os fortes laços de solidariedade e os de confiança não conseguem se reverter em mecanismos primários de controle informal do comportamento indesejado, principalmente, quando tais agentes fazem parte das mesmas redes de vizinhança e parentesco dos demais moradores, ou seja, são nascidos e criados no bairro, filho (a), esposo (a), tio (a), sobrinho (a), dos demais moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Crime; Violência; Tráfico de drogas; Coesão social; Eficácia coletiva.

OLIVEIRA, Patrícia Correia de. **Coesão Social, Eficácia Coletiva e Criminalidade: o caso de Santo Amaro**. 2016. Recife, PE. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco.

ABSTRACT

This the dissertation has as main objective analyze which are the used resources by several social actors and actresses, moderators or not, of the territory of João de Barros, localized in the district of Santo Amaro, Recife, Pernambuco, to access mechanism of prevention and control of criminality and the local violence that not pass necessarily through the sieve of the State as, for example, tha actuation of cops. Looking so identify which are the possibilities and impossibilities of conversion of the 'Social Cohesion' perceived through the several structural improvements of the territory in a 'Collective efficacy', that is, the consolidation or not of primary mechanism of control of unwanted behavior, among them, the practice of crime and the violence in the local. To reach such objectives was realized a qualitative research, of ethnography inspiration, whose visits to the field they generated field records that was transcribed and incorporated along the work, either by the speech of interlocutors, either by the reports that i saw, heard and felt during the field. As well as, were also realized 15 interviews in deep recorded and transcribed, whose information was analyzed and discussed in this dissertation. The analyze of data enabled to understand that the perceived social cohesion, as well as, the strong laces of solidarity and the confidence can not reverse in primary mechanisms of informal control of unwanted behavior, mostly, when such agents are doing part of this same neighborhood networks and kinship of the other residents, that is, they are born and raised in the district, son/daughter, wife/husband, uncle/aunt, nephew/niece etc. of the other residents.

KEY WORDS: Crime; Violence; Drug Traffic; Social Cohesion; Collective Efficacy.

LISTA DE GRÁFICO, FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Localização áreas ZEIS - Santo Amaro, Recife/PE.....	24
Figura 2 - Localização Santo Amaro na cidade do Recife	25
Tabela 1. Número Total de Residentes por Faixa Etária Santo Amaro/2010.....	26
Figura 3 - Duas das quatro entradas do "Muro da Vergonha". Vila dos Casados e Ilha Santa Terezinha, Santo Amaro - Recife/PE	32
Figura 4 - Modelo Estendido da TDS proposto por Sampson e Groves	51
Figura 5 - Esquema Explicativo Tipos Consumidores x Tipos de Drogas.....	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. SANTO AMARO DAS SALINAS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E SOCIODEMOGRÁFICA	17
O Território da João de Barros: memória e contextualização sociodemográfica.....	27
O Muro da Vergonha e a Segregação do Espaço: marcos físicos e simbólicos de delimitações entre o Santo e o Amaro	29
Do Acesso à Cidade ao Mercado de Drogas: os usos e sentidos das vias que cortam o bairro	33
3. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA: O EFEITO VIZINHANÇA NA DIFERENCIAÇÃO DAS TAXAS DE CRIME E DE VIOLÊNCIA EM COMUNIDADES URBANAS	39
Contexto Empírico: crime e violência em pauta na cidade do Recife	41
Contexto Metodológico: atividades de campo em um território de tráfico	44
Teoria da Eficácia Coletiva	499
4. NARRATIVAS SOBRE VIZINHANÇA, VIOLÊNCIA E VIVÊNCIA EM UM TERRITÓRIO DE TRÁFICO DE DROGAS	58
Santo Amaro Configuração Ambiental: desorganização física e social.....	58
Vivências em um Território de Tráfico de Drogas.....	66
A relação entre os vendedores de drogas ilícitas, moradores e funcionamento da creche na comunidade.....	75
Entre o para-brisa, o palco e o tráfico: trajetórias de ex vendedores de drogas no local.....	81
Sentimento de Confiança e Valores Comuns Compartilhados: em que nível opera o os mecanismo informais de prevenção da violência?	85
O Papel da Polícia na Prevenção da Violência Local.....	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação procuro analisar quais são os recursos utilizados pelos diversos atores e atrizes sociais, moradores ou não, do território da João de Barros, localizado no bairro de Santo Amaro, Recife, Pernambuco, para acessar mecanismos de prevenção e controle da criminalidade e da violência no local. Procuro assim identificar quais são as possibilidades ou impossibilidades de conversão da ‘Coesão Social’ percebida através das diversas melhorias no território, em uma ‘Eficácia Coletiva’, ou seja, a consolidação ou não de mecanismos primários de controle do comportamento indesejado, dentre eles a prática de crime e de violência no local.

No ano de 2006 tive meu primeiro contato com o bairro de Santo Amaro, a partir das atividades de campo do estágio que passei a desenvolver em junho daquele ano no *Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP/PE)*, especificamente, no *Programa de Educação para a Cidadania*. O Programa tem por objetivo ser uma ferramenta de reforço à participação comunitária juvenil e adulta, nos espaços de decisões e deliberações de políticas públicas como, por exemplo, as diversas conferências que acontecem nos três níveis de governo: municipal, estadual e federal. Para tanto, as atividades atribuídas às estagiárias consistiam basicamente, dentre outras atribuições, nas mobilizações de grupos juvenis para a participação das *Oficinas Pedagógicas* e mobilizações de grupos de adultos para a participação dos *Fóruns Comunitários de Prevenção à Violência*.

No entanto, nenhum dos dois espaços excluía outras faixas etárias, ou seja, era muito comum a participação de adolescentes e adultos nas atividades das *Oficinas Pedagógicas*, assim como, também era comum e muito mais expressiva a participação juvenil nas atividades dos *Fóruns Comunitários*. Todos os dois espaços foram de grande aprendizado pessoal e profissional, eram momentos riquíssimos de diálogos e de agendas de ações educativas para a construção de uma cultura cidadã e participativa, em meio a uma realidade de incerteza, fortemente marcada pela insegurança, a instabilidade e a violência que perduram naquele bairro até hoje.

As atividades desenvolvidas nas *Oficinas Pedagógicas* eram as que mais me chamavam a atenção e me despertavam grande interesse por histórias de vidas tão próximas a minha realidade, por ser também moradora de um bairro pobre e violento da cidade do Recife. E no bairro de Santo Amaro, as *Oficinas* aconteciam aos sábados, pela manhã, no salão da

Escola Municipal Sede da Sabedoria, na Ilha de Santa Terezinha. Com temas voltados para a sexualidade, identidade racial, orientação sexual, direito à educação, direito ao esporte e ao lazer dentre outros. O momento das *Oficinas* era um espaço de aprofundamento e discussão sobre as diversas violações veladas ou explícitas aos direitos fundamentais desses jovens, principalmente, o local de moradia, a cor da pele, a orientação sexual, as condições precárias de escolarização e ensino ou até mesmo a falta de espaços para a prática de esporte e lazer. Em meio a tantos desafios, geralmente, os relatos e as narrativas apontavam para trajetórias e vivências com expressões de violência muito mais explícita e corriqueira, perpetradas principalmente pela atuação da polícia e pelas redes de tráfico no local. Em relação à polícia, era sempre muito comum, nas manhãs de sábado observar uma viatura, em alta velocidade, com quatro policiais deixando amostra pela janela da viatura armas de grosso calibre como fuzis ou submetralhadoras. Tais relatos eram quase em tom de sussurros, em tom confidencial, já que o medo de ser vitimizado era e é ainda muito grande.

Hoje, refletindo sobre os momentos vividos nas ‘Oficinas’, isso me remete um pouco aos ‘coletivos de confiança’, estabelecidos a partir dos grupos focais em uma pesquisa coordenada por Machado da Silva e Márcia Pereira Leite, onde tais encontros se davam fora do local de moradia dos participantes e o recrutamento se dava ‘*a partir de um relacionamento anterior dos participantes com algum dos pesquisadores, capaz de, [...] gerar alguma confiança prévia. Pensada com vistas a minimizar os prováveis efeitos de uma ‘lei do silêncio’.*’ (2007, p. 545). No entanto, dois fatores distanciam e aproximam as ‘Oficinas’ dos ‘coletivos de confiança’ de Machado da Silva & Leite: 1) um fator que as distanciam é o local onde tais atividades ocorreram, no caso das oficinas ocorriam dentro da comunidade, no espaço da escola, que muitas vezes era cuidado por moradores da localidade; e 2) o fator que as aproximam é que tais relatos e narrativas só ocorriam por conta dos laços de confiança estabelecidos entre os participantes, a equipe do Programa de Educação e os facilitadores dos encontros. Esse comparativo não tem por objetivo estabelecer uma crítica, mas sim, reforçar que a necessidade de narrar às experiências vividas em espaços de grande produção de violência e crime, acaba superando o medo e a insegurança quando há a oportunidade (grupos focais/ oficinas pedagógicas) e quando laços de confiança são estabelecidos entre moradores de tais localidades e agentes externos a elas. Tais laços em Santo Amaro foram estabelecidos também a partir das mobilizações ‘em área’, onde fazíamos visitas frequentes aos jovens para mobilizarmos o maior número possível de participantes, além de várias ligações semanais e encontros em outros espaços da cidade.

Dessa maneira, a partir de então, Santo Amaro virou campo de diversas atividades acadêmicas e de pesquisas com idas e vindas esporádicas ao longo de quase uma década. Muitas mudanças foram percebidas ao longo desse período, pois os adolescentes agora são adultos, pais, trabalhadores, estudantes e, alguns, multiplicadores dos conteúdos apreendidos durante as *Oficinas Pedagógicas*. Muitos até hoje me ajudam nas mobilizações e seleções de atores e atrizes para algumas das diversas pesquisas em que desenvolvi no bairro. A mudança também foi estrutural: ruas foram calçadas, surgiram mais casas de alvenaria, creches e escolas, o ‘muro da vergonha’¹ ganhou entradas de ventilação, mesmo assim ainda é uma construção que causa constrangimento e revolta para parte dos moradores. A maioria dessas conquistas surgiu das lutas de seus moradores e lideranças locais internas e externas.

No entanto, algumas coisas ainda perduram, uma delas é a forte presença das atividades relacionadas ao comércio varejista de drogas ilícitas, através das redes de tráfico que estão diretamente ligadas à produção da violência local e que por vezes acaba sendo letal, assim como, a truculência da atuação policial no local aos olhos de todos e a qualquer hora do dia. Durante as atividades de campo para esta pesquisa, pude ver a atuação tanto da polícia quanto do comércio de drogas no local. Em relação à atuação policial, algumas ações me chamaram a atenção quando, por exemplo, presenciei a atuação da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM) no local. Tal atuação ocorreu em uma madrugada, por volta das 2h30 da manhã, quando eu participava de um momento de lazer na João de Barros. Nas noites de quintas e sextas-feiras é comum parte dos moradores se reunirem na Praça da Academia da Cidade para tomarem cervejas, ouvirem músicas, comerem espetinhos, etc. Durante a abordagem os policiais da ROCAM deixaram uma jovem que aparentava ter mais de 20 anos de idade, por cerca de 40 minutos com os braços levantados por trás da cabeça enquanto se reversam aos gritos e com armas em punho dizendo-lhe que a levaria presa por quebra de condicional².

Nesse sentido, esta dissertação está inserida em uma abordagem sobre o crime e a violência, e tem como objetivo não só compreender as suas causas, mais também, analisar quais são as repostas para tais fenômenos. Ou seja, analisar como em algumas comunidades, os laços de confiança e a presença de coesão social, acabam levando a mecanismos de auto

¹ O ‘muro da vergonha’, é uma construção de quase três metros de altura que separa as comunidades da Ilha de Santa Terizinha e Beco dos Casados do Shopping Tacaruna, tema que será abordado na subseção 2.1 desta dissertação.

² A jovem em questão tinha sido liberada do presídio fazia alguns meses. Não consegui saber o motivo da prisão, depois de passar 40 minutos em pé e com os braços levantados foi liberada pelos policiais e seguiu para sua residência

regulação que não passam necessariamente pelo crivo do Estado, como por exemplo, a ação das polícias.

Dentro dessa perspectiva, adota-se aqui como lente teórica a “Teoria da Eficácia Coletiva” (SAMPSON et al. 1989; 1996; 1997; 2002; 2012), tributária direta das abordagens ecológicas do crime, desenvolvidas pela Escola de Chicago, a partir dos anos de 1920, principalmente, a “Teoria da Desorganização Social” desenvolvida por Shaw e Mackay (1942). Em linhas gerais, a “Eficácia Coletiva” é definida como um complexo sistema formado pela coesão social existente entre os vizinhos, combinadas com a confiança e a vontade de intervir em nome do bem comum, neste caso se ver livres das práticas criminosas e violentas. Assim sendo, quanto maior for a adesão aos valores comuns (coesão social) mais eficazes serão os mecanismos de controles informais, impactando diretamente na diferenciação das taxas de crime e violência em uma determinada vizinhança.

No entanto, segundo os autores, em áreas urbanas que apresentam uma forte concentração de desvantagens sociais, caso que se observa na João de Barros, assim como, nas demais áreas pobres de Santo Amaro, tais desvantagens levariam ao esgotamento de instituições formais e informais de socialização e controle, tais como, a família, a escola, a igreja, associações comunitárias (ZILLI, 2004, p. 13). Isso tudo, agravado pelo acelerado e conturbado processo de urbanização, característico das grandes metrópoles contemporâneas. Na prática, observou-se que na João de Barros, as desvantagens sociais, agravadas pela condição de ser este um território localizado no centro da cidade, marcado pela segregação sociogeográfica e estigmatização de seus residentes, não interferiu negativamente nos laços de confiança e solidariedade que, conseqüentemente, levam a uma expressiva “Coesão Social”, percebida, através de ganhos estruturais para o território como um todo. No entanto, tal coesão, não se efetiva em uma “Eficácia Coletiva”, lavando-se em conta as altas taxas de criminalidade violenta na João de Barros e demais áreas pobres de Santo Amaro, produzidas principalmente pelas redes de tráfico que lá atuam.

É neste sentido que Santo Amaro e mais especificamente a João de Barros apresentam-se como espaços típico-ideais desse fenômeno. Onde por décadas, figuram-se como um dos mais violentos da cidade e apresentando um intenso comércio de drogas ilícitas, o qual está diretamente relacionado à produção da violência local (FIALHO et al., 2015; SILVA, 2014; SANTOS, 2013; CUSTÓDIO, 2012; DA SILVA et al, 2011; SALDANHA, 2010). Ao mesmo tempo em que tais espaços, figuram-se, também, como locais de forte resistência política e social, seja por driblar os arranjos da especulação imobiliária ao longo de

décadas³, seja, pelas lutas e conquistas de direitos básicos e de infraestrutura para os seus diversos territórios, fazendo da forte mobilização social, da força política e das diversas conquistas, características marcantes do bairro. O telegráfico panorama acima explicitado evidencia que, em Santo Amaro, a coexistência de certa Coesão Social percebida e da intensa atividade do tráfico de drogas no local, resulta em uma equação perversa, observada principalmente nos números expressivos de homicídios no bairro. E foi nesse panorama que as atividades de campo foram desenvolvidas e serão melhores descritas abaixo.

Desse modo, esta dissertação está organizada em capítulos que procuram dar conta tanto dos aspectos históricos, geográficos e sociodemográficos do bairro e do território da João de Barros, quanto da compreensão teórica que nortearam as atividades de campo e da análise das narrativas e trajetórias dos diversos atores e atrizes que compõem o bairro e seu território. Além desta introdução e das considerações finais sobre os achados de campo. A seguir apresento resumidamente o que foi abordado em cada capítulo.

No primeiro capítulo, o bairro de Santo Amaro e a história oficial de sua formação são apresentados ao leitor. Assim como alguns dados sociodemográficos que ilustram um pouco da atual conformação do bairro. Neste capítulo também apresentamos ao leitor algumas das desvantagens de se morar em um espaço urbano central, valorizado, heterogêneo e violento. Tais desvantagens foram percebidas tanto durante as atividades de campo e nos relatos e conversas que se desenrolaram para além do roteiro de entrevistas.

O segundo capítulo contempla a parte teórica do trabalho. Nele desenvolvo as questões pertinentes à lente teórica aqui aplicada, que foi norteadora das atividades de campo e posteriormente da análise dos dados coletados, explorando diretamente o tema de estudo, através do desenvolvimento do conceito de ‘Eficácia Coletiva’, bem como sua aplicabilidade e seus princípios argumentativos.

O terceiro e último capítulo compreende a parte analítica desta dissertação, onde estão apresentadas as narrativas e as trajetórias de sujeitos reais que trazem consigo as venturas e desventuras de viverem em um espaço sociogeográfico segregado e com forte atuação das redes de tráfico e que, conseqüentemente, atraí uma abordagem policial mais truculenta e repressiva, menos preventiva e às vezes conivente com as atividades ilegais que ocorrem aos

³ Segundo um dos entrevistados, a questão da legalização da posse da terra é uma das principais lutas da comunidade: *A questão da legalização da posse da terra tem que focar, por que hoje a especulação imobiliária é muito grande. Ela é grande, é muito forte. E a João de Barros não sai da linha, né? Por que quer queira, quer não aqui a gente ta rodeado [pelo centro, por bens e serviços públicos e privados]. A gente ta perdendo para quem tem dinheiro. O poder econômico hoje é muito alto nas mãos dos empresários.* (E. Homem, 50 anos).

olhos de todos, inclusive da “Lei” e de quem é de fora. Por fim, nas considerações finais desta dissertação está a síntese dos achados de campo produzidos a partir dos dados da pesquisa que foram coletados, tratados, organizados e analisados. Nesta introdução apresento também os percursos metodológicos aplicados para a obtenção dos dados que ilustram essa dissertação, conforme veremos a seguir.

2. SANTO AMARO DAS SALINAS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E SOCIODEMOGRÁFICA

O bairro de Santo Amaro é um dos mais antigos da cidade do Recife. Sua origem remonta aos finais do século XVII. Inicialmente, o terreno, onde, hoje, está localizado o bairro, foi doado ao fidalgo Francisco Rego Barros, o qual ali instalou a sua casa e, em seguida, começou a extração de sal das salinas que se acumulavam às margens do Rio Beberibe (FUNDARPE, 2010, p. 9).

Segundo levantamento histórico feito pela FUNDARPE (2010), nos primeiros anos da Invasão Holandesa, a Casa de Rego Barros foi um importante reduto de resistência à investida contra as terras pernambucanas. A Casa de Rego Barros acabou sendo conquistada pelos holandeses e, por conta de sua posição estratégica, no local, foi construído uma forte, que ficou conhecido entre os brasileiros como o Forte das Salinas (FUNDARPE, 2010, p.14; BRASIL ARQUEOLÓGICO). Em 15 de janeiro de 1654, o Forte das Salinas foi conquistado pelos pernambucanos e, no ano de 1681, Rego Barros mandou “construir sob as ruínas do Forte das Salinas uma capela sob a denominação de Santo Amaro das Salinas” (CAVALCANTI, 1998, p. 72), santo que dá nome ao bairro.

A Casa de Rego Barros, o Forte das Salinas e a Capela de Santo Amaro das Salinas, são marcos históricos importantes que ilustram a formação do bairro de Santo Amaro nos longínquos anos de 1600. Porém, segundo historiadores, foi apenas no século XX que os bairros mais centrais, dentre eles, o de Santo Amaro, começaram a receber levas migratórias significativas, impulsionadas por crises econômicas provocadas pelo declínio da monocultura do açúcar e pela seca:

Em 1872 o Recife atingiu a soma de 100 mil habitantes, mas em 1910 arrancou para 200 mil. Esse impulso não resultou de crescimento natural da população, mas da contribuição das ondas migratórias integradas por filhos das elites decaídas de várias regiões, [...], e sobretudo pelas massas pobres e miseráveis da zona açucareira, às quais se somavam as vagas periódicas de fugitivos que buscavam salvação em face de catástrofes como a seca. No Recife, essas massas formariam os aglomerados de mocambos nas periferias ou se instalariam nas áreas pantanosas mais próximas ao centro. Nas áreas alagadas, menos valorizadas, plantaram mocambos⁴ de palha, papelão,

⁴ Segundo o Hoauiss, *mocambo* “são habitações desconfortável e precária; cabana” (2009, p. 508), tal definição não traduz toda a significação social e cultural que os mocambos tiveram nos primeiros anos da

flandres incorporando à área urbana porções habitáveis, por meio de aterros, no mesmo procedimento que, desde o tempo da ocupação holandesa, o espaço urbano foi sendo gradualmente ampliado para atender ao crescimento populacional (ARRAIS, 1998, p. 43).

Ainda segundo Arrais (1998), no início do século XX, o crescimento populacional não planejado do Recife trouxe algumas melhorias para a cidade, promovidas, principalmente, pelo capital europeu de origem inglesa, tais como: água canalizada, estrada de ferro, bonde de tração animal, telegrafo, telefone manual. “(...) de tal forma que em 1900, sob certos aspectos Recife já podia ser chamada de cidade moderna” (ARRAIS, 1998, P.44). Essa “modernidade”, percebida e vivenciada na cidade, contrastava com mudanças significativas no quadro social que ali se desenvolvia, principalmente no tocante ao aumento da criminalidade e da violência:

Quase diariamente os jornais do Recife destacavam na cidade um crime qualificado como ‘bárbaro’: espancamentos, assassinios a peixaradas⁵ ou paulada. [...] Os ambientes geradores de crime podiam ser localizados no mapa da cidade: áreas onde se concentravam os mocambos, como Santo Amaro e Afogados [...] (ARRAIS, 1998, p. 72, grifo do autor).

O território de Santo Amaro, além dos mocambos, que, à época, foram identificados como um dos ambientes “gerador de crime” na cidade, também foi foco de grandes investimentos, por exemplo, com a construção de equipamentos públicos e privados de diversas naturezas, os quais, ainda hoje, fazem parte da paisagem urbana da cidade. Ali, no ano de 1817, foi construído o *British Cemetery*, popularmente conhecido como “Cemitério dos Ingleses”, o mais antigo da cidade. Em 1851, foi construído o “Cemitério do Bom Jesus da Redenção de Santo Amro das Salinas”, o maior e mais importante cemitério de todo o estado, conhecido como “Cemitério de Santo Amaro”. O Hospital de Santo Amaro, hoje a Santa Casa da Misericórdia, que ocupa o prédio construído nos anos de 1872 e 1892 para servir de Asilo de Mendicidade (FUNDARPE, 2010, pp. 15-16). É em Santo Amaro que está o colégio em atividade mais antigo do país, o Ginásio Pernambucano, o qual, após várias

experiência urbana no Brasil. Surgidos inicialmente através dos negros fugidos. Esse tipo de habitação precária passou a fazer parte de diversas paisagens urbanas do país e que depois vieram dar lugar as favelas e bairros populares dos grandes centros urbanos. Para a realidade recifense autores como Gilberto Freire, *Sobrados e Mocambos* (1936) e Josué de Castro, *Geografia da Fome* (1952), desempenham papéis importante para a compreensão deste fenômeno.

⁵ Nome dado ao ferimento provocado por uma faca tipo peixeira, um tipo de facão de uso doméstico, porém muito utilizado na região nordeste como arma branca.

mudanças de endereço e nome, instalou-se, em definitivo, na Rua da Aurora, cartão postal da cidade, no ano de 1855 (GASPAR, 2009). Entre os séculos XIX e XX, outras construções importantes deram os contornos atuais do bairro e da cidade, tais como: os prédios da Assembleia Legislativa de Pernambuco (1875) e o da Câmara dos Vereadores de Recife (1963); o Mercado Público (1933); o Palácio Frei Caneca (1967); o Parque 13 de Maio (1939); a Biblioteca Pública Estadual (1971).

Observa-se que, em Santo Amaro, a ocupação do espaço, nos séculos XIX e XX, se dá em condições sociogeográficas bem distintas, se por um lado há um grande investimento em equipamentos públicos e privados dos mais diversos, por outro, há a ocupação dos espaços alagadiços e de mangues do bairro por uma expressiva população de baixo poder aquisitivo, cravando, na paisagem social do bairro, os mocambos, tal como explicitado por Arrais. Para ilustrar o período de formação dos mocambos no bairro de Santo Amaro, De Brito e Zarias recorrem aos dados da Companhia Estadual de Habitação de Pernambuco (CEHAB, 2011):

(...) foi entre os anos de 1940 e 1944, que Santo Amaro começou a ser ocupado por famílias provenientes de várias cidades do interior de Pernambuco. Os assentamentos foram construídos de forma gradativa em áreas alagadiças. As casas eram levantadas com taipa ou erguidas com resto de material de construção. Como na região predominava o manguê, havia muitas palafitas, e os aterros, indispensáveis ao acesso às casas, eram construídos por iniciativas conjunta dos moradores. (2015, pp. 138-139).

Os mocambos de Santo Amaro, assim como os demais mocambos da cidade, tornaram-se alvo de intensas intervenções estatais, entre os anos de 1930 e 1950, as quais tinham por objetivo derrubar os mocambos existentes, proibir a construção de novos e criar “vilas operárias higiênicas”. No entanto, foi a Liga Social Contra o Mocambo (1939), que, em 1945, foi reformulada como “Serviço Social Contra o Mocambo”, que deu vulto às ações estatais para erradicação de tais moradias irregulares na cidade. A Liga Social Contra o Mocambo tinha por objetivo destruir os mocambos existentes, construir moradias “higiênicas” para os moradores e proibir terminantemente a construção de novos mocambos na cidade do Recife. As ações de demolição, combate à construção de novos mocambos e construção de casas “higiênicas” contavam com recursos financeiros advindos tanto do setor público quanto do privado. No bairro de Santo Amaro, segundo Saldanha (2010), foram construídas pela Liga Social Contra o Mocambo duas vilas populares “a das Cozinheiras e a das Costureiras. [...] ficam do lado esquerdo da Avenida Norte para quem vai do subúrbio

para cidade” (p. 65)⁶. O Serviço Social Contra o Mocambo, embora representasse “uma iniciativa inédita de política habitacional”, longe de ter sido uma política pública inclusiva, acabou gerando, na cidade do Recife, um déficit de moradia muito grande entre os que viviam nas áreas de mocambos da cidade,

A Liga, [...] derrubou 14.597 mocambos [...], enquanto 6.173 unidades foram construídas. Estimasse que $\frac{1}{4}$ da população total da cidade do Recife fora deslocada durante as ações do programa. [...] Para cada três mocambos demolidos, construía-se apenas uma casa. Assim restaram cerca de 42.120 pessoas sem casa depois desta ação de cunho ‘social’. (A LIGA SOCIAL... grifo do autor).

A solução de grande parte deste contingente populacional foi a de ocupar os morros da Zona Norte da capital, ou reconstruir novos mocambos em áreas de mangue da cidade, onde a intervenção estatal não pudesse os alcançar. De fato, a Liga e sua proposta de modernizar a cidade livrando-a do “mal que assolava a planície recifense”, evidencia o quadro de exclusão vivenciada pelos moradores pobres de tais áreas e de como as áreas de ocupação irregulares eram tratadas como foco de todo tipo de mal que colocava em riscos o desenvolvimento urbano da cidade. Males físicos, sociais e morais que precisam ser combatidos com rigor, intensificando as desigualdades sociais e a segregação socioespacial na cidade.

A expulsão dos pobres urbanos do centro das cidades para áreas periféricas, no caso de Recife, para os morros, é um fenômeno que acontece ainda hoje. Sob a denominação de mocambo, favela, cortiços, periferia etc., os assentamentos urbanos irregulares foram e são alvos das mais diversas intervenções públicas, em um processo quase sempre perverso de exclusão social e de espoliação urbana que conforme define Kowarick,

é somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para o reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. (KOWARICK, 2000, p.22)

⁶ Ainda segundo Saldanha, outras vilas importantes foram construídas no bairro, estas ligadas diretamente aos profissionais das fábricas que se instalaram no bairro, como por exemplo, a Tecelagem de Algodão e Seda (Vila dos Tecelões) e a vila construída para os contribuintes do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Transportadores de Cargas (IAPTEC), segundo pesquisa da autora a construção desta última se diferenciava muito das promovidas pela Liga, principalmente por ter maior número de cômodos e apresentar quintal (2010, pp. 65/66).

Os problemas relacionados ao direito à cidade, à moradia digna, ao exercício pleno da cidadania, à degradação da mão de obra urbana assalariada, ao desemprego e subemprego e, principalmente, à negação de direitos a parcela pobre da população, foram temas estudados por Kowarick em São Paulo na década de 1970, problemas decorrentes da expansão capitalista, da urbanização dos grandes centros urbanos e do desenvolvimento da indústria no país. Em um cenário em que o conflito sobre a posse da terra e o direito à habitação ganhavam novas dimensões tanto sociais e econômicas quanto políticas, dentre elas: o agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas; o aumento nas taxas de desemprego e subemprego; o Estado como mediador dos interesses do capital privado; a negação de direitos fundamentais; a organização (ou desorganização) e reivindicação dos movimentos populares de luta pela moradia digna; dentre outros.

Os estudos sobre a emergência do urbano em um cenário de “subdesenvolvimento industrial”, desenvolvidos por Kowarick, embora tenha a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana, como laboratório de análise, “seu alcance explicativo e teórico” é muito maior e podem ser traduzidos “em uma leitura de muitas cidades” em diversos contextos urbanos do país (RIZEK, 2001, pp. 229/230). Dentro dessa perspectiva, pensar a questão do direito à cidade, da moradia digna e da exclusão social em Santo Amaro, sob a lente da espoliação urbana, tal como é definida por Kowarick, se deve ao fato de ser este um lugar de intensas contradições e de diversos problemas sociais que agravam processos de estigmatização vivenciados cotidianamente pelos moradores⁷ das áreas pobres que compõem o bairro.

Os problemas sociais vivenciados pelos moradores estão diretamente relacionados à expressiva desigualdade econômica e social que marcam nitidamente os contornos do bairro de Santo Amaro, onde é possível encontrar, em um mesmo território, uma grande concentração de equipamentos públicos e privados, um setor de serviços e comércio pulsante, áreas residenciais muito pobres, com construções ainda de taipa e palafitas⁸ e áreas de classe média (CUSTÓDIO, 2012). Além disso, há outro fator que maximizam ainda mais tais desigualdades, as dinâmicas violentas e criminosas (SILVA, 2014; SANTOS, 2013;

⁷ Alguns desses processos serão melhores discutidos no tópico 2.1 *Das Perspectivas às Desvantagens Sociais: os percalços de ser um morador pobre do centro* desta dissertação.

⁸ O Diário de Pernambuco, em abril de 2015, apresentou uma série de reportagens sobre as disparidades existentes no território de Santo Amaro, uma dessas matérias cujo título é, *Santo Amaro se equilibra entre palafitas e arranha-céus*, ilustra bem os dois mundos que coabitam este espaço geográfico. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/04/27/interna_vidaurbana.572660/santo-amaro-se-equilibra-entre-palafitas-e-arranha-ceus.shtml. Acessado em 05 de Julho de 2015.

CUSTÓDIO, 2012; DA SILVA et al, 2011), que chamam a atenção tanto pela intensidade quanto pela frequência em que ocorrem⁹.

Os problemas decorrentes da desigualdade econômica e social, assim como a intensa produção de criminalidade e de violência no local, fazem com que, para alguns moradores, o Santo que dá nome ao bairro, também sirva de analogia, quando eles refletem sobre tais condições: “*aqui existem dois lados: o lado do Santo [referindo-se as áreas do bairro de comércio e de classe média e média alta] e o lado do Amaro [referindo-se as áreas mais pobres do bairro]*” (Depoimento de um dos interlocutores do campo – extraído de caderno de campo, grifos meus).

O “lado do Amaro”, como alguns moradores costumam chamar, além das mazelas sociais e econômicas é uma área de grande interesse e vem, ao longo de décadas, resistindo a um perverso processo de expulsão de seus residentes para áreas periféricas da cidade¹⁰, um processo que, como vimos teve seu início ainda nos anos de 1939. Assim como na década de 1930, hoje, os moradores das áreas pobres, ainda conseguem driblar os arranjos da forte especulação imobiliária no local (SOUZA; BITON; RIBEIRO, 2015; DE BRITO; ZARIAS, 2015). Este último aparece como um grande problema para as diversas áreas pobres que formam o bairro de Santo Amaro, segundo um dos entrevistados, é só através da efetivação da legalização da posse da terra que os moradores de tais áreas se veriam livre da constante ameaça de serem despejados de suas casas:

A questão da legalização da posse da terra tem que focar, por que hoje a especulação imobiliária é muito grande. Ela é grande, é muito forte. E a João de Barros não sai da linha, né? Por que quer queira, quer não aqui a gente ta rodeado [pelo centro, por bens e serviços públicos e privados]. A gente ta perdendo para quem tem dinheiro. O poder econômico hoje é muito alto nas mãos dos empresários. (ENTREVISTADO 3).

As áreas pobres que compõem o bairro de Santo Amaro, assim como outras áreas pobres da capital pernambucana, no início dos anos de 1980, passaram a fazer parte de uma

⁹ As questões relacionadas à criminalidade e à violência no local serão discutidas nos capítulos 3 desta dissertação.

¹⁰ Conforme aconteceu com a comunidade da “Rata” localizada à frente da comunidade da João de Barros, que teve seus moradores realocados para um conjunto habitacional localizado no bairro do Arruda ao lado da comunidade/favela do Canal do Arruda. (Diário de Campo, Pesquisa Infância e Violência: cotidiano de crianças pequenas do Recife Santo Amaro, Canal do Arruda e Chão de Estrelas. Recife, 2012.)

política específica sancionada pela Prefeitura do Recife, onde as denominam de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):

Áreas urbanas caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e sua integração na estrutura urbana (LEI MUNICIPAL, 14.511/1983, Art. 14, inciso II).

Teoricamente a institucionalização de tais áreas através das ZEIS garante aos seus residentes ações que visam à regularização fundiária e urbanística tendo como prerrogativa a “função social da propriedade como direito individual e coletivo fundamental (BRASIL, 1988, Art. 5º, Inciso XXIII), prevista na Constituição Federal¹¹. Dessa forma, hoje, existe no bairro de Santo Amaro, duas importantes ZEIS: a **ZEIS Santo Amaro**, composta pelos territórios da Ilha Santa Terezinha, Vila dos casos e Santo Amaro (onde estão localizadas as comunidades do Sítio do Céu, a Vila dos Pescadores e o Campo do Onze) e a **ZEIS João de Barros** (Figura 1), composta pelo território de mesmo nome, onde se concentrou grande parte desta pesquisa.

¹¹ Nota-se que a institucionalização da ZEIS acontece antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, evidenciando que, em Recife, a luta pelo direito à moradia urbana, durante os anos de 1970 e 1980, resultou em leis importantes para o processo de regularização fundiária na cidade (SOUZA; BITON; RIBEIRO, 2015).

Figura 1 – Localização áreas ZEIS – Santo Amaro, Recife/PE

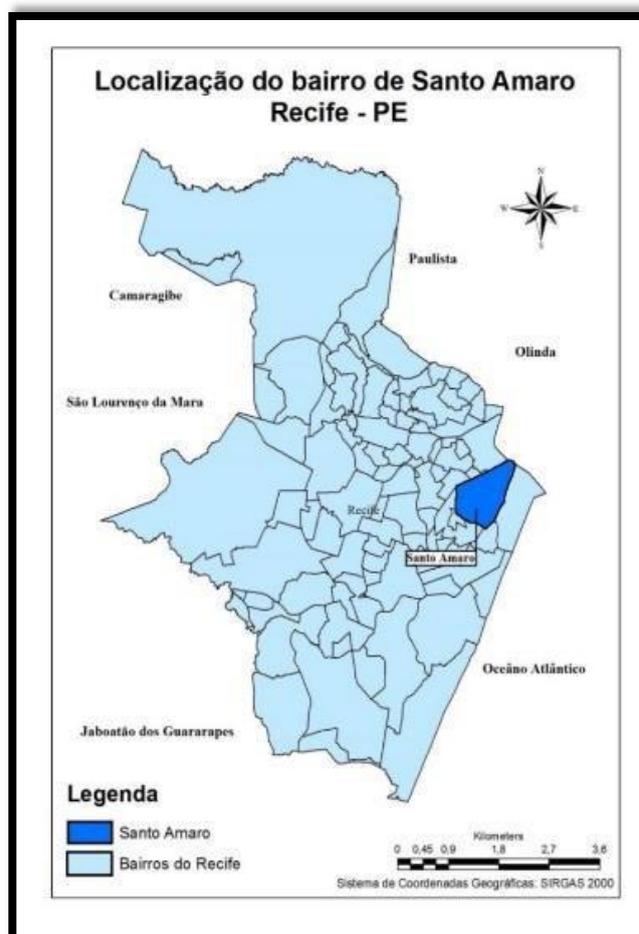


Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Google Earth.
Elaborado pela autora.

Observa-se que as políticas de regularização fundiária e urbanística têm por objetivo garantir direitos aos assentamentos pobres localizados em áreas de grande interesse comercial, residencial e turísticos (SOUZA; BITON; RIBEIRO, 2015, pp. 32-34), a exemplo de ZEIS que estão localizadas na Zona Sul da capital, tais como, Brasília Teimosa e Pina e as que estão localizadas em áreas centrais da capital, como as do Coque e as de Santo Amaro.

Santo Amaro localiza-se na Região Político-Administrativa 01 (RPA-1), conhecida como Região Centro, por abrigar 11 (onze) bairros que fazem parte do circuito tanto comercial quanto de serviços da cidade e está localizada mais ao norte da capital pernambucana, fazendo limites com o município de Olinda (Figura 2).

Figura 2 – Localização Santo Amaro na cidade do Recife



Fonte: Base cartográfica do IBGE, 2010. Editoração gráfica: Luciana Cruz

Segundo o último Censo realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Santo Amaro tem uma área territorial de 380 hectares e uma população residente de 27.939 habitantes, destes 12.680 (45,38%) do sexo masculino e 15.259 (54,62%) do sexo feminino. Não é um dos bairros mais populosos do Recife, ocupando o vigésimo lugar, dentre os 93 bairros da cidade, em número de habitantes. Conforme apontou Custódio (2012, p. 29), Santo Amaro vem apresentando, desde 1991, uma taxa de crescimento populacional negativa, que, no período de 1991 a 2000, foi de -0,36%. A população residente continuou a decrescer no decênio seguinte, chegando a -0,42%. Os motivos para tal fenômeno ainda não foram elucidados, a autora também não chegou a uma conclusão definitiva, porém aponta para algumas possíveis causas:

Inúmeros podem ser os fatores explicativos do fenômeno, e talvez entre eles estejam as questões relacionadas à baixa qualidade de vida e aos altos indicadores de criminalidade. No entanto, seria no mínimo temerário estabelecer qualquer relação linear nesse sentido (CUSTÓDIO, 2012, p.30).

Em relação à distribuição da população residente por faixa etária, segundo dados do IBGE (2010), observa-se o predomínio da população adulta com 39% da população nessa faixa etária, seguido pela população jovem com um total de 26%. Crianças e pré-adolescentes totalizavam a época cerca de 22%, enquanto idosos apresentavam um percentual de 13% (Tabela 1). Os dados disponibilizados pelo IBGE não apresentam a proporcionalidade de residentes por grupos de idade e sexo.

Tabela 1. Número Total de Residentes por Faixa Etária Santo Amaro/2010
Residentes por Faixa Etária –
Santo Amaro

Faixa Etária	População	%
Crianças (0 a 09 anos)	3 775	14
Pré-Adolescentes (10 a 14 anos)	2 374	8
Jovens (15 a 29 anos)	7 388	26
Adultos (30 a 59 anos)	10 809	39
Idosos (60 anos ou mais)	3 593	13
Total	27 939	100%

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2010*.
Elaborado pela autora.

Segundo dados do Censo (IBGE, 2010), no ano de 2010, Santo Amaro apresentava uma alta taxa de alfabetização de 90,5%. De acordo com o IBGE (2010), este cálculo é feito a partir do percentual das pessoas acima de 10 anos “capazes de ler ou escrever pelo menos um bilhete simples”. No entanto, reforçamos aqui que os dados apresentados são representativos de todo o bairro, não apenas de suas áreas pobres, talvez por isso os dados sobre taxa de alfabetização sejam tão elevados. Quanto aos indicadores de renda, o rendimento nominal mediano mensal dos residentes, em 2010, era de R\$1.892,10, neste caso também fazemos a ressalva para a composição heterogênea do bairro e a falta de dados das áreas pobres. No bairro, a média de moradores por domicílio é de 3,3 e a proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio é de 55,32%.

O quadro social aqui minimamente delineado apresenta os contornos gerais do bairro de Santo Amaro, englobando tanto o lado do “Santo” quanto o lado de “Amaro”. Não há dados atualizados sobre o número de residentes, sexo, faixa etária, alfabetização e renda das áreas pobres do bairro, os dados mais recentes, segundo o site da Prefeitura da Cidade do Recife, são do ano de 2005, portanto não serão apresentados neste trabalho. Apresentar os dois lados como sendo um único conjunto homogêneo de dados mascara certas experiências de vulnerabilidade e de exclusões sociais que só os moradores do lado de “Amaro” sentem com maior intensidade.

O Território da João de Barros: memória e contextualização sociodemográfica

Como se observa historicamente, o bairro de Santo Amaro desenvolve-se simultaneamente ao processo de urbanização e industrialização da cidade do Recife. Acima, de forma panorâmica, mostrei um pouco desse contexto histórico geral do bairro. No entanto, Santo Amaro, é um espaço geográfico bastante plural e a ocupação deste espaço se dá por grupos humanos também plurais, com dinâmicas diferenciadas e memórias próprias. O que faz com que algumas pessoas que lá residam, divida o bairro em dois lados: o lado ‘santo’ e o lado do ‘Amaro’. No entanto, observa-se que mesmo o lado do ‘Amaro’, lado onde se concentrou a pesquisa, também é subdividido entre as duas grandes ZEIS que compreende o bairro: a ZEIS Santo Amaro e a ZEIS João de Barros. Sobre a ZEIS João de Barros, traço algumas considerações a seguir.

Abaixo trago um relato de uns de meus interlocutores, quando questionado sobre a história da comunidade e de como se deu seu surgimento,

João de Barros é a comunidade... é uma das comunidades mais velhas do bairro de Santo Amaro, ela já tem 100 anos. Quase 100 anos. João de Barros nasceu através de um nome de um aterro que o pessoal fez nos mangues. Mas a história da João de Barros hoje ela vem no sentido do seguinte: a avenida João de Barros, ali. Ela tinha a primeira Associação de Futebol do bairro de Santo Amaro. A primeira Associação de Futebol de Pernambuco que hoje é a Federação Pernambucana de Futebol, ela era aqui em João de Barros. E tinha um time de futebol com o nome de João de Barros. E esse time, João de Barros, aqui nessa área aqui, que era mangue, chácara, esse pessoal foi que aterrou e ia fazer o Campo João de Barros. Aí surgiu o nome da comunidade João de Barros, que não fizeram o campo. Por que não fizeram o campo? Que na época a Federação Pernambucana

de Futebol convidou o pessoal do Rio do Janeiro e fundou a América Futebol Clube, o nome do América Futebol Clube era o antigo nome, era João de Barros. (ENTREVISTADO 5)

Ainda segundo o entrevistado, o espaço que ia dar lugar ao campo de futebol, começou a ser ocupado por trabalhadores das fábricas que existiam no bairro. Assim como, por pessoas que não tinha renda fixa e que precisavam de um local para morar. Era uma área de mangue e passou a ser compartilhada com alguns centros da Universidade de Pernambuco e com vilas de aspecto mais urbanizado: calçamento, esgotamento sanitário, casas grandes, com vãos dos lados.

A ZEIS João de Barros, ocupa uma área relativamente pequena. De acordo com o entrevistado 5, em 2014, foi realizado um censo pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), cujo dados ainda não foram sistematizados e divulgados. Na localidade há cerca de 1.210 residentes, distribuídos em 220 casas, o que daria cerca de 5,5 residentes por domicílios. Comparando os dados de 2014, com dados oficiais do PNUD, 2010, observa-se certa semelhança no que diz respeito ao número de residentes, segundo dados do PNUD, em 2010, havia 1.052 residentes no local. Quanto número de casas, segundo dados do Censo do IBGE, em 2010 havia cerca de 183 domicílios ocupados na João de Barros. Observa-se que em 4 anos, segundo dados do censo da UNICAP, o número de residentes e casas teve um acréscimo moderado.

O número de residentes é bastante significativo, principalmente, por apresentar casas pequenas, todas de alvenaria e com reboco nas paredes, sem quintal ou área de circulação ao seu redor. As vielas e becos são calçados, há presença de esgotamento a céu aberto, devido a pouca qualidade do serviço realizado. Um cenário bem diferente do que foi visto em 2008, durante pesquisa de campo mencionada na introdução desta dissertação: as casas de taipa e ruas de chão batido. O que não mudou foi o fato de que nos dois cenários havia o esgoto que corria a céu aberto: em 2008, era a sua total inexistência; e em 2015, a precarização de sua construção.

As pequenas casas de alvenaria, geralmente, apresentam dois pisos a mais, evidenciando uma verticalização espontânea do bairro. Já que, segundo um dos entrevistados, as construções são realizadas pelos próprios moradores, na medida em que a família cresce e os familiares não sentem a necessidade de saírem do local, por ser perto do centro e de várias redes de serviços e comércio, acabam construindo outros pisos em suas casas. No território, é

possível perceber que, muitas pessoas usam as ruas, ruelas e becos como uma “extensão da casa”, ou seja, as roupas são estendidas nas paredes das casas, baldes para armazenar água ficam em calçadas minúsculas, as pessoas costumam sentar-se na porta de casa ou no terraço e conversarem umas com as outras, compra-se e se limpa peixe na porta de casa, na hora do almoço.

No capítulo 3, onde apresentando alguns aspectos da desorganização do território da João de Barros, outros elementos urbanísticos e de organização do espaço serão mais bem detalhados no referido capítulo. Por hora, vale salientar a presença de alguns equipamentos públicos importante para a comunidade: o Programa Academia da Cidade e o Posto de Policiamento Ostensivo (PPO).

Como evidenciado, volto ainda para o território da João de Barros, mais a frente. Achei importante trazer um pouco da memória dos que lá residem e um pouco de sua caracterização sociodemográfica. No entanto, acredito ser importante apresentar também um pouco da ZEIS Santo Amaro, outro pedaço do lado do Amaro que vive em constante conflito entre si e com a ZEIS João de Barros. Assim sendo, abaixo apresento algumas das percepções que tive durante as primeiras incursões ao campo, quando frequentei um pouco a ZEIS Santo Amaro, até poder me estabelecer na João de Barros. Dos relatos que vi e ouvi, alguns marcos físicos e simbólicos de segregação socioespacial me chamaram atenção, como veremos a seguir.

O Muro da Vergonha e a Segregação do Espaço: marcos físicos e simbólicos de delimitações entre o Santo e o Amaro

Dentre as diversas experiências, algumas se destacam, tais como a de viver em um território de localização geográfica privilegiada, próximo a grandes redes de bens e serviços públicos e privados no centro da cidade. O que teoricamente poderia se reverter em maiores possibilidades de acesso a uma escolarização adequada, a uma experiência de trabalho formal, acesso a espaços de lazer e diversão etc., recursos materiais e simbólicos mínimos para uma inserção social plena, no entanto, acabam se revertendo em processos que potencializam as desigualdades sociais e o estigma para com os moradores das áreas pobres do bairro (SILVA, 2014, p. 111).

Uma expressão significativa desse processo é vivenciada por parte dos moradores do bairro, mas especificamente, moradores das comunidades da Ilha de Santa Terezinha e da Vila dos Casados, vizinhos ao Shopping Center Tacaruna, separados deste apenas pela Rua Arlindo Melo. No ano de surgimento do Shopping, 1997, foi construído um muro de cerca de 3,5 metros de altura, o muro foi projetado sem espaços de circulação e possuía espirais de arame farpados em seu topo. O que lembrava muito os muros que cercam unidades prisionais e unidades de internamento para adolescentes infratores. Um cenário que, em menor medida, evidencia para os que ali passam estarem diante de uma “Zona do Crime”¹², que precisa ser contida e escondida dos olhos dos frequentadores do shopping.

Cerca-se de muros, grades, seguranças particulares, dentre outros recursos, é um expressivo fenômeno das grandes metrópoles contemporâneas, principalmente, por conta do aumento da criminalidade e da violência, por conta da descrença no serviço público de segurança, assim como, por conta do estreitamente geográfico entre pobres e ricos. Tal fenômeno e suas causas e efeitos foi tema de estudo da Socióloga, de Teresa Pires Caldeira (2000), no livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, onde a autora trata dos novos padrões de segregação urbana, através do que ela chama de “enclaves fortificados”, onde a construção de fronteiras físicas e simbólicas garantem a segurança dos que se sentem ameaçados – grandes redes de comércio, moradores de condomínios de luxo e de classe média, prédios de luxo e de classe média, dentre outros – dos ameaçadores, os pobres urbanos, com quem dividem os espaços geograficamente valorizados dos grandes centros urbanos. Em Santo Amaro, a construção dessa fronteira, neste caso, física e com mais de três metros de altura, contou com o aval Poder Público,

[...] numa decisão resguardada pela Lei de Instalações na Cidade do Recife, a Lei nº 16.292/97” que, em seu Artigo 28 diz: Os muros divisórios, quando houver, deverão ter uma altura máxima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), medidos a partir do nível do meio-fio, e serão feitos em alvenaria ou outro material, a critério do órgão competente da Prefeitura. (ALBUQUERQUE et al, 2008, p. 4).

¹² *Zona do Crime* é o título nacional para o filme mexicano, *La Zona*, de 2007. O filme retrata a vida de um adolescente que “vive num complexo residencial fechado, um refúgio para os ricos no meio da tumultuada Cidade do México. O condomínio é protegido por seguranças e cercado de uma pobreza gritante. (...)” Sinopse retirada do site: <http://www.filmesdecinema.com.br/filme-zona-do-crime-5293/>. Acessado em 15 de dezembro de 2015.

Porém, mesmo “existindo” e contando com o aval da referida Lei, nem a administração do shopping e nem a Prefeitura do Recife assumem a autoria da construção do muro, além disso, dizem desconhecer a insatisfação de parte dos moradores e que até o presente momento não recebeu nenhum pedido de retirada, conforme reportagem do Diário de Pernambuco,

A assessoria de imprensa do Shopping Tacaruna informou que o muro não foi construído pelo centro de compras e que, até o momento, nenhum pedido de retirada foi registrado. ‘O último pleito que eles fizeram foi o de colocar cobogós no muro. O centro de compras (sic.) atendeu a reivindicação da comunidade e a partir daí crianças e jovens de Santo Amaro passaram a grafitar o muro, através dos cursos de grafiteagem que são oferecidos pelo projeto social do shopping’, justificou a nota enviada pelo shopping. **A prefeitura do Recife também** negou que seja responsável pela construção do muro. Ainda de acordo com a administração municipal, não foi registrado nenhum pedido para a retirada do muro. O órgão também explicou que não tem amparo legal para demolir, já que trata-se de um terreno particular. (BARACHO, 2015, grifos meus).

Embora o Poder Público e administração do shopping desconheça a insatisfação local, ela existe e é bem legítima, visto que uma construção desse porte não só implica em maiores processos de segregação e exclusão social, como também reforça mecanismos da espoliação urbana presentes na localidade: “impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito” (KOWARICK, 1993, p. 71). Nesse sentido, a presença do muro tira de quem mora ali o direito de ter suas casas mais arejadas¹³, visibilizadas, a possibilidade de transitar nos estreitos becos que separam as casas do muro, além de estigmatizar os que moram lá colocando a todos como possíveis ameaças que precisam ser contidas a base do arame farpado e concreto armado, assim como representa uma situação de violação de direitos básicos dos que ali residem. Nesse sentido, o muro, é mais uma das tantas expressões de uma violência simbólica e diária de quem ocupa espaços urbanos sociogeograficamente segregados e as vivencia de maneira muito mais intensa.

O abandono do espaço público através da proliferação de espaços fortificados para uso coletivo como, por exemplo, os grandes centros de compras, ou seja, construções de

¹³Foi muito comum, durante as atividades de campo, ouvir diversas queixas em relação ao intenso calor dentro das residências que ficam próximas ao muro. Ainda segundo relatos dos moradores, devido ao grande número de queixas alguns moradores chegaram a receber ventiladores da administração do shopping.

shoppings, não resolvem a questão da violência e das desigualdades sociais, no entanto acabam aprofundando alguns de seus aspectos, principalmente quando tal espaço passa a ser frequentado pela “ameaça” que quer se manter longe seja de suas instalações, seja dos olhos de quem frequenta tais estabelecimentos. E no caso de Santo Amaro, isso se dá de duas maneiras, através do muro e dos constantes constrangimentos passados por diversos moradores quando vão ao Shopping Tacaruna para passear ou até mesmo para fazer compras, quando são perseguidos por seguranças e até mesmo abordados. Evidenciando que, as “medidas de segurança” são na verdade medidas de controle da “classe perigosa” e de agravamento da desigualdade e exclusão social.

Dessa maneira, o “muro da vergonha” (Figura 3), como é comumente chamado por alguns dos moradores, sofreu várias investidas da comunidade, no início era muito comum os moradores destruírem alguns trechos do muro em um dia e no dia seguinte o reparo já era feito, além de vários protestos locais e pedido de retirada (Relato de um jovem morador da Vila dos Casados – extraído do caderno de campo), muito embora tais ações sejam totalmente desconhecidas pela Prefeitura e pela administração do shopping, conforme vimos no trecho acima. Segundo este jovem morador, o muro foi construído a pedido do shopping e o seu objetivo é o de promover maior segurança para os frequentadores do empreendimento.

Figura 3 – Duas das quatro entradas do “Muro da Vergonha”. Vila dos Casados e Ilha Santa Terezinha, Santo Amaro – Recife/PE



Fonte: Pesquisa de Campo

Quem chega ao shopping pela Avenida Agamenon Magalhães, a visão que tem é a do “muro da vergonha” ao invés das pequenas casas de alvenaria autoconstruídas coladas umas nas outras, das ruelas e becos com calçamento precário, do esgotamento sanitário correndo a céu aberto ou dos finais de tarde de sociabilidade onde homens e mulheres adolescentes, jovens, adultos ou idosos se reúnem para jogar bingo, dominó, beber ou conversar nos batentes de suas portas, enquanto as crianças procuram meios de diversão e brincadeira em meio à precariedade e as ausências do lugar. Portanto, o muro, e quem quer que o tenha construído, tem por finalidades: conter o “mal” e proteger a clientela, higienizar o espaço compartilhado com áreas pobres da cidade e reforçar mecanismo de exclusão e segregação social.

Do Acesso à Cidade ao Mercado de Drogas: os usos e sentidos das vias que cortam o bairro

Como dito nos parágrafos acima, viver em um espaço com uma grande oferta de bens e serviços tanto públicos quanto privados, teoricamente, poderia ser um facilitador para o acesso aos recursos materiais e simbólicos capazes de reverter uma situação de exclusão e segregação social em oportunidades reais de inserir socialmente a população das áreas pobres que compõem o bairro. No entanto, não é isso que se observa. Dentro dessa perspectiva, as vias, avenidas e ruas que margeiam o bairro de Santo Amaro, poderiam servir como instrumentos importantes para acessar tais recursos e expandir as oportunidades e perspectivas, porém, na prática, quase sempre, a malha viária do bairro limita a fronteira entre ficar vivo ou morrer, facilita o trânsito e a circulação das drogas ilícitas vendidas no varejo, serve como lugar de sustento para crianças, adolescentes, jovens e idosos, seja pedindo dinheiro no sinal, lavando os vidros dos carros ou “vendendo seus corpos” em meio ao mangue e dejetos de toda a natureza¹⁴.

As avenidas que compõem o bairro constituem-se no “eixo metropolitano de maior fluxo viário” (ALBUQUERQUE et al, 2008, p. 4) da cidade, são elas: a Avenida Agamenon Magalhães que liga a Zona Sul aos limites da cidade ao norte; a Avenida Cruz Cabugá que

¹⁴ A repórter Marcionila Teixeira, do Diário de Pernambuco, em agosto de 2014, publicou uma impactante matéria sobre a situação de mulheres, usuárias de *crack*, que usam a Avenida Artur Lima Cavalcanti, no bairro de Santo Amaro, como ponto para a prática de sexo em troca de pouco dinheiro para poder comprar drogas. A matéria, intitulada, *As” mulheres-caranguejo” do mangue de Santo Amaro*, foi publicado na versão impressa do veículo. No *YouTube* é possível acessar o vídeo sobre a reportagem com depoimentos das mulheres através deste link: <https://www.youtube.com/watch?v=XgVbATqP92s>

liga o Centro da cidade aos municípios de Olinda e Paulista e a Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar que liga o subúrbio da Zona Norte ao Centro da cidade. Tais avenidas são servidas de uma satisfatória frota de ônibus que ligam o Centro a diversas cidades da Região Metropolitana do Recife (RMR), além de permitir, aos moradores do bairro, acesso ao Centro, em alguns minutos de caminhada, principalmente, para quem mora na comunidade da João de Barros.

Nesta comunidade, as avenidas e ruas que a cortam, têm, além da função de ligar o centro da cidade a diversos outros locais de RMR, a função de facilitar, a qualquer hora do dia ou da noite, o comércio de drogas ilícitas no local. Segundo um dos entrevistados: *aqui na João de Barros, há vários drives thru da droga. O cara passa, buzina, pega a droga, paga e vai embora.* (Entrevistado 6). Em uma das ruas que ladeiam a comunidade, onde também, há um intenso comércio de drogas, houve uma ação quase cinematográfica, envolvendo grupos rivais na disputa pelo tráfico de drogas¹⁵, tal ação foi lembrada por mais de um entrevistado,

Teve um dia, que os meninos estavam aqui, tudo vendendo droga, usando e quando vê vem o carro do caminhão do lixo normal. Daí começa o pá, pá, pá... tiro pra tudo quanto é lado. Os cara do outro lado [da ZEIS Santo Amaro] pegaram o caminhão do lixo e vieram meter bala nos cara daqui. Foi neguinho caindo, no chão, foi gente correndo... esse dia foi foda (risos). (ENTREVISTADO 6).

Às vezes quando os camaradas vinha do outro lado[da ZEIS Santo Amaro] meter bala aí. Aí eu vivia na rua. Aí achavam que eu era um dos camaradas que viva matano. Já levei tiro na cabeça. Mas graças a Deus num acertou, foi só de raspão mesmo, entendesse? [...] e por via das dúvidas, nesse dia, eu tava com a arma no bolso, mas eu não cheguei a atirar em ninguém, entendesse? Levei um tiro aqui, oh. [...]. Rapaz tinham vários caras no caminhão do lixo, eu acho que tinha pistola, tinha 38, tinha TA. Eu tava vendendo [drogas][...]. E as bala pegando na... os caras atirando na parede [...] Aí quando parou [as balas] aí saiu um colega meu do beco, que tava com duas armas [...]. E ele saiu atirando no caminhão do lixo, pá, pá, pá, pá... e caminhão do lixo arrastou, entendesse? Foi simbora. (ENTREVISTADO 8).

Segundo os dois entrevistados, apesar da magnitude da investida e dos feridos, não houve nenhum óbito neste dia. “Os camaradas [...] do outro lado”, aos quais se refere o

¹⁵ Para maiores informações sobre os conflitos nos territórios de Santo Amaro ver SILVA, Vívian. **Guerra e Vida Errada**: reflexões sobre representações (sociais) da violência urbana, a partir dos relatos de jovens em Santo Amaro. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

entrevistado 8 e o entrevistado 6, são os integrantes de grupos rivais residentes na ZEIS Santo Amaro. Os confrontos existentes entre as duas comunidades (João de Barros e Santo Amaro), acontece em períodos de maior ou menor intensidade e acabam interferindo no cotidiano de quem tem ou não envolvimento com as práticas ilícitas, assim como gerando grande repercussão midiática. Tais confrontos, em determinada época, inspirou muitas letras de *rap* e embalou os populares bailes *funk* que aconteciam em diversas comunidades do Recife,

E aí Taz? / E aê Leozinho? / E se os alemão [os inimigos] brotar na Jão? / Vai virar peneira [levar tiro], hein! / Se brotar na João, tu, vai virar peneira. / Se liga Bolado que na Joao de Barros não é brincadeira. / Se brotar na João, pá pum, vai virar peneira. / Se liga Bolado que na João de Barros não é brincadeira. (Se brotar na João, Mc Taz e Mc Leozinho, transcrito do YouTube, grifos meus).¹⁶

[...] numa mão a AK [tipo de arma de fogo de grosso calibre] e na outra o pistolão começou a guerra Santo Amaro e a João (refrão) / Esperando o Boco invadir meu galerão / Vai ficar difícil por que o bonde [grupamento geralmente de jovem para cometer atos ilícitos ou para a venda de drogas ilícitas] é sinistro / Se bater de frente você vai ficar fudido / Só menor revoltadão com vontade de matar, cada um com uma 9, segurando o TA [calibres de armas: pistola 9mm] [...] Quando tem guerra na João a imprensa vai irado, a sequência de pistola deixa até carro furado. (Realidade da João, Mc Taz e Mc Leozinho, transcrito do YouTube, grifos meus).¹⁷

As letras fazem referências ao poder bélico existente na comunidade, ao envolvimento de adolescentes nos conflitos e ao interesse da mídia local nas constantes disputas entre as redes rivais de tráfico de drogas, disputas que têm seus resultados apresentados através dos comentados programas de notícias policiais¹⁸. Nota-se que as vias de acesso a João de Barros ganham centralidade nas dinâmicas ilícitas e violentas no local. Nos becos, ruas e vielas dentro da comunidade quase sempre há um intenso comércio varejistas de drogas ilícitas, tais transações podem ser presenciadas em qualquer hora do dia ou da noite, o consumo também é muito expressivo. E é muito comum sentir cheiro de maconha ou ver pessoas consumindo drogas ilícitas e licitas a qualquer hora do dia e da noite e em qualquer dia da semana.

Alguns trabalhos importantes foram recentemente desenvolvidos sobre as dinâmicas do tráfico de drogas no local e de como elas impactam, em menor ou maior medida, a

¹⁶ Se brotar na Jão: <https://www.youtube.com/watch?v=7FPq57MAOJI>, acessado em 26 de janeiro de 2015.

¹⁷ Realidade da João: <https://www.youtube.com/watch?v=u3tYgLtePy4>, acessado em 26 de janeiro de 2015.

¹⁸ Em uma rápida troca de canal, no horário de almoço, é possível acompanhar, em pelo menos três emissoras diferentes, notícias policiais sobre a ação de traficantes, prisões, assaltos e homicídios ocorridos não só na capital, como em todo o estado. Dentre tais programas destacam-se o Bronca Pesada (TV Jornal/SBT); Ronda Geral (TV Tribuna/Band) e O Balanço Geral PE (TV Clube/Record).

população residente, principalmente se este for jovem, do sexo masculino e de baixa escolaridade (SILVA, 2014; SANTOS, 2013; CUSTÓDIO, 2012; DA SILVA et al, 2011). No entanto, o que nos chama a atenção é como as vias de acesso à comunidade se tornam o facilitador para o desenvolvimento deste comércio e das interações provenientes dele, tais como: compra e venda, consumo e os mecanismos, quase letais, de cobranças de suas dívidas. A própria configuração geográfica planejada do bairro, garante o acesso mais rápido, fácil e com possibilidades mínimas de vitimização para o consumidor (o *drive thru*), visto que, segundo um dos entrevistados, “*os consumidores são de todas as partes da cidade, de ambos os sexos e de diversas faixas etárias*” (Entrevistado 6).

Outra via importante do bairro, porém sua importância viária não é tão expressiva quanto às demais vias supracitadas, mas que também se insere na dinâmica de tal comércio, é a Avenida Doutor Jayme da Fonte, localizada entre a Cruz Cabugá e a Agamenon Magalhães. Esta Avenida margeia o Palácio Frei Caneca, sede atual da vice-governadoria do estado. Nela está localizado também o Galpão de Meninos e Meninas de Rua, uma importante organização social, fundada em 1984 e que atua com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e física. No entanto, quando lembrada por mais de dois entrevistados, não foi a sua importância viária ou os prédios existentes que foram evidenciados e, sim de como a sua construção contribuiu para as dinâmicas do crime e da violência entre as comunidades do Campo do Onze, Ilha Santa Terezinha e Vila dos Casados, todas pertencentes à ZEIS Santo Amaro.

Tal avenida é popularmente conhecida entre os moradores como a “Faixa de Gaza” de Santo Amaro, é ela quem delimita as fronteiras dos territórios onde grupos rivais travam disputas pelo domínio do tráfico de drogas no local. Em determinados períodos, transpor tais fronteiras, mesmo para aqueles que não estão envolvidos com as dinâmicas do tráfico, acaba sendo um fator determinante para serem vitimizados ou para matar ou morrer.

A Vila dos Casados agora. Eu moro desse lado, de frente por outro lado que se chama Campo do Onze, aonde o povo tem essa costume de [...]. Campo do Onze é só um lado que tem, [...] pega a Jayme da Fonte até a rua do Mercado, que é até na Cruz Cabugá. Que é rival contra o lado que eu moro, o que divide essa gangue é só uma pista. A pista, a avenida, que divide a comunidade, tem pessoas que não vai ao Shopping, por que não pode passar por lá com medo. Mesmo que não esteja envolvida com medo dessa guerra. (Entrevistado 1).

Segundo o entrevistado, o surgimento da Avenida que depois se tornou a “Faixa de Gaza” de Santo Amaro, foi um dos elementos que fez surgir às rivalidades entre as comunidades, tais rivalidades têm como elemento causal central o tráfico de drogas,

*Que não era assim, que era uma comunidade totalmente unida. Apesar que **não tinha a divisão da avenida** [Jayme da Fonte], nesse tempo era mangue, era mangue, muito plantação, terrenos. E era uma comunidade que era uma só. E começou o crack a chegar aqui, começou as drogas chegar aqui, ai já foi gerando traficantes, querendo uma tomar posse. Tomou posse de terras daqui, tomou posse de lugares. (Entrevistado 1, grifos meus).*

Para outro entrevistado, a construção da Avenida Jayme da Fonte, fez com que netos e filhos dos antigos moradores, passassem a não compartilhar mais o mesmo espaço físico e geográfico, os laços de proximidade e confiança foram partidos e os poucos metros que separam uma comunidade da outra, tornou-se uma fronteira física quase intransponível onde a amizade e a confiança de outrora deram lugar à desconfiança e ao medo de transitar nas áreas agora dominadas por redes de tráfico rivais,

O que aconteceu com a Jayme da Fonte foi o seguinte: os antigos moradores, pais, mães avós que eram amigos, antes da avenida, se separaram quando ela foi construída. Daí os filhos, netos e outra gerações desses moradores, passaram a ficar mais distantes um dos outros. E quando o tráfico chegou, eles pararam de vez de andar um do lado do outro. (Entrevistado 6, 39 anos).

Nota-se que a produção do crime e da violência estão diretamente relacionados com o comércio varejista de drogas ilícitas no local. E neste sentido, o espaço geográfico planejado e as vias de acesso tanto facilitam a sua venda, compra e consumo, quanto às investidas entre os grupos rivais das comunidades da João de Barros, da Ilha de Santa Terezinha, da Vila dos Casados e do Campo do Onze. No entanto a breve exposição, sem um aprofundamento teórico mais detalhado, não tem por objetivo tornar homogêneas as experiências dos diversos moradores do bairro, principalmente, os residentes das áreas mais pobres, e sim dar mais ênfase a esses relatos que surgiram de forma espontânea no período do campo.

Se por um lado o campo mostrou essa dinâmica tão expressiva no bairro ao ponto de existir ali uma “Faixa de Gaza”, delimitando fronteiras físicas e simbólicas, tão perversas quanto à do “muro da vergonha”, por outro também foi possível conhecer experiências de

vida diversas e ricas: de jovens e adultos trabalhadores do mercado formal; jovens e adultos ex-trafficantes que hoje ocupam mercados formais e informais de trabalho; de jovens com curso superior e outros que estavam cursando faculdade; jovens educadores culturais em linguagens de dança, capoeira, teatro, *break dance*, lideranças de jovens e adultas, de *raper*, enfim, uma infinidade de sujeitos e experiências que tornam o bairro de Santo Amaro esse bairro ao mesmo tempo “enigmático” (SALDANHA, 2010) e tão rico em fenômenos sociais de diferentes naturezas, dentre eles, o crime a violência.

Um cenário onde o “Santo” e o “Amaro” dividem o mesmo espaço geográfico, onde as contradições de diversas naturezas emergem de forma muito mais expressiva e onde fronteiras físicas e simbólicas se solidificam e alteram o cotidiano, não só dos moradores, mas dos transeuntes que frequentam o bairro, seja para ir fazer compra no shopping ou comprar drogas ilícitas nos pontos de venda espalhados pelo bairro. Mesmo assim, em Santo Amaro das Salinas, dos versos do saudoso poeta marginal, Erickson Luna, ex-morador do bairro, o “Amaro” do suor, da cachaça e da lama, não se contamina (ou será que não se mistura?) com o *Scotch* e nem pelo perfume do “Santo”. Isso se comprova em poucas caminhadas pelo bairro que, apesar da aparente urbanização com a pavimentação das ruas, sistema de esgotamento sanitário (deficitário, mas presente), casas de alvenaria de um ou mais pisos dentre outro, ainda carece de muito investimento em sua infraestrutura, ainda há, no local, palafitas fincadas em beiras de canais.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA: O EFEITO VIZINHANÇA NA DIFERENCIAÇÃO DAS TAXAS DE CRIME E DE VIOLÊNCIA EM COMUNIDADES URBANAS

Nos estudos sociológicos de análise e compreensão das causas do crime e da violência em comunidades urbanas contemporâneas, unidades menores como, por exemplo, bairros, vizinhanças, favelas, territórios dentre outros, ganham grande expressividade, principalmente quando procuram explicar a variação nas taxas de crimes e de violência em tais contextos. Ou seja, por que algumas vizinhanças apresentam altas taxas de criminalidade e violência e outras não. Tais estudos desenvolvem-se a partir da chamada ecologia social do crime que tem como expoente o contexto teórico desenvolvido por Robert Park e Ernest Burgess, na obra *The Growth of the City*, em 1925. (CRUZ, 2010, p. 18). Em linhas gerais a ecologia social do crime procura compreender como as características físicas de tais unidades, assim como, as características sociodemográficas dos indivíduos que as ocupam podem interferir nas variações das taxas de crime e de violência de um determinado bairro, vizinhança, favela, território dentre outros.

Sob a lente teórica de Park & Burgess vários estudos e pesquisas foram desenvolvidas tendo como premissa básica a importância do lugar (do espaço físico, geográfico) para a explicação das causas do crime e da violência em contextos urbanos diferentes. Dentre eles destacam-se os trabalhos de Thrasher (1927); através dos estudos sobre gangues na cidade de Chicago, Alihan (1938); quando faz uma análise crítica da ecologia social do crime e Shaw & Mckay (1942), ao desenvolverem a Teoria da Desorganização social. É principalmente sobre o contexto teórico e empírico da Teoria da Desorganização Social que Sampson e colegas, vão desenvolver a Teoria da Eficácia Coletiva e, conseqüentemente, suas análises sobre o efeito da vizinhança nas variações das taxas de crime e de violência em contextos urbanos diversos.

Dentro dessa perspectiva, Sampson e colegas, passam a combinar teoria e empiria para compreender as causas do crime e da violência na cidade de Chicago, as variações nas taxas destes fenômenos em unidades urbanas distintas e como os indivíduos acessam mecanismos de controle social informal para promover a segurança em determinada vizinhança, sem necessariamente utilizar-se de mecanismos de controle social formal, estes exercidos pelo

Estado, seja através das polícias, seja através do sistema de justiça. Sampson e colegas desenvolvem suas análises e seus estudos ao longo de mais de 15 anos de pesquisas, onde as principais fontes de dados são oriundas do *Project on Human Development in Chicago Neighborhoods – PHDCN*, de 1995, onde procuraram agrupar os 847 setores censitários da cidade de Chicago em 348 Aglomerados de Vizinhança, os *Neighborhood Clusters – NCs*, dois quais cerca de 8000 pessoas participaram da pesquisa. A mesma pesquisa foi replicada no ano de 2000, dessa vez com mais de 3000 pessoas. Assim sendo, os autores procuraram analisar como as características sociais e organizacionais das vizinhanças explicam as variações nas taxas de crime e violência que não devem ser atribuídos apenas às características demográficas agregadas dos indivíduos. (SAMPSON et al., p. 918).

A preocupação dos autores consiste principalmente na tentativa de superar as abordagens tradicionais do crime e da violência, que por um lado procuram explicar tais fenômenos a partir do indivíduo e que por outro, procuram explicá-los apenas a partir da estrutura. Assim sendo, desenvolvem uma Sociologia do Contexto, especialmente no que diz respeito às desigualdades por vizinhança e a estratificação social do lugar, o que os autores costumam chamar de desvantagens sociais. Neste sentido, a preocupação sampsoniana reside principalmente no legado da desigualdade e os efeitos laterais do acelerado processo de urbanização e desenvolvimento nos grandes centros urbanos.

Tal preocupação gerou algumas críticas à Teoria da Eficácia Coletiva onde, para alguns, a análise sampsoniana reproduziria “discursos estigmatizados sobre populações de baixa renda e ‘ignoraria’ o complexo processo social que gera desigualdades” (RICHMOND, 2013, p. 3, grifo meu). A relação entre pobreza e criminalidade é um dos grandes embates nas Ciências Sociais e, especialmente na Sociologia do Crime. Para Sampson, na tentativa de mudar tal perspectiva é preciso atentar para quais são as questões que, os sociólogos do crime e criminólogos procuram responder quando se propõem a compreender o fenômeno do crime e da violência em contextos urbanos da atualidade e, mais especificamente, quando se procura compreender a existência ou não da relação causal crime-pobreza. Dentro dessa perspectiva, para Sampson, a pergunta que o cientista social tem que fazer, é a de como, diante de tantas transformações sociais, econômicas, tecnológicas e globais, espaços criminógenos permanecem criminógenos e desiguais por décadas e décadas (SAMPSON, 2012).

Dentro dessa perspectiva, tal reflexão sampsoniana nos remete ao bairro de Santo Amaro, quando no início de sua formação, nos anos de 1900, suas áreas de mocambos e

alagados, apresentadas no livro *Recife Cultura e Confronto*, do historiador Raimundo Arrais, figuravam como um dos espaços mais violentos da cidade, junto com o mocambo de Afogados, conforme apresentado no capítulo dessa dissertação.

A breve explanação sobre a Teoria da Eficácia Coletiva e o efeito da vizinhança nas taxas de crime e violência, surge aqui, nesta seção, de forma mais ilustrativa. O aprofundamento das questões teórico metodológicas de tal abordagem será feito mais a frente. No entanto, antes de adentrarmos em tais questões, cabe um parêntese sobre o contexto empírico do crime e da violência na cidade do Recife, que passou a ganhar maior centralidade no debate dentro e fora da academia nos anos de 2000.

Contexto Empírico: crime e violência em pauta na cidade do Recife

Em 31 de Agosto de 2008, o Jornal do Commercio, um dos três grandes maiores jornais em circulação do estado, lançou um caderno especial, intitulado, *Vidas Invisíveis*. Nele, os jornalistas João Valadares e Eduardo Machado apresentam uma série de artigos jornalísticos com dados, imagens e depoimentos inquietantes sobre os alarmantes números de homicídios na capital pernambucana e no estado como um todo,

Um lugar com índices de homicídios de proporções continentais. Assim é possível definir Pernambuco. Com 8,5 milhões de habitantes, segundo o IBGE, o Estado teve 4.638 assassinatos em 2006. Os 25 países da União Européia (sic), que juntos somam 459 milhões de habitante, registraram no mesmo ano 6.697, execuções. [...] O comparativo é desproporcional até quando se analisa o número de mortes nas dez maiores cidades pernambucanas. (VALADARES; MACHADO, 2008).

Em 2006, o Cabo de Santo Agostinho, com 172 milhões de habitantes, teve praticamente o mesmo número de homicídios (140) que Portugal (148), com uma população de 9 milhões de residentes. Nenhum país da Comunidade Européia (sic) teve tantos assassinatos quanto o Recife. Para se aproximar dos 1.101 casos da capital pernambucana, é preciso somar todos os crimes desse tipo anotados na França, Bélgica e Luxemburgo. (VALADARES; MACHADO, 2008).

Os dois parágrafos que abrem a referida série jornalística evidenciam, em números, a dimensão dos fenômenos do crime e da violência em todo o estado, com maior expressividade para a capital e a região metropolitana. Em um processo vertiginoso, a escalada da criminalidade urbana em Recife é, em certa medida, o reflexo do mesmo processo que vinha acontecendo no Brasil, desde os anos de 1980, onde a questão do crime e da violência passou a ter maior centralidade, seja pelos seus efeitos perversos, ou seja, pela tentativa de compreensão e contenção de sua escalada dentro da sociedade brasileira. Neste cenário, além de Pernambuco, estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, despontavam nas estatísticas oficiais como locais onde mais se matava no país. E tais mortes tinham sexo, idade, etnia e classe social, geralmente, eram homens jovens, na faixa etária dos 14 aos 25 anos, negros, de baixa escolaridade.

Segundo Andrade (2015), entre os anos de 1980 e 2013, no Brasil, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes aumentou em 141,9%. Neste período, o ano de 2012, segundo a autora, foi o mais crítico, apresentado uma taxa de 29 homicídios por 100 mil pessoas, ultrapassando *“em quase cinco vezes a média mundial no mesmo ano, que foi de 6.7 [...] [e] quase três vezes maior que a taxa considerada aceitável pela ONU [...] de até 10 homicídios para cada 100 mil habitantes.”* (2015, p. 100, grifo meu).

Em Pernambuco, apesar da expressiva queda nos números de homicídios no estado¹⁹, ainda é um local onde o crime violento é muito presente, ou seja, ainda se mata e morre muito. Em Recife, por exemplo, no ano de 2012, foram registrados 598 homicídios, o equivalente a uma taxa de 35,2 para cada 100 mil habitantes (ANDRADE, 2015, p. 149), ainda segundo a autora, as motivações (relatados pelos autores ou indicadas pelos policiais), são diversas, no entanto, as motivações relacionadas às transações decorrentes do comércio de drogas ilícitas, aparecem em primeiro lugar (17,5%) dentre os motivos para se cometer um homicídio no estado de Pernambuco. (p. 110).

¹⁹ Nos últimos seis anos Pernambuco vêm mostrando resultados positivos no enfretamento da criminalidade violenta no estado. Tais resultados foram obtidos, a partir de 2007, com a implantação da política pública de segurança, em 2007, o Pacto Pela Vida. De lá para cá os números de homicídios no estado caíram de 53,7 por cem mil habitantes em 2006, para 35,3 em 2012, segundo dados da Secretaria de Defesa Social. Embora significativa a redução, Pernambuco nos últimos dois anos vem apontando um discreto aumento nos dados de crimes violentos contra a pessoa em todo o estado.

Dentro dessa perspectiva, o tema da criminalidade violenta, no Brasil, leva a grandes debates dentro e fora da academia²⁰. Dentre as preocupações mais latentes está o crescente número de homicídios entre os jovens brasileiros, principalmente se este jovem for do sexo masculino, negro, de baixa escolaridade e morador de favelas ou bairros populares dos grandes centros urbanos do país. Em Pernambuco, importantes trabalhos vêm sendo desenvolvidos na tentativa de compreender o crime de homicídios no estado, dentre eles destacam-se, as análises configuracionais de homicídios, (ANDRADE, 2015; PORTELLA, 2014; PATRÍCIO, 2012) e a análise da significação social das mortes violentas, a partir de entrevistas em profundidade com familiares de vítimas de homicídios no estado (CAMPELLO, 2015).

Em Recife, as tentativas de compreensão do fenômeno da criminalidade violenta ganham certa centralidade, principalmente em espaços de alta vulnerabilidade socioeconômica, como por exemplo, o bairro de Santo Amaro, e as diversas expressões da criminalidade violenta que ali se desenvolvem. Para citar alguns das produções mais recentes com focos e abordagens diferentes que procuraram compreender a dinâmica do crime, da violência e das redes de tráfico em Santo Amaro, destacam-se: identidade, sociabilidade violenta e juventude (SILVA, 2014); infância, favela e cotidiano violento (SANTOS, 2013); qualidade de vida, coesão social e violência (CUSTÓDIO, 2012); e, cartografia social e dinâmicas do tráfico (DA SILVA, 2014). Os trabalhos evidenciam que há uma forte relação entre as redes de tráfico de drogas, que atuam dentro e fora da comunidade, com a produção da violência no local, tais redes possuem forte poder de cooptação e “recrutamento” de adolescentes e jovens em atividades que geram um montante considerável de dinheiro e, conseqüentemente, maior possibilidade desses atores tanto de serem vítimas como algozes de atos violentos e de homicídios.

O destaque acima evidencia que o debate acerca do fenômeno do crime e da violência exige diferentes instrumentos teórico-metodológicos, assim como, uma abordagem mais aprofundada de sua dinâmica e de suas especificidades localizadas. Principalmente, quando se

²⁰ Levando-se em consideração os importantes centros, núcleos e laboratórios de estudos e análise sobre o crime e a violência vinculados à importantes universidades do Brasil, tais como o Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP); o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ (NECVU); Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP/UFMG); Centro de Análise Sociais e Econômicas da PUCRS (CAES/PUCRS); o Laboratório de Estudos da Violência da UFC (LEV/UFC) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas de Segurança da UFPE (NEPS/UFPE). Para além da academia, importantes ações coletivas são desenvolvidas por ONG's e coletivos de combate à violência, dentre eles, destacam-se: o Instituto Sou da Paz no Rio de Janeiro, Instituto Igarapé também do Rio de Janeiro.

observa que as ações localizadas dos mercados de drogas ilícitas acabam produzindo dispositivos complexos de produção da violência e da violência letal nos grandes centros urbanos brasileiros, envolvendo juventude de espaços populares, delinquência convencional, tráfico de armas de fogo, corrupção policial e grupos de extermínio. Em um processo de integração perversa entre a expansão dos mercados ilegais de drogas e de armas e a experiência de ser jovem nos grandes centros urbanos do país (ZALUAR, 2007).

O breve panorama acima apresentado evidencia que o fenômeno da criminalidade urbana e violenta é complexo, por isso, significa considerá-lo em suas várias dimensões, dando tanto importância aos condicionantes estruturais como aos sociais. Na tradição sociológica, várias correntes teóricas, buscam explicar as causas da criminalidade, dentre elas a chamada abordagem ecológica e contextual do crime, como explicitado na primeira seção deste capítulo. Segundo Beato et al (2009, p. 399), em uma abordagem sociológica do crime, este fenômeno, deve ser compreendido não só pelo prisma dos agentes e das vítimas envolvidos, mas também, é preciso levar em consideração o espaço social, os “traços dos lugares” e as estruturas físicas, em que estes se desenvolvem. Visto que, segundo os autores, a distribuição da criminalidade violenta nas grandes cidades do país segue um padrão comum: os crimes contra o patrimônio se concentram na região central da cidade, enquanto os crimes contra a pessoa, principalmente os homicídios, têm maior recorrência em favelas e bairros populares, cujas motivações estão diretamente relacionadas às atividades provenientes do tráfico de drogas.

Contexto Metodológico: atividades de campo em um território de tráfico

A pesquisa foi desenvolvida no território da João de Barros, por questões metodológicas e de segurança, visto que transitar em um mesmo período nos diversos territórios não é uma prática recomendada, mesmo para quem não tem nenhum envolvimento com as redes de tráfico e para quem é de fora. No entanto, algumas incursões, antes de concentrar as atividades de campo no território da João de Barros foram realizadas nas comunidades da Vila dos Casados e da Ilha Santa Terezinha. Para além das questões de segurança, metodologicamente, nos quatro meses de pesquisa, seria um pouco inviável visitar, mobilizar e entrevistar todos os sujeitos que foram importantes para essa pesquisa. Embora a relação com o bairro seja antiga, o contato com o território da João de Barros só não foi

completamente ausente por causa de uma ou duas visitas realizadas à comunidade no ano de 2004. Visitas que aconteceram durante a realização da pesquisa sobre a *Imagem da Polícia Militar*. Tal atividade fazia parte das atribuições como bolsista da FACEPE, em uma das primeiras experiências de campo como integrante do NEPS. Durante a pesquisa, ajudei a identificar e delimitar nos mapas os territórios do bairro de Santo Amaro que seriam pesquisados pela equipe de campo. Identificamos quatro áreas/territórios existentes no bairro e que seriam pesquisadas, são elas: Ilha Santa Terezinha, Vila dos Casados, Campo do Onze e João de Barros (Ver capítulo 1). Contribuí também para a localização e deslocamento das equipes de campo nas áreas da Ilha de Santa Terezinha e da Vila dos Casados. Porém, o território da João de Barros ainda era um território desconhecido para mim. Assim sendo, ao voltar ao território da João de Barro, no ano de 2015, durante as atividades de campo desta dissertação, ficou evidente a mudança estrutural do local. Em 2004 pude perceber muitos casebres ainda de taipa, já em 2015, não havia mais casas de taipa, todas são de alvenaria, a maioria com rebocos, pintadas, com um ou dois pisos, algumas poucas com revestimento em porcelanato. Ruelas, becos e ruas com calçamento e esgotamento sanitário, embora precários, mas existentes.

O território da João de Barros está localizado entre dois viadutos, o viaduto do mesmo nome e o viaduto da Avenida Norte. É uma área relativamente pequena, com aproximadamente, segundo um dos interlocutores, 1.210 habitantes, distribuídos em 220 casas. Em uma conta rápida seriam cerca de 5,5 moradores por domicílios. Dessa maneira, com o intuito de preservar a privacidade, a anonimato e a segurança dos sujeitos dessa pesquisa, não foi feito um quadro com a caracterização dos entrevistados. Visto que, ao fazer uma caracterização detalhada dos sujeitos que contribuíram com essa pesquisa, posso acabar trazendo informações que qualifiquem tais sujeitos, levando-se em consideração que o espaço geográfico pesquisado é muito pequeno, para quem tiver acesso a esse trabalho, ficaria muito mais fácil reconhecer, a partir de caracterizações específicas tais sujeitos. Como neste caso fictício: homem, jovem, com 25 anos de idade, nascido e criado no bairro, filho de uma importante liderança local e cantor de pagode²¹. Quem mora no local e tiver acesso ao trabalho facilmente irá identificar este interlocutor. Muitos dos entrevistados pediram uma cópia deste trabalho após sua defesa, portanto, abrirei mão do quadro de caracterização dos mesmos com intuito de preservar suas identidades e garantir-lhes o anonimato.

²¹ Não foi entrevistado nenhum cantor de pagode neste trabalho, o trecho acima é só ilustrativo.

Outra medida adotada na escrita deste trabalho foi a de não chamar os sujeitos dessa pesquisa de ‘informantes’, ‘informantes chaves’ ou ‘meu informante’. Por várias razões, a principal delas é a de que este termo é comumente utilizado para designar pessoas de dentro de uma comunidade qualquer que passam informações privilegiadas para diversas organizações que necessitem de tais informações. Dessa forma, este termo é fortemente utilizado dentro do meio policial investigativo e um exemplo clássico de sua informação é a contribuição que o informante dá ao trabalho investigativo sobre práticas criminosas diversas como, por exemplo, uma pessoa de dentro de uma área controlada pelo tráfico e que passa informações da atuação e organização para as polícias. Nos territórios a pessoa, se for descoberta, passa a ser chamada de ‘X9’, ‘dedo duro’ ou ‘alcaguete’, e sofre represarias de todas as maneiras, inclusive, podendo vir a ser morto.

Assim sendo, para o presente estudo de caso, foram entrevistadas um total de 15 pessoas, 5 mulheres e 10 homens. No grupo dos homens, a maioria eram trabalhadores formais com carteira assinada exercendo diversas funções, tais como: garçom, zeladores de prédio. Havia também trabalhadores informais, guardadores de carros, limpadores de para-brisas, vendedores de água mineral. Entre as mulheres, algumas são trabalhadoras formais com carteira assinada, exercendo funções tais como, de serviços gerais, conservação patrimonial, gestão e outras eram do lar. Todas as entrevistas foram concedidas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além do consentimento verbal. Foram todas gravadas e, posteriormente, transcritas e, por fim, analisadas para esta dissertação. Porém, alguns dos relatos que aparecem no corpo deste trabalho, não são apenas trechos das transcrições dos áudios coletados, mas também transcrições dos diários de campo produzidas imediatamente após as atividades *in lócus*. Todos os sujeitos mobilizados eram maiores de 18 anos, em sua maioria, nascidos e criados no bairro ou apenas criados. Dos entrevistados apenas um estava morando fora do bairro, embora tenha sido criado desde sua infância no local e tem por costume passar as tardes das sextas-feiras na João de Barros. O procedimento de construção da amostragem da pesquisa foi realizado através da seleção tipo “bola de neve”, neste tipo de amostragem uma pessoa que participa da pesquisa, acaba indicando outros e assim por diante. Neste caso, contei com a ajuda de algumas das amigas feitas em 2006 durante o estágio supracitado.

Um dos instrumentos utilizados para a coleta de dados foi a observação etnográfica intermitente, instrumento que esteve presente nas diversas etapas da pesquisa de campo. Dessa maneira, a primeira etapa onde tal instrumento foi aplicado foi na fase exploratória da

pesquisa, fase em que foi feita a apreensão mais geral da realidade de forma “assistemática”, ou seja, onde a coleta e o registro dos fatos da realidade local foram feitos sem planejamento prévio ou controle. Na fase subsequente, ou seja, a coleta de dados, tal técnica também foi empregada. Embora a paisagem do bairro de Santo Amaro não fosse uma paisagem estranha, realizar incursões assistemáticas no território pesquisado permitiu delinear melhor algumas questões, tais como:

- 1) quais os sujeitos seriam interlocutores interessantes para a pesquisa? Jovens e adultos de ambos os sexos moradores nascidos e criados no bairro ou apenas criados nele;
- 2) em quais horários as atividades de campo seriam mais proveitosas? Neste caso final da tarde e o período da noite foram os períodos mais produtivos;
- 3) quais ruas e/ou equipamentos públicos ou privados eram mais utilizados pelos moradores? Praça da Academia, rua principal da comunidade, saída da rua principal da comunidade.

A observação etnográfica também foi empregada nos momentos em que fui convidada a tomar cervejas com alguns dos interlocutores da pesquisa, um desses momentos foi relatado acima no caso da atuação da ROCAM. Os momentos da observação etnográfica se mostraram tão rico em relação à produção de dados tanto quanto a aplicação das entrevistas em profundidade. Ser convidada para tomar cervejas, passar algumas madrugadas no território, poder acompanhar um entrevistado enquanto ele fazia uso de entorpecente (maconha) na sala de sua casa, enquanto a sua mãe assistia TV na sala (Capítulo 3), me fez sentir ‘aceita’ por alguns dos interlocutores, tal como relatou Foot-White, ao andar com os sujeitos da pesquisa em seus momentos de lazer, algumas respostas surgiram sem mesmo fazer as perguntas certas (1990, p. 82). Venkatesh, em sua pesquisa de campo para *Chefe de Quadrilha por um Dia*, foi advertido, pelo líder do *Black Kings*, J.T. que a melhor maneira de compreender pessoas como eles e o contexto em que elas vivem, seria acompanhá-las de perto, andar junto. (2008). No entanto, nesta pesquisa o uso da técnica não foi através de uma proposta de imersão no campo, de estar na comunidade por longas horas e dias, semanas ou meses inteiros, mas sim, fazer com que as idas ao campo, para aplicação das entrevistas, também pudesse render boas observações ou bons momentos de socialização com os sujeitos da pesquisa. Assim, dessa maneira, poder compreender as diversas realidades que se desenrolam no cotidiano do território da João de Barros, realidades que dizem respeito às diversas formas de violências perpetradas tanto pelos envolvidos com o comércio de drogas ilícitas quanto pela atuação da

polícia no local. Que dizem respeito também ao cotidiano, aos processos de socialização que ali se desenvolvem, a convivência entre os pares dentre outros aspectos.

Outra técnica utilizada foi a aplicação das entrevistas semiestruturada em profundidade, uma importante ferramenta para a construção dessa dissertação. A proximidade adquirida durante as idas ao campo ou adquirida ao longo dos anos em que estive indo e vindo em alguns dos territórios de Santo Amaro, fizeram com que questões delicadas surgissem, no momento das entrevistas, mesmo antes de serem perguntadas. Tais como o envolvimento de alguns dos interlocutores com o mundo do tráfico e consumo de drogas ilícitas (Capítulo 3). Mesmo sendo o crime e a violência uma temática de difícil abordagem, seja pelas questões relativas à ‘lei do silêncio’, o medo de ser confundido com um delator e por ser um assunto que não se fala com pessoas ‘estranhas’, senti que os interlocutores ficaram muito a vontade para me contar e permitir gravar seus relatos. Talvez os momentos de observação, antes e durante o campo, tenham proporcionado tal abertura, ou talvez a proximidade social e de linguagem com os moradores do local também possa ter sido um facilitador das *‘trocas verbais e não verbais que se estabelecem neste contexto de interação’* (FRASER e GONDIN, 2004. p. 2), durante a aplicação de um roteiro de questões construídas para solucionar um problema teórico específico.

Nesse sentido, a aplicação de tal instrumento teve como objetivo compreender, a partir dos relatos dos interlocutores, quais as naturezas dos laços de convivência e confiança entre os residentes, quais as principais mudanças (estruturais e simbólicas) ocorridas no bairro nos últimos anos, dentre outras questões.

Por fim, a importância desses interlocutores, dos instrumentos utilizados, dos antigos e dos novos laços de amizade estabelecidos, para a obtenção do objetivo desta dissertação, qual seja: analisar quais são os recursos utilizados pelos diversos atores e atrizes sociais, moradores ou não, do território da João de Barros, localizado no bairro de Santo Amaro, para acessar mecanismos de prevenção e controle da criminalidade e da violência no local, se deu principalmente a partir da possibilidade de aprofundar questões relativas ao se viver em um território de tráfico. A interlocução com esses atores e atrizes locais, proporcionou: a) compreender quais os temas priorizados pela comunidade local, principalmente, no que diz respeito às ações do tráfico de drogas no local; b) compreender em qual nível se dá os mecanismos de prevenção primária no local; c) quais os principais vantagens e desvantagens de se morar em tal território. Dentro dessa perspectiva, uma importante chave analítica que procura compreender essa variação nas taxas de crime e de violência, assim como, a

importância do contexto nessa explicação é, conforme evidenciado parágrafos acima, a Teoria da Eficácia Coletiva, cuja abordagem e principais argumentos veremos a seguir.

Teoria da Eficácia Coletiva

A Teoria da Eficácia Coletiva desenvolvida por Sampson e seus colegas (1989; 1997; 1999; 2002; 2012), é tributária direta das abordagens ecológicas do crime, desenvolvidas pela Escola de Chicago. Principalmente da Teoria da Desorganização Social (TDS), desenvolvida por Shaw e Mckay (1942), a partir de análises de mais de 30 anos dos registros de delinquência juvenil, cujos resultados foram apresentados no livro *Juvenile delinquency and urban áreas* (1942). De maneira geral, a Teoria da Eficácia Coletiva (TEC) surge com o objetivo de superar os limites, empíricos e teóricos, que a TDS apresentou quando Sampson e Groves (1989) procuraram testar os princípios teóricos de tal abordagem.

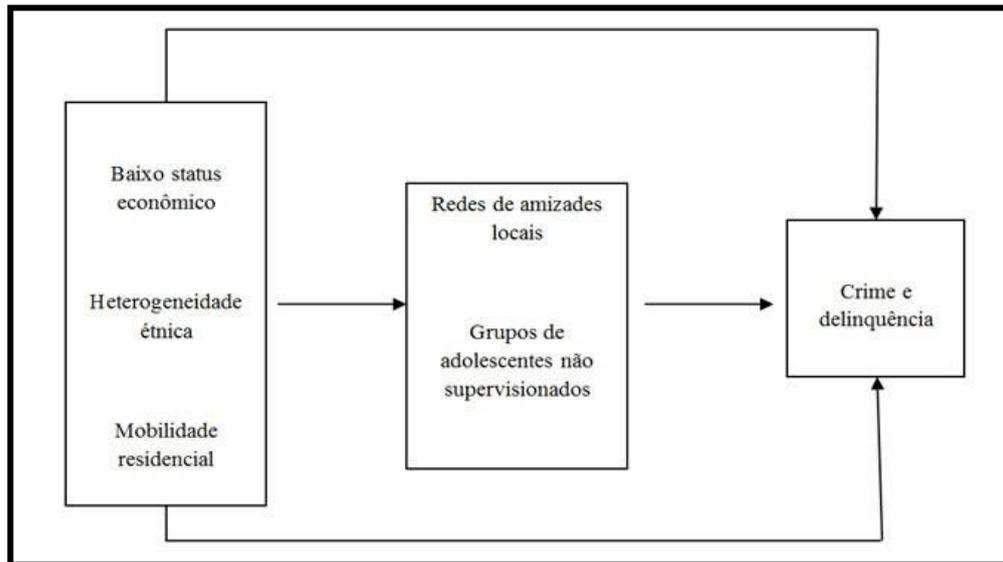
A preocupação de Shaw e Mckay era com a crescente migração para áreas pobres e decadentes da cidade de Chicago, a intensificação desse processo nestas áreas levaria ao esgarçamento dos laços vicinais e familiares, que dificultava a introjeção, por parte da população local, da moral e das regras vigentes, gerando ambientes propensos ao crime e à violência. A ideia principal é a de que a ordem social, a estabilidade e a integração contribuem para o controle social e a conformidade com as leis, enquanto a desordem e a má integração conduzem ao crime e à delinquência. Segundo os autores, quanto menor a coesão e o sentimento de solidariedade entre o grupo, a comunidade ou a sociedade, maiores serão os índices de criminalidade.

Em linhas gerais, a TDS, leva em conta a forma como o espaço estrutural está organizado socialmente e de como este interfere nas formas de comportamento das pessoas, dentro dessa perspectiva, a preocupação é com a forma de organização social distintas que criam padrões ecológicos urbanos distintos e que interferem diretamente na produção de comportamentos indesejáveis, tais como: consumo excessivo de álcool e drogas nas ruas, som alto, dentre outros, inclusive o crime. Segundo Cerqueira e Lobão, a TDS,

Trata-se de uma abordagem sistêmica cujo enfoque gira em torno das comunidades locais, sendo estas entendidas como um complexo sistema de redes, associações formais e informais, de relações de amizades, parentesco e outras que, de alguma forma, contribuam para o processo de socialização e aculturação do indivíduo; essas relações seriam condicionadas por fatores estruturais, como status econômico, heterogeneidade étnica e mobilidade residencial (2004, p. 238).

Nota-se que, segundo Shaw e Mackay, três variáveis são fundamentais para compreender ambientes socialmente desorganizados: o baixo poder econômico, a heterogeneidade étnica e alta mobilidade residencial, fatores determinantes para o esgarçamento dos laços de pertencimento entre os residentes e, conseqüentemente, para o aumento nos índices de criminalidade e delinquência em tais localidades. Sampson e Groves partem da formulação inicial feita por Shaw e MacKay e incorporam a ela duas outras variáveis (Figura 4): a desestruturação familiar, e por sua vez, a falta de supervisão nas atividades de crianças e dos grupos juvenis (*peer group*); e o acelerado e caótico processo de urbanização das grandes cidades que, minaria a possibilidade de adesão a metas e valores comuns entre os residentes (baixa coesão social) (1989, pp. 781-782). Dessa maneira, o nível de “desorganização social” foi testado pelos autores em dois momentos, primeiramente no ano de 1982, a partir da análise de dados de uma pesquisa nacional realizada com 10.905 moradores de 238 localidades na Grã-Bretanha e depois em 1984, quando o modelo da pesquisa foi replicado com 11.030 moradores de 300 localidades britânicas. Tal teste foi feito não só a partir de fatores sociodemográficos, mas também, a partir das redes de amizades locais, do controle das atividades de crianças e grupos juvenis e do envolvimento e da participação comunitário nas resoluções dos principais problemas das comunidades pesquisadas.

Figura 4 – Modelo Estendido da TDS proposto por Sampson e Groves



Fonte: Sampson e Groves, 1989, p. 783. Tradução da autora.

Segundo, Sampson e Groves, os resultados dos dois *survey* confirmam a abordagem da TDS, proposta inicialmente por Shaw e MacKay. Segundo os autores, os dados indicam que há uma variação nas taxas de desorganização social entre as comunidades e essa variação se dá, principalmente, devido às características estruturais que tem impacto direto nas taxas de vitimização e ofensa criminal,

Relying on recent insights from social-network theory and a macro-level conceptualization of family structure and crime, we have presented evidence from two large national surveys of England and Wales that replicate and significantly extend Shaw and McKay's systemic model of community social disorganization. Specifically, our empirical analysis established that communities characterized by sparse friendship networks, unsupervised teenage peer groups, and low organizational participation had disproportionately high rates of crime and delinquency. More-over, variations in these dimensions of community social disorganization were shown to mediate in large part the effects of community structural characteristics (i.e., low socioeconomic status, residential mobility, ethnic heterogeneity, and family disruption) in the manner predicted by our theoretical model. We have thus demonstrated that social-disorganization theory has vitality and renewed relevance for explaining macro-level variations in crime rates [...]. In particular, the fact that Shaw and McKay's model explains crime and delinquency rates in a culture other than the

United States [...] is testimony to its power and generalizability [...]. (1989, p. 799)²².

Ainda segundo os autores, mesmo o teste teórico ter comprovado a validade analítica da TDS, sobre as variações das taxas de crime e delinquência, e mais ainda, ter sido comprovado em um contexto externo ao contexto norte-americano o que evidencia a sua possibilidade de generalização, algumas limitações foram percebidas,

Nevertheless, our analysis does not constitute a definitive test of social-disorganization theory. First, the proportion of variance explained in crime and delinquency was, at times, quite modest. Second, only three dimensions of community organization were examined, and these were, of necessity, measured with single items. In this regard, note that while local friendship networks, organizational participation, and control of teenage peer groups are all dimensions of a systemic concept of social organization, they are conceptually distinct and hence not different measures of the same variable. Consequently, we were unable to model measurement error with unobservable-variable methods. Third, the organization-participation variable was imprecise - for example, we do not know which organization respondents were involved with, and in fact we cannot guarantee that they were located in the community. Finally, better measures of both friendship networks [...] and street-corner gangs [...] are needed at the community level. (1989, pp. 799/780)²³.

²² Tradução minha: Baseando-se em recentes *insights* da teoria de redes sociais e uma conceptualização macro nível da estrutura familiar e do crime, temos apresentado evidências de duas grandes pesquisas nacionais de Inglaterra e do País de Gales que se replicam e aumentam significativamente o modelo sistêmico de Shaw e MackKay de desorganização social da comunidade. Especificamente, a nossa análise empírica estabeleceu que as comunidades caracterizadas por escassas redes de amizade, grupos de pares adolescentes sem supervisão, e baixa participação organizacional teve desproporcionalmente altas taxas de criminalidade e delinquência. Além disso, variações destas dimensões de desorganização social da comunidade foram mostradas para mediar em grande parte os efeitos das características estruturais da comunidade (isto é, baixo nível socioeconômico, a mobilidade residencial, a heterogeneidade étnica e ruptura familiar) da maneira prevista por nosso modelo teórico. Assim, nós demonstramos que a teoria desorganização-social tem vitalidade e renovada relevância para explicar as variações de nível macro das taxas de criminalidade [...]. Em particular, o fato de que o modelo de Shaw e McKay explica os índices de criminalidade e delinquência em uma cultura diferente dos Estados Unidos [...] é testemunho de seu poder e de generalização [...] (1989, p. 799).

²³ Tradução minha: No entanto, nossa análise não constitui uma prova definitiva da teoria da desorganização social. Em primeiro lugar, a proporção de variância explicada no crime e delinquência era, às vezes, bastante modesto. Em segundo lugar, apenas três dimensões de organização comunitária foram examinadas, e estas eram, por necessidade, medida com itens únicos. A este respeito, notar que, enquanto redes de amizade locais, participação organizacional e controle dos grupos de pares de adolescentes são todas as dimensões de uma concepção sistêmica da organização social, são conceitualmente distintos e, portanto, não é diferente medidas da mesma variável. Consequentemente, não fomos capazes de modelar erro de medição com métodos não observável - variáveis. Em terceiro lugar, a variável organização - participação foi imprecisa - por exemplo, não sabemos qual organização o respondente estava envolvido, e na verdade, não podemos garantir que eles foram localizados na comunidade. Finalmente, melhores medidas de ambas as redes de amizade [...] e gangues de esquina [...] são necessárias ao nível da comunidade (1989 , pp . 799/780).

Em 1997, Sampson, Raundenbush e Earls, na tentativa de superar as limitações teóricas da TDS, descritas acima, desenvolvem o conceito de “Eficácia Coletiva”, definida como um complexo sistema formado pela coesão existente entre os vizinhos, combinadas com a confiança e a vontade de intervir em nome do bem comum. Portanto, a “Eficácia Coletiva” está diretamente ligada ao controle da violência e da criminalidade, a partir de mecanismos de controle social informais que não passam necessariamente pelo Estado. Ainda segundo os autores, o controle social é a capacidade de um grupo de regular os seus membros, informalmente, sem a intervenção do Estado, de acordo com os princípios desejados, para alcançarem metas coletivas, sem o uso da força. Assim sendo, quanto maior for a adesão aos valores comuns (coesão social), mais eficazes serão os mecanismos de controle social informais, tal coesão vai ter impacto direto nas taxas de crime e de violência em uma determinada vizinhança.

Para Sampson, Raundenbush e Earls (1997), as variáveis capazes de identificar mecanismos de controle social são: 1) a supervisão das atividades de crianças e adolescentes; 2) controle sobre a evasão escolar; 3) supervisão em atividades de grupos juvenis; 4) intervir em mercados ilegais, como o das drogas, por exemplo. Outra variável importante de controle social, diz respeito à capacidade dos residentes em conseguirem benefícios públicos para seus bairros: calçamento de rua, serviço de água e esgoto, construção de creches, posse da terra dentre outros. Segundo os autores, duas variáveis são fundamentais, para que uma vizinhança acesse mecanismos de controle social, são elas: os laços de confiança e os laços de solidariedade entre eles. Dentro dessa perspectiva, segundo os autores,

Indeed, one is unlikely to intervene in a neighborhood context in which the rules are unclear and people mistrust or fear one another. It follows that socially cohesive neighborhoods will prove the most fertile contexts for the realization of informal social control. In sum, it is the linkage of mutual trust and the willingness to intervene for the common good that defines the neighborhood context of collective efficacy. [...] It follows that the collective efficacy of residents is a critical means by which urban neighborhoods inhibit the occurrence of personal violence, without regard to the demographic composition of the population. (1997, p. 919)²⁴

²⁴ Tradução minha: Na verdade, é pouco provável uma intervenção num contexto de vizinhança em que as regras não são claras e as pessoas têm desconfiança ou medo um do outro. Segue-se que socialmente as vizinhanças coesas irão revelar os contextos mais férteis para a realização do controle social informal. Em suma, é o vínculo de confiança mútua e a vontade de intervir para o bem comum que define o contexto da vizinhança de eficácia coletiva. [...] Daqui resulta que a eficácia coletiva os residentes é um meio essencial pelo qual as

Para Sampson e seus colegas, não só os elementos estruturais e sociais da organização dos espaços podem “promover” ou “coibir” o comportamento indesejado, mas também os arranjos vicinais que ali se desenvolvem. É nas vizinhanças, dos grandes centros urbanos contemporâneos, onde estruturas e processos sociais se inter-relacionam com padrões contextuais bastante definidos. Nesta perspectiva, a ênfase é dada a importância do lugar aonde vizinhanças se desenvolvem, como um contexto fundamental para compreender os efeitos generalizados do crime, percepção de ordem e desordem e a organização social.

Analiticamente, Sampson, desloca o seu foco do indivíduo para o efeito que a vizinhança promove no controle ou não de comportamento indesejado dentro de determinado contexto social. Sampson e seus colegas procuram correlacionar as escolhas num plano individual, com a natureza da organização social da vizinhança. Ou seja, vizinhanças com ricas vidas organizacionais favorecem mecanismos de controle social informal e formam bases para expectativas comportamentais que reforçam ou promovam a confiança entre os moradores.

Observa-se que Sampson e colegas desenvolvem uma interessante abordagem teórica e metodológica do crime e da violência. A Teoria da Eficácia Coletiva tem como objetivo compreender dinâmicas sociais capazes de inibir o ato criminoso e violento em determinadas localidades urbanas. Partindo de uma abordagem sistêmica da criminalidade nos bairros, onde a estrutura social de uma comunidade é representada na totalidade dos complexos conjuntos de associações entre os membros de grupos de afinidade, grupos de parentesco e associações locais. Ou seja, a importância da conexão entre confiança, de um lado, e controle social de outro.

Segundo Sampson, a coesão social só se torna um mecanismo importante na prevenção primária do crime, quando está se refletindo em uma “Eficácia Coletiva”. Portanto, o foco de análise de Sampson, são os mecanismos informais de controle social do crime e da violência, ou seja, em comunidades que apresentam um alto grau de coesão social, ocorre também, um fortalecimento das relações primárias e dos laços de convivência que, em determinado momento, pode ser acessado pelos residentes, a fim de contribuir para a consolidação de estruturas informais de prevenção social da conduta criminosa que não

vizinhanças urbanas inibem a ocorrência de violência pessoal, sem levar em conta a composição demográfica da população (1997, p. 919).

passam necessariamente pelo estado (policciamento), como por exemplo, a *vigilância* da vizinhança nas atividades de rotineiras de adolescentes e jovens.

Observa-se que a “Coesão Social” e a “Eficácia Coletiva”, tal como desenvolvida por Sampson e seus colegas, pressupõe, em certa medida, a existência de “Capital Social” (COLEMAN, 1990) que, segundo Coleman, seria o fechamento das relações dentro de um grupo e/ou comunidade. Ou seja, o estabelecimento de uma coesão interna, pautada nos princípios da confiabilidade e fortalecimento da organização comunitária, em prol de benefícios mútuos para os indivíduos e para o bairro.

A Sociologia desenvolvida por Sampson e colegas é uma Sociologia analítica, que ele denomina de uma Sociologia do Contexto, dentro dessa perspectiva pode ajudar a compreender não só o fenômeno do crime e da violência, mas outros fenômenos que se desenvolvem nos bairros, comunidade e vizinhanças de grandes centros urbanos. A ênfase dada por Sampson e seus colegas é a importância que o lugar tem especialmente aquele lugar onde as vizinhanças se desenvolvem, como um contexto fundamental para compreender os efeitos generalizados do crime, percepção de ordem e desordem, organização social, dentre outros em uma metrópole contemporânea e tecnologicamente desenvolvida.

As explicações estruturais levam em consideração o espaço social ou situação onde a criminalidade violenta é desenvolvida e não apenas o indivíduo. Desta maneira, procura explorar o grau com que os traços dos lugares, ou seja, as características estruturais de uma vizinhança, assim como aspectos individuais dos seus residentes, minam as possibilidades e os mecanismos de controle social e, por conseguinte, maximizam as chances de maiores interações em atividades criminosas.

Observa-se que a teoria desenvolvida por Sampson e colegas tem uma forte preocupação com o lugar onde vizinhanças se desenvolvem. Dentro dessa perspectiva, há uma questão importante sobre lugar e/ou vizinhança, se o lugar é importante, qual a definição de lugar/vizinhança desenvolvido por Sampson e seus colegas? Sampson (2012) concorda que a definição de bairro é problemática, como o estabelecimento de qualquer fronteira simbólica na delimitação e organização do espaço geográfico. Assim sendo, para o autor, vizinhança é uma construção simbólica, fluída e não fixa. Nesse sentido, para Sampson, vizinhança, em termos teóricos, é uma seção geográfica e ecológica, uma comunidade maior ou região que contém residentes ou instituições e que tem características socialmente distintas. Ou seja, são

composições sociais heterogêneas e que longe de corresponder às concepções contemporâneas sobre o lugar (bairro, vizinhança), onde afirmam que tais espaços não dão mais conta da complexidade da vida na cidade. Seja por serem espaços onde os indivíduos tomam decisões autônomas ou seguem roteiros pré-definidos ou até mesmo por serem espaços esvaziados ou vazios, cujos contornos são dados por forças externas e globais a eles. A análise aqui apreendida, no território da João de Barros, mostra a força da expressividade dos diversos fenômenos que lá existem, seja através da mobilização política de seus moradores, seja até mesmo pela as condições de violência e crime que lá se desenvolvem.

Embora a abordagem desenvolvida por Sampson e colegas já estejam bem estabelecidas em contextos urbanos norte-americanos, no Brasil, sua aplicação ainda é limitada (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, PRATES, 2009; DA CRUZ, 2010; ZILLI, 2004; SILVA, 2004). Dentre tais estudos dois se destacam pela abordagem metodológica onde procuram cruzar tanto dados quantitativos quanto dados qualitativos, são eles:

1) A tese, *Os “Entraves” para o Surgimento da Eficácia Coletiva: um estudo de caso em um Aglomerado de Belo Horizonte*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, por Wilson da Cruz (2010), nela o autor faz uma triangulação de métodos qualitativo e quantitativo para compreender quais os entraves para a efetivação de uma eficácia coletiva, na Vila Santana do Cafezal e no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Para os dados quantitativos o autor utilizou dados do banco de dados do Centro de Estudos e Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP/UFMG), assim como dados da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL/PBH), além de um questionário aplicado com moradoras da Vila Santana do Cafezal (p. 86). Para obtenção dos dados qualitativos o autor optou pela entrevista semiestruturada, além da observação *in lócus*, que já vinha realizando nos aglomerados pesquisados desde o seu trabalho de graduação (p. 98-99).

2) Outro trabalho que também se utilizou de técnicas quanti e quali para compreender como redes de laços fortes e redes de laços fracos, podem interferir na consolidação ou não de mecanismos de Eficácia Coletiva tendo como base de dados à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no período de 2006 e 2008, cujos dados foram apresentados no artigo *Redes Sociais em Comunidades de Baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes*, de autoria de Antônio Augusto Pereira Prates, do departamento de Sociologia da UFMG. Segundo o autor foram utilizadas duas bases de dados empíricas, uma de natureza quantitativa, produzida por um *survey* e outra de natureza qualitativa, produzida por três

estudos de caso na RMBH. Ainda segundo o autor, a pesquisa qualitativa consistiu uma replicação qualitativa de um estudo quantitativo, este último teve por objetivo mensurar tais fenômenos e o primeiro, qualificar os dados (2009, p. 1118-1119).

A importância dos dois estudos aqui, diz respeito principalmente a utilização de dados qualitativos que ilustram os dados quantitativos de pesquisas prévias feitas nos aglomerados citados. Quando Sampson (2012) refere-se a proposições de questionamentos que procurem compreender por que algumas vizinhanças continuam com níveis elevados de crime e violência, mesmo depois de grandes transformações econômicas, tecnológicas e globais, para o autor nenhuma estratégia ou resposta será simples, porém é possível procurar respondê-las, se dentre outros fatores, os pesquisadores tiverem como recurso metodológico, estudos de variações das taxas de crime e violência em vizinhanças distintas, a partir de dados secundários coletos para este fim. Foi a tentativa feita pelos dois autores.

Por fim, a Teoria da Eficácia Coletiva desenvolvida por Sampson e seus colegas é ‘filha’ direta das abordagens ecológicas do crime, onde a dimensão da variável estrutural surge como uma dimensão na qual a criminalidade deve e pode ser analisada. As análises ecológicas do crime e da violência têm contribuído para explicação da diferenciação nas taxas de crimes, onde procuram responder por que alguns bairros possuem índices de criminalidade maiores que outros. Dentro dessa perspectiva, um dos fatores que podem contribuir com a diferenciação nas taxas de crimes e violências nos bairros e, conseqüentemente, contribuir para a sua diminuição, está diretamente relacionado a capacidade local de regular a atividades criminosas, ou seja, criar mecanismos de controle informais do crime e da violência.

4. NARRATIVAS SOBRE VIZINHANÇA, VIOLÊNCIA E VIVÊNCIA EM UM TERRITÓRIO DE TRÁFICO DE DROGAS

Pensar a violência e o crime a partir do espaço geográfico e a sua ocupação em conjunto com todos os seus fatores ponderáveis, tais como, formação histórica, organização estrutural, dados demográficos, dados socioeconômicos é, sem dúvida, um exercício considerável para uma análise destes fenômenos que perturbam as áreas urbanas do país e, assim como, do mundo inteiro. Nos capítulos acima alguns desses fatores foram apresentados, principalmente, no primeiro capítulo dessa dissertação, onde faço uma contextualização histórica, geográfica e sociodemográfica do bairro de Santo Amaro.

Nos parágrafos abaixo, a análise que se segue, traz os relatos dos moradores, os relatos do que vi, ouvi e senti no campo ao que diz respeito às questões e diversas problemáticas que o comércio de drogas ilícitas traz para o território da João de Barros, desde seu surgimento até os dias de hoje. Principalmente, quando a criminalidade violenta é distribuída de forma desigual em espaços urbanos contemporâneos, ondes moradores de áreas pobres são as maiores vítimas da violência em tais espaços.

Santo Amaro Configuração Ambiental: desorganização física e social

Como já explicitado aqui a lente teórica que norteia este trabalho é a “Teoria da Eficácia Coletiva”, tributária direta da “Teoria da Desorganização Social”, em ambas algumas variáveis são importantes para compreender por que em determinadas áreas, dos grandes centros urbanos, há mais ou menos ocorrências de crimes, principalmente crimes interpessoais, sejam eles crimes patrimoniais ou crimes contra a vida. Assim sendo, uma variável importante é a que diz respeito à maneira como o espaço físico e social é organizado dentro de tais áreas. Por tanto, os conceitos como o de *desordem física* e de *desordem social* são conceitos caros utilizados pela abordagem ecológica e contextual, para compreender não só as dinâmicas inerentes às atividades transgressoras, como também, a diferenciação nas taxas de incidência de crimes em vizinhanças distintas.

Em linhas gerais, a *desordem física* é caracterizada pelos aspectos estruturais de uma determinada área, tais como, a presença de áreas abandonadas, terrenos baldios, lixo na rua, casas abandonadas, ruas sem iluminação e de difícil acesso. Já a *desordem social*, é caracterizada por espaços urbanos em que há uma presença significativa de redes de tráfico de drogas ilícitas, com interação de mercados aos olhos de todos os residentes, ou seja, venda e compra, assim como, o consumo de drogas tanto ilícitas quanto lícitas. Assim sendo, de acordo com tais abordagens, espaços urbanos caracterizados física e socialmente como desorganizados são espaços ou territórios que apresentam uma maior probabilidade acontecer crimes e violências, principalmente, a violência letal e interpessoal.

Em relação à *desordem física* em Santo Amaro, durante as atividades de campo foi possível perceber e ouvir que a comunidade da João de Barros passou por um processo de urbanização significativo nos últimos anos. Não existe mais na comunidade barracos, agora se percebe apenas casas de alvenaria, algumas delas com um ou dois pisos, umas com paredes rebocadas e pintadas e outras com revestimento em cerâmica ou até porcelanato. Os becos, vielas e ruas todas possuem calçamento, em algumas delas o sistema de esgotamento sanitário, embora exista, é completamente deficitário, o que faz com que estoure e a água suja e dejetos escorram a céu aberto. Como se observa nos depoimentos abaixo,

Não, não tem, casa de madeira não, não tem. Casa de primeiro, segunda andar. A família ta crescendo, vai e constrói mais.
(ENTREVISTADO 6)

João de Barros hoje graças a Deus é uma área toda pavimentada. Eu não tenho casa de madeira, a área é toda saneada, ta entendendo?
(ENTREVISTADO 3).

É central perto de tudo, não falta nada. [...] Melhorou, as ruas estão calçadas teve votação pela prefeitura, pessoal ta votando pela obra do Campo do Onze. (ENTREVISTADO 15).

Eu quando era adolescente arrumei um namorado que morava em Paulista. Ai um dia eu disse a ele: 'vai lá na minha casa'. E dei o endereço a ele, quando ele chegou aqui e olhou para a favela, ele disse: 'meu deus é aqui que você mora?' Eu fiquei muito sem jeito. Muita coisa mudou, agora a comunidade ta toda organizada.
(ENTREVISTADA 7).

Nota-se nos trechos de entrevistas apresentados acima, que a mudança na estrutura física do bairro é algo percebido e sentido por parte dos interlocutores como algo positivo. No entanto, para alguns dos entrevistados, está próximo ao centro da cidade, conforme evidenciando no Capítulo 1, não lhes trazem nenhuma garantia de melhores condições de vida, habitacionais ou de acesso aos espaços de lazer distribuídos pela cidade, [...] *uma área de Centro, viver no centro do Recife é complicado* (ENTREVISTADO 3). Dessa maneira, a falta de espaços de lazer e morar no centro da cidade, por vezes, são referenciados como algo muito negativo. Na tentativa de criar dentro da comunidade espaços de convivência e de lazer, algumas iniciativas foram tomadas por moradores e por lideranças locais: i) a construção de uma pequena praça ou altar para uma santa católica. Neste local também é onde os jovens usuários de maconha, moradores do bairro, às vezes, se encontram para fazer uso de entorpecentes; ii) a construção da sede do Espaço Cultural. O Espaço Cultural hoje, segundo dados do campo, funciona como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), usado como assessoria e capacitação para alguns grupos da comunidade e é onde ocorrem também reuniões dos Alcoólicos Anônimos (AA) e reuniões de grupos evangélicos existente na comunidade. A sede do Espaço Cultural foi construída em um terreno ocupado pelos moradores, eles capinaram à noite, levantaram as pressas cercas de madeira e começaram em seguida a construção da sede com alvenaria. Neste espaço também ocorria, há mais ou menos dois anos, encontros de bailes *funk*, promovidos pela direção da instituição. O objetivo dos bailes era promover um espaço, dentro de comunidade, de lazer e diversão, principalmente para os jovens, além de arrecadar fundos para manutenção do prédio.

Aí tem a Santa ali que construíram... a gente tem esse espaço aqui mesmo, que a gente fazia a festa aqui, casa cheia lotada. Festa de rap, de dança, dessas músicas das novinha, como a turma fala. A gente ganhou muito dinheiro aqui para manter a estrutura, mas em compensação, a gente teve que parar por conta da guerra da favela, as meninas já se prostituíam por conta da droga, por conta de viver com seus boyzinho que era tudo ligado ao tráfico... ai pra num ter muita coisa, aí a gente resolveu parar tudo. (ENTREVISTADO 3).

Como evidenciado no trecho acima, a iniciativa por parte da direção do Espaço, de promover um local de lazer e diversão na João de Barros, acabou virando um grande problema, devido às diversas brigas que ocorriam tanto dentro quanto fora da pista de dança. Adolescentes e jovens do bairro eram os principais frequentadores e na maioria das vezes estavam envolvidos nas dinâmicas do tráfico de drogas o que acabava levando as disputas

pelas áreas para dentro do baile. O encerramento dos bailes *funk* no Espaço Cultural foi motivo de protestos entre os jovens que frequentavam as festas no local,

Teve [reclamações] muito jovem fizeram um abaixo assinado. Por que o espaço não podia parar. Não tem área de lazer aqui. Aí eu tive que discutir com eles, contar o problema tudinho, o que estava acontecendo. Falar da questão da rivalidade das áreas, da briga por causa dos pontos de drogas. Muitos jovens ameaçados com morte por conta do tráfico. (ENTREVISTADO 3, grifo meu).

Ainda em relação à organização do espaço físico da comunidade da João de Barros, alguns equipamentos públicos também são significativos dentro da comunidade. Um deles é a Creche Municipal Professor Francisco de Amaral Lopes, e o outro é a Academia da Cidade.

A Creche é fruto de muita luta e reivindicações da comunidade junto a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e da Universidade de Pernambuco (UPE). Em março de 2011 a creche foi inaugurada e desde sua inauguração tornou-se motivo de orgulho, cuidados e admiração entre os moradores da João de Barros. Vindo a ser considerada por alguns como a “menina dos olhos” dentro da comunidade. A necessidade por tal equipamento era e ainda hoje é real, grande parte das mães da comunidade não tinham onde deixar seus filhos enquanto estavam no trabalho.

É aí a gente também teve algumas conquistas da própria comunidade, da creche aí do lado que era uma praça. [...] É a gente conseguiu. A gente fez essa creche aí, junto com a Prefeitura do Recife e a Universidade de Pernambuco. Teve esse espaço cultural aqui que a gente também conseguiu ocupar esse aqui praticamente, invadiu, ocupou, terreno a gente começou a viver dele fazer festas com danças essas coisas. Festividade aqui no final de semana. (ENTREVISTADO 3)

Ela foi uma luta da comunidade João de Barros, aí elas conseguiram pela faculdade, pelo projeto da UPE, da ESEF, junto ao BNDES. Aí pegou a Prefeitura e fez parceria com a Prefeitura, isso aqui era uma praça, pegou e montou uma creche, para atender à comunidade de João de Barros. E aí, foi atendendo todas as necessidades, as crianças, a creche, a comunidade muito participativa na construção disso aqui... Da construção, até a construção realmente das matrículas, de todo o trabalho composto. E aí a prefeitura assumiu como um todo assumiu alimentação, funcionamento. A parceria que

nós temos hoje com a UPE, que foi desde a época, é o que? A parceria de aulas de natação, para os meninos do grupo 3, e assim, nada financeiro, só parceria com os alunos que vêm pra cá, trabalhar com nossas crianças, botar em prática o que eles aprendem na faculdade e trazer aqui pra gente. (ENTREVISTADA 4)

A Praça da Academia da Cidade é assim que é chamado o espaço físico onde está instalado o Programa Academia da Cidade da PCR. Ponto de encontro, de lazer, de esportes, brincadeiras, de chegada e de saída da comunidade dentre outros usos. A Praça da Academia é uma das áreas mais frequentadas da comunidade da João de Barros, a qualquer hora do dia ou da noite. O Programa surge no cenário recifense no ano de 2002, segundo ano do primeiro mandato do então prefeito João Paulo de Lima, do Partido dos Trabalhadores (PT), passando a fazer parte de algumas das paisagens da cidade do Recife, principalmente de bairros populares e favelas da cidade.

A Academia da Cidade da João de Barros ocupa uma extensão significativa da comunidade, começando em frente à sede da Reitoria da UPE, indo até à creche, próximo ao viaduto da João de Barros. Localizada entre a Av. Agamenon e a pista local, esta última com um grande fluxo de carros e de motos particulares. Na Praça há dois campinhos de futebol de terra batida, pista para caminhada, pátio para a prática de exercícios físicos, com equipamentos em cimento e barras de ferro, a sede da Academia da Cidade, um pequeno parquinho com 04 (quatro) brinquedos de cimento e um trailer da Polícia Militar, com o Posto de Policiamento Ostensivo (PPO).

A Secretaria Municipal de Saúde foi a responsável pela implantação e gestão à época e até hoje, o objetivo em criar espaços de esporte e lazer, em áreas populares e de favelas da cidade, era o de construir um “Recife Saudável” e, segundo o site da Prefeitura do Recife, o seu principal desafio era “*minimizar contrastes sociais e econômicos, em busca da melhoria das condições de vida da população por meio da oferta de serviços públicos que garantissem a inclusão social*”. Uma das principais características do Programa é a

[...] requalificação ou construção de espaços físicos públicos de convivência e lazer, denominados polos, com estruturas que favorecem a vivência de práticas corporais como ginásticas, dança, caminhada, corrida, jogos,

brincadeiras, além de palestras e oficinas, reuniões e serviços de orientação nutricional, prescrição de exercícios e avaliação física²⁵.

O parágrafo acima evidencia certa preocupação por parte da prefeitura, através da Secretaria de Saúde, em ocupar espaços físicos antes depredados ou abandonados, transformando-os em espaços de lazer, de prática de esportes e de socialização, tendo como foco principal a promoção da saúde, mas também a prevenção à violência. O que vem a ser corroborado pela abordagem ecológica e contextual sobre o crime e a violência, no que diz respeito à *desordem física*, ou seja, a ocupação de áreas antes degradadas com atrativos recreativos de esporte, de lazer e de convivência saudável. No entanto, embora a Praça da Academia tenha como fim a prerrogativa de promover à saúde, à cidadania e prevenir o crime e a violência, é lá em que muitas vezes tais dinâmicas criminosas, decorrentes da interação do comércio varejista de drogas, acabam acontecendo, mesmo com a presença no local dos policiais que ocupam o PPO. O que aparentemente pode ser considerado como uma externalidade do conceito de *desorganização social*, conforme explicitado acima. Dentro dessa perspectiva, a Praça acaba sendo também um espaço de temor e de tristeza por parte dos moradores do bairro,

[...] uma coisa que eu acho triste é isso, aí, oh: os moleques tudo fumando maconha. Entendeu? Cheirando cola, mas eu não posso fazer nada. O que eu faço é sempre pregar pra eles. (ENTREVISTADO 2).

Eu não deixo meu filho vir brincar aqui sozinho nunca. Sempre venho e fico aqui com ele. Não deixo por que aqui nessa praça tem de tudo. Olha ali, tem um monte de gente usando drogas, não quero que o meu filho entre nessa vida. Eu já vive isso daí. (ENTREVISTADA 7).

Nota-se que a percepção de grande parte dos interlocutores dessa pesquisa é a do comércio de drogas ilícitas como um dos principais problemas da comunidade e não só o comércio, mas o consumo de tais substâncias em qualquer local, dia ou horário na comunidade. As boas referências de se viver no bairro são sempre contrastadas com os efeitos e consequências negativas que tal comércio traz para o bairro,

²⁵ http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/solocapitulo_ii_da_diviso_territori.html Acessado em 20 de agosto de 2015.

Santo Amaro é uma comunidade carente. Aonde têm pessoas que não tem muitas condições financeiras, tem pessoas que tem suas condições. Qualquer evento a comunidade participa. É uma comunidade que é ligada à cultura. Também moramos perto do centro da cidade. É onde as pessoas saem pra ter o seu momento de lazer. É uma comunidade bem carente, mas a violência é o que atrapalha isso, né? Por que hoje, durante anos vivemos com esse medo em relação as balas perdidas por conta do tráfico de drogas. [...]. Por que, os traficantes eles insistem a traficar, homicídios rolam por causa dessas coisas. E rolam por causa do tráfico. E a comunidade sente. Por que fica com medo de sair de suas casas, com medo de levar seus filhos pras escolas, por conta dessa violência. (ENTREVISTADO 1).

E era uma comunidade que era uma só. E começou o crack a chegar aqui, começou as drogas chegar aqui, ai já foi gerando traficantes, querendo um tomar posse. Tomou posse de terras daqui, tomou posse de lugares. E nisso, rolou essa divisão por conta do tráfico mesmo, porque um traficante só não conseguiu tomar conta do bairro todo. Ai outros vieram, ai já começou facções, já começou grupo aqui, grupo ali, grupo ali. (ENTREVISTADO 1).

P: E2. pensando no bairro, assim, tu acha que, o bairro da... sei lá, a comunidade da João de Barros, ela mudou ao longo desses anos? Mudou, mudou bastante. P: Pra melhor? Ta mudando pra melhor. Mas tem muitos problemas ainda. P: Quais são os problemas? Tráfico de drogas, morte, rixa. P: Fora o tráfico? Fora o tráfico? Tem a prostituição, tem muita gente... entendeu? (ENTREVISTADO 2).

Observa-se uma relação forte com a comunidade e a indicação de que a instalação das redes de tráfico e, conseqüentemente, o comércio e consumo de substâncias ilícitas acabam trazendo conseqüências muito negativas para a comunidade. Visto que, tais dinâmicas, quase sempre, se expressam de maneira extremamente violenta. Para alguns dos entrevistados, vivenciar cotidianamente tais expressões, leva a um processo que por vezes pode ser considerado como um aprendizado e que, em outras vezes pode levar a traumas que perduram por muito tempo,

Você aprende muita coisa. Você aprende muita coisa: as falsidades, as ambição, as amizade. Você aprende muita coisa. E você sai daqui com um pensamento voltado à vencer. Por que, é só destruição, você

só vê destruição, você só vê coisa ruim. Coisas boas são poucas que acontece. (ENTREVISTADO 10).

Foi um aprendizado. Num é só coisa ruim, não, viu. É um aprendizado, né? Por que a favela, quem num morre, deixa sequela e quando num deixa sequela a pessoa sai com muita sabedoria. (ENTREVISTADO 2)

Imagina só, o que que fica na mente? Meu sobrinho, por exemplo, ele viu uns morto aí dentro, ele até hoje tem isso na memória. Meu sobrinho tem 13, 14 ano já. Mas ele viu morto, com 7 ano de idade, com 6 ano ele viu pessoas sendo assassinada, até hoje ele lembra. Você entende? Vê, pronto, por exemplo, isso é normal dentro de uma favela, você chegar no beco, começa a fumar uma coisinha... isso é normal dentro de uma favela. Você entende? Ali fora não, se vê fumando 'é ladrão', 'é alguma coisa', mas na favela não, fumando uma maconha é normal, cheirando um pó é normal, dentro de uma favela... fumando um crack é normal. Por que isso é uma vivência dia a dia... no cotidiano, no dia a dia. (ENTREVISTADO 10)

O que se observa a partir dos relatos acima, é que em Santo Amaro há uma significativa mobilização local e uma forte atuação de redes de tráfico coexistindo no mesmo espaço. No primeiro caso os ganhos estruturais para a comunidade podem ser percebidos pela reorganização física do espaço, embora ainda não seja a expressão de “ótimo”, são considerados por muitos como satisfatório. No segundo, atuação de tais redes e suas consequências podem ser percebidas nas falas daqueles que expressam sua negatividade para o bairro, mesmo que alguns deles já tenham participado de tais redes: vendendo, consumindo ou cobrando suas dívidas.

O que nos deixa diante de um paradoxo. Vejamos, segundo Sampson et al, *It is the linkage of mutual trust and the willingness to intervene for common good that defines the neighborhood context of what we tem collective efficacy.* (1997, p. 919)²⁶, ou seja, no caso de Santo Amaro, a “vontade de intervir para um bem comum”, não necessariamente, em relação às redes de tráfico, pode ser convertida em uma “Eficácia Coletiva”, haja vista a forte atuação no local e as consequências nocivas que tais redes trazem. Para Silva (2012), o que ocorre em certas áreas pobres e de favelas dos grandes centros urbanos é uma

²⁶ Tradução minha: É o vínculo de confiança mútua e a vontade de intervir para o bem comum que define o contexto de vizinhança onde temos eficácia coletiva (1997, p. 919).

(...) situação inesperada em que áreas com elevados níveis de criminalidade são, simultaneamente, **organizadas** e **desorganizadas**, [...] produto de um tipo de organização social específica, em que a condição de confiança mútua, coesão social e predisposição dos residentes locais em intervirem para alcançar uma meta comum é uma linha tênue praticamente inexistente. Quando muito, esses elementos coexistem de modo fragmentado em um contexto onde as regras não são claras e as pessoas desconfiam umas das outras. É nesse sentido que um tipo de organização local baseada unicamente na coesão entre seus residentes não é suficiente para a promoção de um contexto fértil para o exercício do controle social [...]. (2012, pp.61/62, grifos meus).

Nota-se que, em Santo Amaro, esse controle social não é efetivo quando a referência é feita as ações do tráfico de drogas no local. Este parece ser um dos elementos fundamentais que minam a possibilidade de efetivação de mecanismos primários de prevenção do crime e da violência, principalmente da violência letal no local. Na próxima seção veremos como o tráfico de drogas interfere na vida dos moradores, assim como, alguns deles relatam o seu envolvimento nas dinâmicas inerentes às redes de tráfico de drogas ilícitas na João de Barros.

Vivências em um Território de Tráfico de Drogas

Como evidenciado acima, apesar das condições estruturais na comunidade da João de Barros ser satisfatórias e muitos dos equipamentos públicos existentes lá surgirem da organização e coesão entre lideranças locais (internas e externas) e demais moradores, o intenso comércio varejista de drogas ilícitas aparece como uma das grandes preocupações locais. A maneira como interfere na vida de todos e, principalmente, o seu poder de cooptação ou atração entre adolescentes e jovens são evidências latentes de que tal problema está longe de ser solucionado por parte dos moradores.

Interfere sim. Porque Santo Amaro é um bairro que passa sete, oito meses uma benção, na paz. Todo mundo se divertindo, seu final de semana curtindo a sua vida, os jovens jogando sua bola nas ruas, se divertindo empinando pipa, mas quando a violência começa, aí nós moradores se refugiamos nas nossas casas. Ficamos com medo de sair, não ficamos muito tempo tarde nas ruas porque as madrugadas agora ta muito perigoso, a gente não sabe o que pode vir pela frente. Então é isso, a gente fica com medo quando acontece esses fatos da

violência, do tráfico. Influência muito. É a gente se torna refém de uma coisa que não fazemos parte. (ENTREVISTADO 1).

Vendedor eu tenho muito, tem. Traficante tem muito mesmo, muito mesmo. De assustar. (ENTREVISTADO 3).

[O medo aqui] é da briga do tráfico. O que quebra com a gente é o tráfico de drogas, é isso, o tráfico, abala todas as casas, todas as vidas de todo mundo. Porque a violência quando chega, todos nos somos reféns, todos, não escapa ninguém. (ENTREVISTADO 9, grifo meu).

Tem um tráfico de drogas muito ativo dentro da comunidade, onde muitas pessoas se preocupam mais de tá vendendo a droga. Hoje... eu tenho essa preocupação dentro da comunidade. Dou graças a Deus de não ter criança nem muitos de 10, 12 anos envolvidos. Mas eu tenho pessoas de famílias que hoje... eles têm isso como fonte de renda. Então isso pesa por conta de falta de políticas públicas dentro do próprio governo, dentro da comunidade que num tem. Aí isso às vezes acarreta esse desmando que dá. (ENTREVISTADO 3).

As falas acima evidenciam que as atuações do tráfico de drogas ocorrem de maneira intermitente, com períodos de maior intensidade e períodos de menor intensidade. O que segundo alguns dos entrevistados são os períodos em que “tá pegando a coisa”. Tentando compreender um pouco mais sobre a atuação do tráfico na comunidade, quando indagados se sempre existiu redes de tráfico no local, não há um consenso entre os interlocutores. Dois deles, um de 40 anos e outro de 23 anos de idade, este se referindo as histórias que sua mãe contava, afirmam que a comunidade passou por períodos de relativa tranquilidade e que notícias sobre drogas, consumo e mortes não eram tão comuns.

Santo Amaro... nunca... a minha mãe já me contou uma história. Eu nasci em 1990, mas minha mãe e meu pai. Minha mãe sempre me contava historias dela que Santo Amaro não era assim. Na época que... que ela ainda tava comigo na barriga, na época era mãe. Tinha casas de shows, de danças, essas coisas antigas. Que não era assim, que era uma comunidade totalmente unida. (ENTREVISTADO 1).

Eu tava com 6-7 anos, por aí. E cresci, vi as aventuras e vivi as aventuras de uma época que ainda se tinha muito mais verde, né, se tinha muito mais árvore, muito mais pé de fruta, é... e hoje já não se

tem mais [...]. Muito doido, cara. Era muito legal. Aí vem outra fase, que é a questão da... o caso da adolescência, de já ver arma, de já ver amigos serem assassinados, brigas, amigos brigando com amigos, amigos matando amigos. (ENTREVISTADO 6).

Para os demais entrevistados, independentemente da idade, as primeiras lembranças das rotinas e vivências dentro do bairro eram afetadas pelas dinâmicas quase sempre violentas das atividades do tráfico de drogas no local. É comum tanto nas expressivas manchetes da mídia policiaisca que, em Pernambuco, tornou-se atrativo televisivo em qualquer horário do dia ou da noite, quanto para a opinião pública, a associação entre dinâmicas violentas e violência letal, com o comércio varejista de drogas ilícitas em diversos contextos urbanos do país. Tal constatação também aparece nos estudos e análises sobre tais dinâmicas em contextos como o do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (ZALUAR, 1994; MISSE, 1999; MACHADO, 1999; ADORNO, 1999; BEATO et al, 2001; dentre outros). Na comunidade da João de Barros tal evidenciação é bem expressiva na fala de parte dos interlocutores dessa pesquisa:

Sempre teve tráfico de drogas. [...] o tráfico ele mudou só de papel, ele tirou do... daquele lascado, daquele pobre lascado e uma classe mais elevada de dentro da própria da comunidade achou isso como meio da vida para vender, né? (ENTREVISTADO 12).

A história da João de Barros é complicada, né? Por causa do tráfico, da criminalidade. Hoje é mais o tráfico. A criminalidade deu uma reduzida muito boa aqui, na nossa área. Falo em geral, assalto, morte, homicídio. O último eu acho que tá na faixa de dois anos atrás²⁷. (ENTREVISTADO 5).

[...] de já ver arma, de já ver amigos serem assassinados, brigas, amigos brigando com amigos, amigos matando amigos. Eu tinha 18, 19. Aí foi quando eu comecei, comecei a ver as coisa acontecerem. E aí eu fiquei um pouco assustado de ver os meus amigos se matando, uns aos outros, E aí fui, teve uma doideira que, assim, sabe, tá presenciando e ter que tá convivendo, não era só presenciar. Conviver, porque o espaço dividido, por que como comunidade não existia um espaço, não havia na verdade, um espaço que você pudesse, de lazer [...] E aí foi, punk, foi punk rock, presenciar aquela coisa toda e ver os caras matando e muito noticiário. [...] noticiários nacionais, noticiários que repercutiram... Muito, muito, muito, a João

²⁷ Meses depois da pesquisa, especificamente no mês de novembro uma jovem, usuária de crack foi assassinada na porta da casa de um dos interlocutores da pesquisa. O mesmo me ligou para relatar o fato.

de Barros teve. A João de Barros teve música [...] (ENTREVISTADO 6).

Tenso, não era seguro tá aqui agora. Por que a qualquer momento a gente via os tiroteios. Uma vez os caras tavam aqui, nessa rua aqui. E aí, tava tomado umas. E os pegaram o caminhão de lixo, sequestraram o caminhão de lixo, vieram com os trabalhadores, os caras ficaram pendurados, quando fez a curva, quando viu os cara tomar o caminhão do lixo, os cara pá pá pá e foram simhora. (ENTREVISTADO 14).

Um dos entrevistados tem uma lembrança bem significativa da história da dinâmica do tráfico de drogas na comunidade da João de Barros. Segundo o seu relato sempre houve drogas na comunidade, ora vendida pelos próprios moradores, todos masculinos, ora vendido por um oficial aposentado do Exército morador do Espinheiro, bairro de classe média alta que faz divisa com a comunidade da João de Barros.

Sempre existiu. Era maconha. Quando não tinha aqui, alguém tinha. Como M. M. era o rei da parada. Quem quisesse alguma coisa... M. era o capitão do PQD, paraquedista do exército. Ele era um oficial do exército. Já tava aposentado. Aí ele vendia. Ele nem usava, vendia. Era maconha. Só maconha. [...] Já vem 2000 que já chega o pó. Muda a dinâmica do tráfico um pouco, por que vem uma galera que tem um poder aquisitivo maior. Mas ainda com o finalzinho das galeras das antigas, né? Que é o Miguelito, né? Um cara que conhece... um morador do Espinheiro, né? [...] aí sempre vivia dentro da favela. [...]. E que era refletido naquele tempo, no passado, na década de 90, ainda é vestígios dessa galera. Mesmo que elas não existiam mais, mas os vestígios que foram deixados como fama, ainda é basicamente a mesma. Por conta de décadas, décadas e décadas elas foram mudando de personagens. Mas a prática desses delitos continuaram. Esses entorpecentes continuaram. Por isso que a grande fama da João de Barros não é o cara roubar, é o tráfico. (ENTREVISTADO 6)

Observa-se que em sua fala, a mudança no tipo de droga comercializado a partir dos anos de 2000 (onde a maconha passou a dividir a clientela com a cocaína), assim como, o perfil do responsável por trazer esse novo produto para a comunidade (uma pessoa de classe média), muda também a dinâmica do tráfico dentro bairro. Tais elementos, com o passar dos anos, atrelados a posição geográfica privilegiada da comunidade, acabam atribuindo a João de Barros certo *status* dentro do mercado ilícito de drogas, principalmente entre os usuários que, segundo relatos dos entrevistados, são de todas as classes sociais e de vários bairros de classe média, bairros populares ou de favelas da cidade e da RMR. Segundo o entrevistado, a

maconha comercializada pelo oficial aposentado do Exército, na comunidade da João de Barros, era de uma qualidade diferente, lembra-se do cheiro, referindo-se a ela como “*uma maconha cheirosa. A danada cheirava que só*”. Pela qualidade, usuários e consumidores de diversos perfis sociais passaram a frequentar a comunidade para compra e uso deste produto à época de M. e demais traficantes que atuavam no bairro.

Hoje em dia, a comunidade ainda é bastante procurada por diferentes perfis sociais de usuários e consumidores de drogas ilícitas. Tais consumidores chegam de carros populares ou modelos mais luxuosos, a pé, de bicicleta, com crianças no colo, ou crianças carregadas pelas mãos. E são homens e mulheres, de todas as idades. Aqui, os conceituo em dois tipos: **os do tipo 1**, caracterizado por sujeitos de classe média-média e média-alta; e **os do tipo 2**, neste caso os pobres e “debilitados” pelo consumo de *crack*. A maioria não é do bairro. Os do tipo 1 vem de bairros de classe média próximos ou não da comunidade, vindos também da Zona Sul e outros municípios da RMR. Passam em seus carros, caracterizando a dinâmica do *drive-thru* da droga, já referenciado neste trabalho. Os do tipo 2 são de bairros e comunidades próximos: Coelhos, Caranguejo, Tabaiares, Coque, dentre outros. Alguns já foram moradores do bairro, mas hoje vivem pelas ruas e perderam seus laços de parentesco e de amizade dentro da comunidade.

A minha maior venda de droga aqui é de quem é de fora e de quem para carro. 90% da venda de drogas é de fora. O consumidor que eu tenho dentro da comunidade é maconha, maconha ela praticamente ela ainda é ampla dentro da comunidade, para adulto, alguns antigos. Que gosta de fumar maconha, isso ainda tem. Mas o crack em si, não. Não é uma droga consumida pela comunidade. Nem o pó. Também não, nem o pó, nem o viradinho²⁸. Agora a minha maior venda é de carro. Tem que vem que vem comprar de fora. (ENTREVISTADO 3)

A turma que vem, vem do Alto, Alto do Pascoal, Ilha do Leite, Coque é... Santa Teresinha, Nova Descoberta, Casa Amarela é o que mais são clientes da João de Barros. João de Barros é pequena, mas ela tem uma repercussão muito grande por conta da violência que já houve aqui dentro. ‘João de Barros! É a Jão...’ É aquele negócio todo. (ENTREVISTADO 13)

A dinâmica do tráfico hoje é bem diferente da vivenciada na época de M. e os demais traficantes que atuavam no local. Segundo os entrevistados, hoje não há mais o grande

²⁸ ‘Viradinho’ é uma das maneiras em que o *crack* é consumido. Onde o usuário esfarela a pedra e mistura esse produto com ácido do bórico. Nesta apresentação a droga é aspirada, tal como se faz com a cocaína.

traficante, a pessoa responsável pela grande compra e pela distribuição no varejo da droga, “vendedor eu tenho muito”. Para um dos entrevistados, na comunidade, existem várias pessoas envolvidas com as dinâmicas do tráfico de drogas na atualidade. Questionando sobre a origem da droga, afirma não saber de onde ela vem,

Hoje não existe um, existe vários, né? Ou seja, num existe vários outros acessos, outras pessoas. Muitas pessoas envolvidas. Aí essa gurizada tem uma pessoa, agora quem é ninguém sabe, né? A gente num sabe quem é... agora se sabe que eles têm esses canais, né? Quando você vê um cara com uma arma na rua, tu diz: ‘poh, tu comprou arma, num é ilegal?’ Onde é que esse cara conseguiu essa arma? Ele vai dizer que foi aonde? ‘Eu fui na feira de Peixinho, véio. Comprei na feira de Peixinho’ ‘Poh tu na feira de Peixinho procura arma e tem pra vender’. Não é? Então é essa a mesma coisa: ‘tu comprasse ainda? Ah, eu compre um cara que eu conheci. Num sei quem é não’. Mas se sabe que chega. (ENTREVISTADO 6).

Hoje em dia, não só a dinâmica do tráfico mudou, mas a introdução de um novo tipo de drogas, o *crack*, também mudou a relação da comunidade com o comércio de drogas no local. Durante as atividades de campo foi possível ver grupos de homens e mulheres consumindo esse tipo de drogas, em ruas próximas à comunidade, em qualquer horário do dia. Geralmente eram adultos, bastante debilitados fisicamente e os momentos de consumo da droga quase sempre eram intercalados com tentativas de se conseguir recursos financeiros, pedindo dinheiro no sinal, limpando para-brisas de carros, coletando materiais recicláveis, ou até mesmo pedindo dinheiro aos transeuntes ou moradores da comunidade,

Mudou. Pesadíssima. Destruiu famílias. Por que o crack quando chegou. Aí foi que se fodeu, né? Chegou, aí fodeu. (ENTREVISTADO 6).

Vicia, mas não é tão potente como o crack, não. O crack é o mais potente de todos. É o que você passa a madrugada, amanhece, dia após dia e quer fumar mais, quer fumar mais, quer fumar mais. E até mesmo você sem dinheiro. Você tem que roubar... trocar roupa, trocar sapato... (ENTREVISTADO 2).

Foi durante as atividades de campo que também conheci Maria²⁹, uma mulher negra, de mais ou menos 1,70 de altura, magra, mal vestida, sem dentes. Apesar de que suas condições físicas e de asseio a desfavorecesse, percebia-se que seu rosto expressava uma

²⁹ Com o intuito de preservar o anonimato e sua privacidade, Maria, é um nome fictício dado a uma mulher usuária de *crack* com quem cruzei várias vezes nas idas ao campo.

beleza que se destacava entre tais condições. Segundo um dos entrevistados, Maria antes de passar a consumir *crack*, era considerada uma das mulheres mais bonita da comunidade. O estado físico de Maria hoje é o retrato típico dos diversos usuários desse tipo de substância espalhados pela cidade e pelo país, dessa maneira, para parte dos entrevistados, essa droga seu comércio, consumo e as sequelas de anos de seu uso sempre trouxeram problemas graves para a comunidade,

São verdadeiros zumbis rondando em torno do bairro. Pessoas que ta no sinal ali, que você vê que ta debilitado. O cara faz 20 conto, faz 10 conto já racha com o outro: ‘- tu fizesse 10, poh? – Fiz. – Vamos simhora descer pra gente comprar uma pedra’. Chega vem correndo pela beira do canal, num pé da porra. Aí porra, passou o dia inteiro ali, limpando vidro do carro, pra chegar a vinte reais, pra chegar a dez reais. Isso é muito triste, né? A outra é você vê um catador, puxando a carroça, tudinho e ele é usuário de crack. Então ele passa o dia inteiro juntando coisa naquela carroça, pra quando chegar o horário de ganhar vinte conto e ir comprar de crack. (ENTREVISTADO 6).

[...] o crack é mais [vendido] para aqueles do lado de fora, mas tipo assim, cada um compra a sua droga e vai simhora, mas também tem aqueles usuários daqui que são refêns do crack, que são escravizados pelo crack, roubam, furtam para comprar o crack, fazem tudo pelo crack e são parte da comunidade, que são jovens que tem as suas famílias. Tem as suas coisas que perderam por conta do vício e o traficante ele sabendo disso ele empurra mais, vende fiado. (ENTREVISTADO 1, grifo meu).

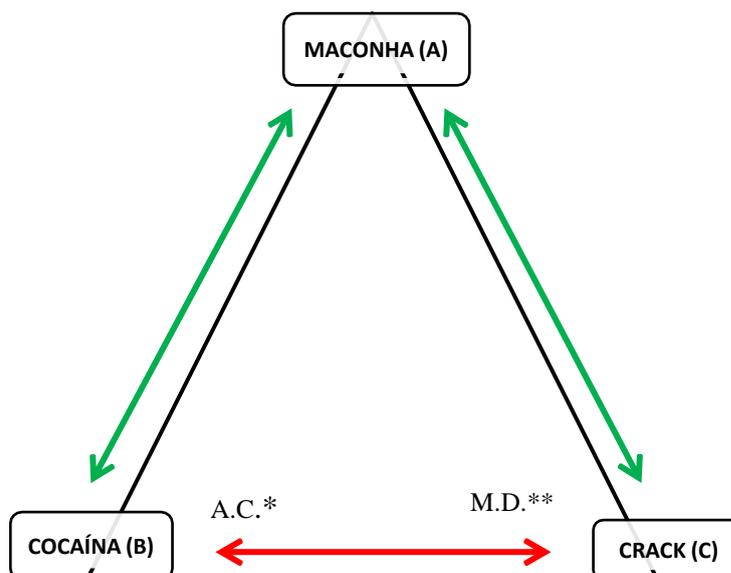
Maria aparece aqui de forma ilustrativa, o objetivo desse trabalho não foi o de se debruçar sobre as causas e consequências dos usos ou abusos de substâncias psicoativas que, para algumas pessoas acabam levando à dependência química e, conseqüentemente, a situações de debilidade física, social e econômica. A situação em que se encontrava Maria, no período das atividades de campo, não é só um problema percebido em Recife ou em Santo Amaro, mas uma problemática de amplitude nacional, que ganha repercussão na mídia através da divulgação de imagens e depoimentos de pessoas nas mesmas condições que ela e que habitam as *crackolândias*, como as que existem, por exemplo, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A repercussão não só midiática dos efeitos que o *crack* tem nas trajetórias de vida de várias outras ‘Marias’ ou de outros ‘Josés’, acaba refletindo em políticas públicas repressivas, inspirada na “guerra” norte-americana às drogas, surgida naquele contexto nos anos de 1980 e que até hoje perdura por lá (REINARMAN; LEVINE, 2004). A ênfase repressiva de tais políticas cuja premissa é o combate e/ou enfretamento dos abusos de substâncias químicas

ilícitas, acabam resultando no encarceramento de usuários compulsivos, que precisam muito mais de políticas estratégicas de prevenção, assim como, de medidas eficazes de tratamento psicológico e assistência médica. Para um dos entrevistados, políticas repressivas de ‘combate’ ao *crack*, não findam em êxitos, visto que, a problema dos abusos dessa substância é um problema de saúde pública e não de segurança.

O tráfico é um problema de saúde pública. Agora, a polícia tem que ter uma visão de hoje que o crack é um problema de saúde pública, ela não deixa de ser um problema de segurança. É um problema de segurança pública, por que ela gera violência e se gera violência, é um problema de segurança pública. Agora se formos pensar na quantidade, na porcentagem maior eles são mais de usuários que precisam de tratamento do que de pessoas que precisam ir pra cadeia. (ENTREVISTADO 6).

Como evidenciando acima, o *crack*, aparece nos relatos dos entrevistados, como um dos grandes problemas da João de Barros, seja pelo comércio que movimenta, ou seja, pela situação de debilidade em que se encontram seus usuários. No entanto, o mercado do *crack*, como vimos, divide sua clientela com a maconha e a cocaína, tornando-se, essas três substâncias os principais produtos comercializados na comunidade. Também, nos relatos acima, observa-se que há dois tipos de consumidores e/ou usuários: os do tipo 1, caracterizados por pessoas de classe média e média alta; e os de tipo 2, este caracterizados por pessoas dependentes químicas do *crack* e que apresentam aparência física bastante debilitada e comportamento social não apropriado. Ambos moradores de diversos bairros da cidade e da RMR. O Entrevistado 6, desenvolve um esquema explicativo agrupando os tipos 1 e 2 de consumidores de acordo com o tipo de drogas consumidas, conforme veremos a seguir:

Figura 5 – Esquema Explicativo Tipos Consumidores x Tipos de Drogas



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pela autora.

*Alto Custo. **Medo Dependência.

Segundo o esquema, para os usuários do tipo 1 e 2, a maconha é comum para ambos, ou seja, tanto um quanto o outro costuma usar este tipo de substância, a qual ele denomina de “droga intermediária”. O fluxo livre de consumo está representado pelas setas verdes. Porém, o consumidor do tipo 1, usuário de maconha e cocaína, não usa o *crack*, por ser esta uma droga considerada “destruidora” e por medo de desenvolver maior dependência química. E por fim, o consumidor do tipo 2, usuários de maconha e *crack*, não usam cocaína por ser tratar de uma droga com alto custo financeiro. A seta vermelha indica que não há um fluxo livre de consumo, assim como, os motivos pelos quais tais substâncias não são usadas pelos tipos diferentes de usuários.

Durante as atividades de pesquisa, foi possível perceber um pouco desse intenso fluxo dos tipos 1 e 2 de usuários, geralmente a droga comprada não era tão perceptível quanto a transação que ali se desenvolvia. No entanto, por vezes, o “cheiro” do campo era o cheiro de maconha e de álcool consumidos por grupos diferentes dentro da comunidade e em seu entorno. Os usuários de maconha eram em sua maioria jovens e adultos que estavam comercializando drogas e os usuários de álcool eram homens adultos e idosos, aposentados ou trabalhadores informais, que ficavam nas esquinas da comunidade passando o dia e a noite bebendo.

Em determinado momento vejo alguém se aproximar pela minha esquerda, um homem que aparentava ter uns 40 anos, branco, estava de bermuda jeans, camisa do Náutico e chinelos tipo percatas. Ao se aproximar do grupo de jovens, sentados na sede da Academia da Cidade, eles fazem um sinal com a mão, um dos jovens respondeu. Discretamente o jovem bate com a mão esquerda no chão, indicando para ele sentar-se ao seu lado. O homem senta, ele destoa do grupo, estava limpo, de camisa, calçado, etnicamente era diferente também. Ao sentar o jovem se levantou, entrou em uma das vielas da comunidade, demorou alguns minutos, ao voltar percebe-se que ele coloca algo no chão, que fica um pouco atrás do homem. Neste momento o homem passa a sua mão para trás, puxa a sua carteira e entrega ao rapaz um dinheiro. Levanta-se e segue o seu caminho, sentido a Av. João de Barros. Isso tudo há poucos metros da polícia. (Transcrição do diário de campo).

Tais dinâmicas de venda e consumo podiam ser percebidas e presenciadas em qualquer dia e horário durante as atividades de campo. O comércio é realmente intenso e acontece em vários pontos da comunidade, com destaque para dois pontos, os quais conceituo aqui de: **o ponto A**, onde está localizado a Academia da Cidade, próximo ao PPO; e, **o ponto B**, a saída de umas das ruas principais. Próximo ao final da tarde no ponto B é muito comum ver grupos de 4 a 5 pessoas, mulheres, homens, jovens e adultos, parados como flanelinhas fazendo sinais para carros, motos, bicicletas e pedestres. Já no ponto A, a venda ocorre com maior “sutileza”, a maioria das expressões são gestuais ou faladas em voz baixa, principalmente, nos momentos em que há presença de um policial no PPO. São locais de maior intensidade, porém, não se restringe a estes, em qualquer rua da comunidade é possível ver uma transação acontecendo, mesmo na presença de quem não é de lá.

A relação entre os vendedores de drogas ilícitas, moradores e funcionamento da creche na comunidade

A literatura nacional sobre o tráfico de drogas e seus efeitos na sociedade brasileira é extensa e tem, quase sempre, como cenários as dinâmicas que acontecem nas unidades federadas do Rio de Janeiro e de São Paulo em maior proporção e em uma proporção menor, em Minas Gerais (ADORNO, 2002; BEATO, 1998; CALDEIRA, 1991, 2000; DOWDNEY, 2003; MISSE, 2006, 2007; ZALUAR, 1994, 1997, 1998, 2004, 2007; dentre outros). Pernambuco e outras capitais do nordeste passaram a fazer parte desse roteiro mais recentemente, em meado dos anos de 2000, quando à questão da criminalidade passou a

ganhar maior centralidade na sociedade como um todo e na academia em particular (Ver capítulo 2). Embora a literatura especializada aponte que o fenômeno do tráfico de drogas é, na verdade, um problema de dimensões transnacionais observa-se que são suas ações localizadas que acabam produzindo dispositivos complexos de produção da criminalidade, de violência e de letalidade nos territórios onde tais redes de instalam. Tais dinâmicas quase sempre envolvem a juventude moradora de tais espaços o que, segundo Zaluar (2007), seria decorrente de uma integração perversa entre a expansão dos mercados ilegais de drogas e de armas de fogo e a experiência de ser jovem nos grandes centros urbanos do país. Quase sempre se observa que os dispositivos de produção da criminalidade e da violência no local, envolvem tanto a juventude moradora, quanto a delinquência convencional, o tráfico de armas de fogo, a corrupção da polícia e aplicação de força bélica na resolução dos conflitos inerentes a tais atividades.

O traficante de favela não é o perigoso, não é a ameaça, ele não é. Ele vai está com a violência defendendo uma coisa que já foi rotulado como crime, pra o olhar de outras pessoas da sociedade. Mas como ele ta vendo como uma única forma de sobrevivência. [...] a justiça social deve ser vista mesmo, deve ser entendida como perigoso não é aquele cara que está na favela. O perigoso está dentro dos batalhões da polícia, o perigoso está dentro de uma delegacia de polícia. O perigoso ta nos apartamentos. Então a ponta é só a vítima da vítima. Por que eles vão nada mais, nada menos, do que superlotar as cadeias. Não é o cara do viaduto que ta fumando crack nesse exato momento que é o perigoso não. É só a vítima da vítima. (ENTREVISTADO 6).

E no meio desse “fogo cruzado” estão os demais moradores, não envolvidos diretamente nas dinâmicas das redes locais, que se tornam vítimas indiretas das ações tanto do tráfico no local quanto das investidas da polícia e, dessa maneira, se agarram aos recursos disponíveis para lidar com a violência no local (MACHADO DA SILVA; LEITE; 2007). Na João de Barros, essa relação é bastante evidente na fala dos entrevistados. O tráfico no local é uma atividade rotineira que acontece com muita frequência e muita intensidade, para alguns moradores a relação existente entre os que estão envolvidos nas redes de tráfico e demais moradores, por vezes é conflituosa, ao mesmo tempo em que algumas regras de respeito e convivência nos espaços de lazer comuns dentro da comunidade acabam sendo estabelecidas.

A molecada [vendedores de drogas] consegue manter esse pacto, atribuído há muito tempo que... que hoje eu posso dizer: ‘ops, olha’. Houve um roubo

aí, mas a gente sabe que o cara que roubou não era daqui. Num era. (ENTREVISTADO 6, grifo meu).

Conturbada por que a gente não aceita, né? Aí já pensou um cabra tá traficando aqui na sua porta, aí as crianças, vai passa pra lá, passa pra cá. Então, então não é bom de maneira nenhuma. Da parte deles tem respeito, se a gente falar, por exemplo, quando eu chego naquele espaço do campinho de areia né? Se eles tiverem lá batendo bola, ou jogando, aí eu chegar e eles também na mesma hora, não tem problema nenhum, isso aí eu sei... mas eles fazem [parte das redes de tráfico]... (ENTREVISTADO 5).

Os jovens, da comunidade que eu conheço muitos, não todos né, mas eu convivo com muitos, eles sabem que se eles não respeitam os traficantes daqui, das duas áreas vai ser ruim... mas eles sabem que se eles se misturarem eles vão se prejudicar, eles mesmo sabem disso. (ENTREVISTADO 10).

Machado da Silva & Leite, ao analisarem os relatos de 150 moradores, de três favelas cariocas, moradores de territórios dominados pelo tráfico de drogas e pelas milícias, evidenciam que a vivência em tais territórios violentos (alvos constantes das operações policiais e das investidas de facções rivais), acaba levando há uma preocupação com as “interrupções na estabilidade das rotinas diárias provocadas pelas frequentes explosões de violência” (2007, p.546). Ainda segundo os autores, o que diferencia a violência perpetrada naquele espaço pela polícia da praticada pelas redes de tráfico, seria o fator da *imprevisibilidade*. Para o caso carioca, os autores evidenciam que a ação policial em tais territórios é marcada pela imprevisibilidade e arbitrariedade em sua conduta,

De outro lado, quando se trata da violência envolvida nas práticas dos traficantes, com os quais os moradores são obrigados a compartilhar o mesmo território, há muitos relatos de tentativas (bem e mal/sucedidas) de redução da imprevisibilidade do fluxo da vida local. Isto ocorre por meio do ajustamento das condutas a um cálculo – inviável e/ou ineficaz no caso da ação policial – dos riscos envolvidos nesta convivência forçada. Este, tornando ‘administrável’ uma pequena porção da violência na localidade [...] (Op. Cit., p. 546)

No caso da João de Barros, o relato de uma das entrevistas funcionária da creche local, evidencia haver entre a instituição e os envolvidos com as redes de tráfico no local uma relação de ‘respeito’ e de cuidado, principalmente, nos períodos em que os conflitos ficam mais latentes, ou como dizem os nativos, ‘tá pegando a coisa’ na comunidade. Dessa forma, a

rotina da creche é totalmente alterada, algumas atividades de lazer dentro e fora do espaço ficam suspensas pelo iminente risco de vitimização das crianças, dos pais ou cuidadores e do corpo de funcionários da creche. Para tanto, os próprios envolvidos com as redes de tráfico avisam à direção da escola quais horários e locais em que as crianças podem desenvolver suas atividades, assim como, aconselham também, a abertura e/ou fechamento da creche em horários diferentes do que o normalmente habitual, que é das 7h às 19h. Minimizando assim o fator *imprevisibilidade*, apresentado acima, característico das ações policiais em áreas pobres e de favelas dos grandes centros urbanos.

Não. A gente para... assim, eles ligam pra gente: 'Olhe, não mande os meninos hoje pra natação não, porque tá pegando a coisa aí'[a piscina para a prática da natação fica na sede do departamento de Educação Física da UPE, portanto no sentido oposto ao da creche]. 'Obrigado Senhor.' Não sei nem quem é. Agradeço. Já ligou, avisou. Já avisaram assim: 'Não deixe os meninos aí no parque não.' Que mataram uns. Tinha um mata-mata aí... e tavam de tarde... que não deixasse os meninos no parque. Tem dias que a gente vê, que o GOT entrou aí, tudo encarapuçado, tudo encapuzado, tudo num sei o quê. Vai ter, então a gente, ou libera... Aí as mães já vem correndo: 'Eita, deixa eu pegar logo meu filho por que hoje tá pegando a coisa aí' (ENTREVISTADA 4, grifo meu).

A creche, como já evidenciando aqui, é uma das principais referências ao engajamento e às conquistas locais, tanto é que é considerada por muitos “a menina dos olhos” da João de Barros, e como tal, é uma referência de cuidado como mostra o trecho de entrevista acima. O zelo por este espaço vai além da questão de minimizar as possibilidades de vitimização do público alvo e de seus funcionários, avisando-os dos confrontos eminentes, segundo a entrevistada, as pessoas que estão envolvidas com as redes de tráfico no local, acabam ‘cuidando’ das pessoas que utilizam aquele espaço: *A segurança nossa aqui é tranquila, por que você vê, uma creche dessa, mas eles tomam conta da gente.* (ENTREVISTADA 4). Tal zelo pode ser analisado na perspectiva de uma ‘microrregulação do negócio da droga no local’ (TELLES; HIRATA, 2007). Haja vista que o número crescente de furto ou roubos na localidade, principalmente, ataques ao mais importante equipamento público da comunidade, poderia chamar a atenção da polícia, assim como, criar a descrença e a desconfiança entre os moradores e os comerciantes de drogas no local, tais fatores, acabam levando parte destes fazer um [...] *cálculo refletido para garantir a cumplicidade dos moradores contra as*

investidas da polícia e também estratégia para controle de território ante os grupos rivais e sempre em disputa. (2007, p.179)³⁰.

Tal respeito, zelo e cuidado pela creche, ficam restritos as fronteiras que esta faz na comunidade, visto que o acesso a ela, por crianças de outras áreas, que vivem em conflito com a comunidade da João de Barros, se dá muitas vezes por diversos arranjos entre pais e cuidadores e as redes de tráfico no local. Segundo a funcionária da creche, as crianças que frequentam o espaço, não são só crianças da comunidade da João de Barros, mas também de outras comunidades, tais como: Campo do Onze, Santa Terezinha, Ilha do Joaneiro. Comunidades que tradicionalmente mantêm conflitos e rixas entre si, conforme evidenciado no Capítulo 1. E como já evidenciado também o conflito entre as redes de tráfico acaba interferindo na vida daqueles que têm ou não envolvimento com o mercado de drogas nestas áreas, dessa maneira, acaba levando às mudanças na rotina de alguns pais, cuidadores e de suas crianças, assim como, ocorrendo à necessidade de se pagar pelo acesso as vias que levam à creche.

Eu tenho mães que pagam para poder passar. Não podem passar da ponte, do viaduto. Tem que ficar lá e alguém traz. Ou sair... por exemplo, o horário da creche, normalmente é de seis às sete, aqui normalmente a gente abre às 5 e meia, porque muitos não podem passar depois das seis da noite pra lá, entendeu? Então a gente tem essa concessão de horário, de 5 e meia abrir os portões pra vir pegar seus filhos, entendeu? (ENTREVISTADA 4).

Nos relatos acima, observa-se que o comércio varejista de drogas ilícitas aparece, na fala de todos os entrevistados, como um dos mecanismos através dos quais o crime e a violência se solidificam na comunidade, ganhando expressões perversas, haja vista o expressivo número de homicídios no local e interferindo diretamente no cotidiano dos demais moradores do bairro. É importante ratificar que o problema das drogas no local é muito menos o consumo do que as interações provenientes do comércio: compra, venda e cobrança de dívidas, quase sempre letais. Durante as atividades de campo foi comum falar com interlocutores que não tinham, na época da pesquisa, ou nunca tiveram envolvimento com as atividades do comércio de drogas e, no entanto, estavam fazendo uso de substâncias ilícitas, como maconha ou lícitas como álcool. Foram vários os momentos em que estive presente enquanto um dos meus interlocutores, na segunda sala de sua casa, usava maconha enquanto a

³⁰ Um pouco mais sobre essa microrregulação na João de Barros será discutido no tópico 3.3 deste capítulo.

sua mãe assistia a novela na sala principal ou preparava a janta ou o almoço na cozinha. Jovens, trabalhadores, estudantes e que usam maconha de forma recreativa.

Esta ressalva se faz necessária devido à associação causal, compartilhada no senso comum, entre consumo de drogas ilícitas e produção de crime e violência em áreas pobres e favelas dos grandes centros urbanos: “tava emacanhado, por isso foi roubar”; “o filho de fulana é o maior maconheiro, não quero você andando com ele não”; “fulano começou a fumar maconha, daqui a pouco ta matando e roubando”³¹. No caso da João de Barros, durante as atividades de campo, essa máxima do senso comum não se confirmou. No entanto, alguns estudos mostram que o abuso de certas substâncias lícitas ou ilícitas, como o álcool e o *crack*, por exemplo, podem levar a comportamentos criminosos com mais frequências entre os usuários de tais substâncias,

In short, no simple sequential or causal relationship is now believed to relate drug use to predatory crime. When the behaviors of large groups of people are studied in the aggregate, no coherent general patterns emerge associating drug use per se with participation in predatory crime. Rather, different patterns appears to apply to different types of drugs users. But research does show that certain types of drugs abuse are strongly related to offender's committing crimes at high frequencies – violent crimes as well as other, income-producing. (CHAIKEN E CHAIKEN, 1990 *apud* ZILLI, 2004, p. 41)³²

No entanto, quando deslocamos o foco do usuário ou consumidor para as redes de tráfico e para o comércio varejista de drogas ilícitas, observamos que há uma relação direta entre o aumento da criminalidade e da violência onde tais dinâmicas se desenvolvem. Segundo Zilli (2004), alguns fatores podem levar ao aumento da criminalidade nos territórios em que as redes de tráfico se instalam,

[...] por ser uma atividade ilegal e desproporcionalmente lucrativa, a venda de drogas mobiliza uma grande estrutura para garantir sua eficiência. Várias pessoas precisam trabalhar conjuntamente para cuidar dos aspectos como

³¹ Tais frases puxo de minha memória da adolescência e juventude, moradora de um bairro popular e muito violento da cidade do Recife, era sempre comum ouvir de minha mãe e vizinhas tais frases.

³² Tradução minha: Em suma, qualquer relação sequencial ou causal simples é acreditado agora para relacionar o uso de drogas para o crime predatório. Quando os comportamentos dos grandes grupos de pessoas são estudados e agregados, não há padrões gerais coerentes emergentes associando o uso de drogas com a participação no crime predatório. Em vez disso, diferentes padrões parece aplicar-se a diferentes tipos de usuários de drogas. Mas a pesquisa mostra que certos tipos de abuso de drogas estão fortemente relacionados com infratores que cometem crimes em altas frequências - crimes violentos, bem como outros, produtores de renda. (Chaiken E Chaiken, 1990 *apud* ZILLI, 2004, p. 41).

segurança do negócio, vigilância sobre a polícia e possíveis inimigos, além da manutenção dos postos de venda. (2004, pp. 41-42).

Levando em consideração, alguns dos fatores, que levam o comércio de drogas ilícitas, ser uma atividade altamente perigosa e letal, me levou a questionar por que alguns adolescentes e jovens entram em tais circuitos? O que de atrativo há em tais atividades que fazem com que “por décadas, décadas e décadas” mudando apenas os personagens, os tipos de armas e as formas de dominação do território, o tráfico de drogas perdura em áreas pobres e de favelas dos grandes centros urbanos no país? Nota-se que o foco deste trabalho não era responder a tais questionamentos, no entanto, a forte referência às consequências nocivas que o comércio de drogas ilícitas trouxe e ainda traz para a comunidade, me fez ouvir com mais atenção algumas das trajetórias que acabaram levando a prática de atividades ligadas às redes de tráfico. Abaixo apresentaremos algumas delas.

Entre o para-brisa, o palco e o tráfico: trajetórias de ex vendedores de drogas no local

O título dessa sessão faz uma alusão a alguns interlocutores significativos durante as atividades de campo, nem todos os relatos apresentados aqui, são de jovens que estavam ora envolvidos com atividades culturais em suas comunidades, ora envolvidos com a atividade de tráfico também em suas comunidades. No entanto, vale a pena ressaltar, que todos os relatos, do envolvimento com a dinâmica do tráfico de drogas, surgiram de maneira espontânea, ao responderem questionamentos, tais como: “me conta como é viver aqui na comunidade”; “me conta um pouco de sua história”. Por isso, os relatos apresentados aqui não serão exaustivos, apenas ilustrativo do fato de que se viver em uma metrópole urbana, em um espaço onde as desvantagens sociais são expressivas e onde as redes de tráfico se instalam com maior facilidade, podem levar a trajetórias e narrativas de envolvimento não só com o consumo, como também com a venda e a proteção do ponto de venda de drogas ilícitas.

Neste cenário, algumas ações sociais, por parte de ONG's que atuam em todo o bairro de Santo Amaro, têm como objetivo principal minimizar as ações e cooptações das redes de tráfico ali existentes. Promovendo atividades de formação cultural, através de linguagens artísticas como a dança, a percussão e o canto. Procurando elementos que fossem admirados

por seu público alvo: crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos, algumas dessas instituições investiram em expressões musicais como o *rap* e em danças como o *break dance* e a dança afro. Alguns jovens tiveram a oportunidade de viajar para fora do país, onde fizeram apresentações em diversos países da Europa.

O fato de cantar *rap* e dançar *break*, se apresentar para diversos públicos, de poder viajar para fora do país, ter suas letras gravadas e cantadas por pessoas não só da comunidade, como de fora também, fizeram com que, após o período de convivência em uma determinada ONG local, alguns jovens não se sentissem a vontade para exercer funções laborais não tão prestigiadas quanto cantar *rap* como, por exemplo, ir para os semáforos que cortam as avenidas do bairro e lavar para-brisas. Percebe-se que o ânimo da dança, do canto e das viagens internacionais promovidos pela organização deram lugar a “desesperança” e a falta de perspectiva na vida adulta, isso acabou definindo algumas trajetórias,

Na época eu cantava rap, fazia umas letras muito massa, dançava *braek*, tinha uma galera que gostava, sentia muita vergonha de ir pro sinal lavar vidro de carro. Eu queria dinheiro, então eu passava algumas horas no palco, cantando para as pessoas. Falando para elas não usarem ou entrar na vida do crime. E saía do palco pegava uma pistola desse tamanho, oh. Colocava na cintura e ia pra boca fazer dinheiro e usar drogas. (Jovem evangélico, cantor de rap, retirado do registro de campo).

Para alguns dos jovens, todos do sexo masculino, o tempo que eles passaram na instituição (do início da adolescência ao início da juventude), trouxe-lhes retorno profissional e/ou financeiro zero. Ou seja, a formação cultural, a dança, o canto, não foram capazes de capacitar os jovens para o mercado de trabalho formal, motivo hoje pelo qual, muitos deles não conseguem trabalhos formais e com registro em carteira de trabalho.

Hoje eu tenho 27 anos de idade e nunca trabalhei na minha vida, não tenho nem a carteira assinada. Hoje dia vendo água para poder me sustentar. Saí do tráfico hoje to vendendo água (Jovem vendedor de água, cantor de rap, retirado do registro de campo).

A expressão musical do *rap* aparece também na narrativa desses jovens, como um dos elementos de acesso aos territórios em conflito. Sendo assim, para um dos entrevistados, o

rap, é importante dentro do contexto de conflito e de violência entre as redes de tráfico, principalmente, por permitir acesso não só aos palcos dos outros territórios, como também, poder frequentar, sem ser apenas em períodos de festividades, os demais territórios do bairro.

Para outro grupo de entrevistados, homens e mulheres, o envolvimento com o tráfico de drogas se deu por vários motivos, seja principalmente pelo consumo e, conseqüentemente, a necessidade de usar mais e mais drogas, seja pelos altos recursos financeiros advindo do comércio de drogas. Porém um dos fatores que chamam a atenção é sem dúvida, a atribuição ao vínculo de amizade, um dos principais motivos para entrada neste circuito,

É o caso que acontece com muitos, se misturam com os traficantes daqui por conta disso em relação de amizade, eles começam a criar vínculos até porque os traficantes não tem nada de besta, eles quando, os jovens quando começam a se misturar com eles, aí vão se misturando, se misturando, eles como traficantes vai oferecer também para ele também, a quando ele quer vender pronto, ele já está na mão do traficante, ele tem que vender aí nisso já vem a questão da vaidade, dinheiro fácil, (colar) de prata, já se mistura, já se torna um traficante refém das drogas. (ENTREVISTADO 11).

[...] mas muitos se envolvem, até porque pegou amizade, usou o tipo de substância aí já tá já fazendo. Fica envolvido com isso, uma maconha aqui um dia. Já tá com o traficante comprar maconha, depois compra outra. Aí tem a ver com a comunidade uma festa, aí os traficantes já estão aí pra fumar com ele, aí ele vai se mistura e já tá lá. (ENTREVISTADO 15).

Ele era envolvido né com coisa, com droga. E outras coisas que tem, que a gente vê hoje em dia, que a gente perde muito, quando você vê um adolescente traficando né, que os outros maiores envolvem eles, e eles são seduzido a traficar né. Então, isso a gente sente muito, eu como moro aqui, e tenho esse tempo todinho. (ENTREVISTADO 5).

Minha entrada foi... eu vendo alguns caras armados... fazendo... eu achava isso muito legal, muito interessante... sabe o que é... Eu achava isso... eu pensei muito em ser um super-herói da favela, né, como todo o jovem que tem um pensamento que tem um pensamento pequeno, fechado e tá em determinado coisa, por que você acha que aquilo ali, né, é o certo de fazer... eu era isso. E quase perdi a minha vida por causa disso, né? Eu entrei no tráfico através do crack. Comecei adiantar o crack pra poder ter dinheiro pra beber, pra... sair pra todo quanto, né? É uma liberdade que você tem dinheiro todo dia. (ENTREVISTADO 2).

Um dos relatos acima fala em “sedução” e a “atração” por armas de fogo, no entanto, como explicitado acima, o envolvimento com o consumo de drogas também foi um dos fatores determinantes para entrada destes jovens no comércio de drogas ilícita,

Eu comecei com 17 anos. A... 20 anos de idade, sendo refém das drogas. Cheguei ao tempo de vender minhas coisas, por conta do vício. Passei um tempo numa clínica por conta do vício. (ENTREVISTADO 1).

Eu entrei no tráfico através do crack. Comecei adiantar o crack pra poder ter dinheiro pra beber, pra... sair pra todo quanto, né? É uma liberdade que você tem dinheiro todo dia. Por exemplo, o crack ele é... você ganha muito dinheiro fácil. Ganha mais até do que a maconha. O crack você ganha muito dinheiro fácil. (ENTREVISTADO 16).

Ele era envolvido né com coisa, com droga. E outras coisas que tem, que a gente vê hoje em dia, que a gente perde muito, quando você vê um adolescente traficando né, que os outros maiores envolvem eles, e eles são seduzido a traficar né. Então, isso a gente sente muito, eu como moro aqui, e tenho esse tempo todinho. (ENTREVISTADO 5)

Por fim, levando em consideração que o território da João de Barros apresenta um cenário, que para determinadas demandas aparece como organizado, por exemplo, para a consecução dos mais diversos aparatos públicos, durante o seu processo de urbanização, para outros aparece como um espaço socialmente desorganizado, haja vista, a atuação das redes de tráfico no local. Neste sentido, alguns mecanismos que permitem a coexistência dessas duas dimensões precisam ser melhores elucidados. Dentro do modelo explicativo causal do crime e da violência, desenvolvido por Sampson e seus colegas, para que uma vizinhança acesse mecanismos de prevenção primária do crime e da violência, ou seja, mecanismos de controle informal, fator determinante na variação nas taxas de tais fenômenos em contextos urbanos, duas variáveis são fundamentais, são elas: os laços de confiança e os laços de solidariedade entre os moradores. Na próxima seção observaremos como alguns desses laços são percebidos pelos residentes locais.

Sentimento de Confiança e Valores Comuns Compartilhados: em que nível opera o os mecanismo informais de prevenção da violência?

Segundo a abordagem ecológica do crime e da violência, espaços urbanos que, por um lado apresentam desvantagens sociais acentuadas e, por outro um forte sentimento de confiança entre os moradores, assim como, valores comuns compartilhados e expectativa de agir em prol do bem comum, são espaços onde a “Coesão Social”, percebida, também, através de ganhos estruturais para a comunidade, levaria a efetivação de uma “Eficácia Coletiva”, no sentido de poder construir mecanismos de prevenção primária do crime e da violência no local.

Dentro dessa perspectiva os laços de confiança e de solidariedade são fundamentais para efetivação de tais mecanismos, no caso da João de Barros, observa-se certo grau de coesão social coexistindo com as atividades quase sempre letais das redes de tráfico que atuam não só lá, como nos demais territórios do bairro de Santo Amaro. Nas falas dos entrevistados também é possível perceber que no território, os laços de amizade estabelecidos aos longos dos anos – vale a pena reforçar aqui que todos os entrevistados são nascidos e criados na comunidade da João de Barros, os que não nasceram lá, chegaram bem jovem -, acabam favorecendo laços de confiança entre os moradores envolvidos ou não com o tráfico de drogas no local.

Eu comecei com 17 anos. A... 20 anos de idade, sendo refém das drogas. Cheguei ao tempo de vender minhas coisas, por conta do vício. Passei um tempo numa clínica por conta do vício. E hoje eu me recuperei. Através das pessoas da comunidade, me ajudando, me apoiando. Minha família, amigos, vizinhança dando uma força. E eu me identifico agora como multiplicador dentro da minha comunidade. Por que fui refém... (ENTREVISTADO 1)

Fui refém das drogas e venci. Tive uma oportunidade de emprego, ao qual perdi quando eu tava trabalhando, por conta das drogas. Eu tive outra oportunidade. Eu amo a minha comunidade por que é uma comunidade que é unida, se une, reivindica, junto com as reuniões que tem, dos líderes comunitários. É uma comunidade ativa. (ENTREVISTADO 1)

São pessoas que partilham o mesmo espaço físico por décadas e gerações, como evidenciado acima, nos momentos em que suas trajetórias os levaram para o mercado de drogas dentro do território, foi também, o próprio território um dos mecanismos importante para a saída de tais mercados. Questionados especificamente sobre a ‘confiança’ entre eles, durante as entrevistas, vários dos entrevistados afirmam existir um sentimento forte de confiança entre eles.

Confia, visse? Confia, confia. Porque é, domingo passado teve uma vizinha nossa, mas ela foi à praia, o filho dela revoltado por causa de tráfico também, que ele é envolvido no tráfico, tocou fogo na casa, né? E com isso quando tocou fogo na casa, a vizinhança se comoveu, né? Quanto viu que tava tocando fogo a gente arrombou a porta. Invadiu a casa, jogamos água, um quarto já tava já perdendo tudo ela, né? As casas são muito juntas, e a gente se preocupou muito nisso, então a vizinhança foi formiguinha, formiguinha, foi passando balde por balde, a gente, cada um. Então assim, eu acho que a vizinhança se preocupa sim um com o outro. A gente fica com a sensação que o nosso dever não foi cumprido, né?(ENTREVISTADO 5).

Confio até por que quando a gente é quando a gente é nascido e criado num bairro, nós se tornamos uma referência. E... muita gente conhece minha família, minha família é de músicos. Me acompanhou desde minha infância, me viu crescer. E foi isso que me ajudou, eles não tiveram preconceito comigo, por conta de eu ser usuário. Não me afastaram. Foi isso que eu tenho certeza que até hoje eu estou vivo, graças a Deus por conta disso. (ENTREVISTADO 1).

Observa-se que para Sampson e seus colegas (2003) em territórios onde os laços de confiança são fortes e a coesão social é percebida, principalmente, a partir da consecução de bens públicos para a comunidade, há grandes possibilidades de tais territórios construir metas comuns para se livrarem de atividades criminosas e violentas no local (Eficácia Coletiva). Ou seja, vizinhanças que apresentam a coexistência de fatores como a confiança e a coesão social, teoricamente, podem desenvolver, a partir do engajamento dos próprios moradores, um efetivo controle social informal, sem necessariamente, precisar de intervenções externas como, por exemplo, a intervenção do estado através de suas polícias. No entanto, segundo Cruz (2010), citando Janowitz (1976),

“[...] uma abordagem normativa do controle social (i.e., auto-regulação da comunidade) não significa necessariamente controle rígido ou repressão social. Deve-se demonstrar apenas que os moradores de uma área valorizam uma existência relativamente livre da criminalidade”. (Op. Cit., p. 33)

Segundo a perspectiva do autor, o controle social pode operar em um nível em que a coexistência com as redes de tráfico seja tolerável, mas talvez não aceitável por parte de quem ali reside. No caso da João de Barros, observamos isso nos diversos relatos aqui apresentados. No entanto, outra evidência que se constatou, é a de que na João de Barros, as redes de tráfico no local operam no nível das ‘microrregulações’, supracitadas onde,

[...] a gestão das rotinas do seu negócio, que se conectam com as circunstâncias da sociabilidade local, entre o respeito às regras reciprocidade da vida cotidiana (afinal, foi lá que nasceu e cresceu, construiu laços de amizade e solidariedade), [...] para garantir a cumplicidade dos moradores contra as investidas da polícia [...]. (Op. Cit., p. 179).

No exemplo da creche acima supracitado e nas falas que se seguem podemos ver como essas ‘microrregulações’, na comunidade da João de Barros, acabam se revertendo em mecanismo de prevenção de crimes contra o patrimônio no local. Operando este controle em um nível onde as fronteiras incertas entre o ‘informal, o ilegal e o ilícito’ (Idem), se diluem e dão lugar a uma relativa tranquilidade em relação ao sentimento de segurança e constante incertezas das consequências que a atuação das redes de tráfico podem trazer para a comunidade,

Uma relação de respeito, cada um tem sua vida tranquila, certo? Eu vejo como jovem também. Eu vejo uma ajuda mútua. Alguém passa e vai lá lhe ajuda, uma comunidade que ninguém faz furtos mútuos, tem essa questão de não ter furto dentro de Santo Amaro. (ENTREVISTADA 12).

Assim, os traficantes não querem não deixem, por que se roubar eles matam, a realidade é essa eles matam. Essa é a realidade que tem a comunidade. (ENTREVISTADA 13).

Não, eu não tenho assalto. Assalto, pequeno furto aqui dentro da comunidade ele não existe hoje mais não, por que hoje quem detém é o trafico. Aí é arriscado até apanhar dentro da comunidade. E é difícil, muito difícil mesmo, faz muito tempo. Já época de pequenos

furtos aqui. Era difícil, mas de uns 10 anos acabou, não tem mais isso. (ENTREVISTADO 14).

No entanto, mesmo operando em fronteiras incertas, a ‘microrregulação’ imposta na João de Barros, ocasionalmente não consegue prevenir situações de roubos e furtos na comunidade. Dessa maneira, quando episódios esporádicos como estes acontecem dentro ou fora da comunidade, são as redes de tráfico locais que os moradores recorrem para solucionar tais problemas. A ajuda policial quase sempre não é requisitada, segundo um dos entrevistados, a presença do PPO no local não lhes garante nenhum atendimento prioritário. Caso alguma ocorrência ocorra no bairro, quando vão solicitar ajuda no posto, o policial manda ligar para o 190. No entanto, quando algum furto grave acontece na comunidade e quando as pessoas envolvidas no tráfico são acionadas, rapidamente o problema é resolvido. Um exemplo claro disso foi o roubo da bomba d’água da creche, “a menina dos olhos” da comunidade.

Minha bomba foi roubada: ‘Não precisa a senhora ir na delegacia não que a gente vai achar sua bomba.’ Por que eu disse: ‘Oh pessoal, não vai ter creche hoje não, que roubaram a bomba.’ ‘Como é a história?’ Pois foram as mães que foram atrás de quem roubou... duas horas da tarde minha bomba tava instalada a mesma, organizada e tudo certo. Por que aí eles disseram, a creche é sagrada, eles chamam assim a creche é sagrada, ninguém pode mexer, entendeu? Então a relação assim, eu tenho com eles assim, a gente não vive submissa, não tem essa situação, eles não se envolvem [...] É uma relação muito de respeito, o que eu puder ajudá-los e eles nos ajudarem, a gente tá sempre, juntos. (ENTREVISTADA 4)

Ao mesmo tempo em que procuram restabelecer à ‘ordem’ no local, garantindo a segurança ou restituindo bens perdidos a partir de furtos e roubos, os envolvidos com as redes de tráfico também procuram se eximir de qualquer culpa quando atos dessa natureza acontecem na comunidade e eles não conseguem evitar ou restituir a vítima. Um dos relatos, de uma das entrevistadas, enfatiza tal postura, o que para ela, é uma maneira deles tomarem conta das situações adversas que ocorrem na comunidade e em seu entorno, o que outras instituições formais acabam não fazendo.

Minhas estagiárias já foram assaltadas, no outro dia eu não sabia. Por que eu não tinha fechado a creche nesse dia. Aí ligaram pra mim: ‘Olhe, só quero avisar a senhora que as suas meninas foram assaltadas, mas não foram por gente da gente não.’ Já sabiam, que tinha sido assaltadas, no poste de ônibus... João de Barros, então são situações que eles tomam conta. (ENTREVISTADA 4).

Observa-se que a convivência com as redes de tráfico traz, em certa medida, algumas consequências positivas para as comunidades, principalmente, no que diz respeito à resolução de crimes patrimoniais interpessoais na localidade. No entanto, tal possibilidade só se torna possível, por que as pessoas que estão envolvidas em tais redes são ‘nascidos e criados’ na comunidade: filho (a), esposo (a), tio (a) dos demais moradores. Conforme argumentou Pattillo (1998 *apud* SILVA, 2014): *The incorporation of gang members and drug dealers into the networks of law-abiding kin and neighbors thwarted conventional efforts to rid the neighborhood of its criminal element.*³³

Além disso, para Prates (2009) a venda de drogas ilícitas, em comunidades pobres e em favelas dos grandes centros urbanos, são fatores “exógenos” à comunidade e “penetram o contexto social da comunidade aumentando enormemente o custo da participação” (p. 1142). Ou seja, a atividade do comércio de drogas, devido ao seu caráter ilegal, por movimentar altos montantes de dinheiro, a necessidade de armamento para a proteção do local de venda e, conseqüentemente, o envolvimento de moradores locais, nascidos e criados no bairro, mina a possibilidade de estabelecimento de metas coletivas na prevenção de crimes mais graves e da violência em áreas onde há um intenso comércio de drogas. Este é o cenário visualizado na comunidade da João de Barros.

O Papel da Polícia na Prevenção da Violência Local

Para Silva (2014), a superação de tal paradoxo, a coexistência de alta coesão social e a presença de um forte comércio de drogas ilícitas, se daria através da consolidação de mecanismos externos de controle social. Ou seja, a confiança mútua, as redes de amizade e

³³ Tradução minha: A incorporação de membros de gangues e traficantes de drogas nas redes de parentes e vizinhos frustrados cumpridores da lei, tem efeitos convencionais para livrar o bairro do seu elemento criminal.

de solidariedade e a coesão social percebida só se transformariam em uma “Eficácia Coletiva”, a partir do momento em que essa relação fosse permeada por um nível público de controle social: *É nesse sentido, que a relação de confiança dos atores locais com as organizações policiais passa a ser considerada um “catalizador”, que potencializa a propensão em controlar comportamentos [...].* (Idem, 65). Dentro dessa perspectiva, a fala de um dos entrevistados ilustra um pouco essa crença de que o controle externo exercido pelo agente público, no caso, a polícia pode reverter situações de crime e violência na João de Barros e Santo Amaro,

Eu acompanhei Eduardo Campos [governador pelo PSB] aqui num projeto desde 2008 [segundo ano do primeiro mandato de Eduardo Campos como governador do estado] e pela primeira vez eu tinha visto Santo Amaro, tá num nível super alto em relação à crescimento positivo. Mas depois que Eduardo Campos morreu, tá acontecendo coisas que eu nunca vi na minha vida dentro de nosso bairro. A polícia ela tem... faz rondas, tem a sua viatura pra fazer a sua ronda todos os dias. Mas eu acho que deveria ter mais mesmo da parte do governo do estado. Os investimentos eles só são feitos porque os problemas estão acontecendo. (ENTREVISTADO 1)

A referência que o entrevistado faz ao ex-governador do estado, morto em agosto de 2014, em um acidente de avião, é consequência da Política Pública de Segurança, o Pacto pela Vida (PPV), implantando no estado no ano de 2007³⁴. Após implantação do PPV, Pernambuco foi o único estado do nordeste a apresentar um expressivo decréscimo nas taxas de homicídios, chegando há cerca de 26% entre anos de 2006 e 2011 (RATTON et all, 2014). Dentre as áreas alvos das ações preventivas e investigativas do PPV estavam às áreas pobres do bairro de Santo Amaro e os conflitos armados que ali existiam e até hoje existem. Na fala do entrevistado, nota-se que tal ação surtiu efeito por um período e que foi visto positivamente pelos residentes, porém, hoje em dia, as ações preventivas do crime e da violência, através das rondas feitas pela Polícia Militar, na comunidade, vêm deixando muito a desejar. Como evidenciado abaixo.

³⁴ Para uma melhor compreensão do Pacto pela Vida e a sua atuação no estado de Pernambuco, ver uma recente avaliação da Política Pública, onde foram ouvidos gestores, policiais e a sociedade civil em: RATTON, J.L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. O Pacto Pela Vida e a Redução de Homicídios em Pernambuco. In: **Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras**: edição especial dos diálogos de segurança cidadã. Rio de Janeiro, RJ, Instituto Igarapé. 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>

Mas, para você vê a polícia não ta se apoiando na comunidade. Tem a polícia, assim, que faz rondas, faz todo o trabalho que tem que ser feito, mas a polícia deveria ser mais efetiva na comunidade. Ta faltando policia, circularmento. Ta faltando isso, ta, integrado na comunidade. Você esta morando numa comunidade que não é ruim de se morar, é uma comunidade boa, de pessoas boas tem doutores, tem policiais... (ENTREVISTADA 13).

Espera acontecer pra fazer... é tipo: tem um tiroteio, aí é que a polícia aparece. As rondas são feitas todos os dias claro, mas são poucas, são duas viaturas, a cada acho meia hora que passa dentro da comunidade. Não tem uma polícia específica, foi implantado a Polícia Amiga... foi criado aqui no bairro até agora eu num vi essa Polícia Amiga. (ENTREVISTADO 1).

Tem dia que não acontece nada em Santo Amaro, mas quando acontece a polícia ta frequente, a polícia tem que ta frequente quando não acontece. Faz as pessoas entenderem que a polícia ta fazendo a segurança nossa. Por que qual a visão do povo? Que a polícia ta pra agredir, pra bater. A polícia é para fazer nossa segurança, né isso? Pra prender os ladrões, prender os bandidos e nos ajudar. (ENTREVISTADO 1).

O Posto de Policiamento Ostensivo, localizado na Academia da Cidade, na comunidade da João de Barros, segundo relato de alguns dos entrevistados, trouxe relativa segurança para a comunidade. Para alguns, a presença quase constante de um policial ali, lhes garante um pouco mais de tranquilidade e inibem um pouco, os confrontos mais diretos entre as redes de tráficos rivais, características de grande parte dos territórios de Santo Amaro e bairros circunvizinhos. Mesmo com algumas transações do comércio de drogas acorram há poucos metros do PPO e que as urgências no local devem ser reportadas à central de atendimento, através do 190.

A principal mudança nesses últimos anos veio através do PPO, visse? Deu uma melhorada muito. Deu uma melhorada, assim... Segurou, é. Só não tem como segurar eles vendendo, né? Mas fora isso... (ENTREVISTADO 5)

O estado tem, houve uma intervenção dele, e aí eles interviram muito bem, de maneira estratégica e tal, no sentido de que o PPO aí, como a comunidade é pequena, o espaço, que é um barril de pólvora também,

é um barril de pólvora também. Então a galera fica meio que, tá aqui, mas tá beleza, mas a gente tá aqui também. (ENTREVISTADO 6)

Observa-se que nos trechos de entrevistas acima, ora a presença policial é enfatizada como um dos elementos que proporcionam a estabilidade e a segurança no local, ora que suas ações preventivas, na atualidade, não estão a contento dos que percebem a sua presença como mais um dos mecanismos de controle da atividade criminosa no bairro. Tais depoimentos destoam um pouco dos que veremos logo a seguir, no entanto, reforçam o que parte da teoria traz como prerrogativas exitosas para um eficaz controle do crime e da violência em comunidades pobres. Ou seja, a correlação entre confiança, coesão social e mecanismos de prevenção externos instituídos como, por exemplo, as polícias.

Uma ação bem pontual, ocorrida no bairro de Santo Amaro, no território do Campo do Onze, articulou diversos atores e atrizes sociais, em torno da experiência de convivência entre os diversos territórios, algumas pessoas envolvidas com as redes de tráficos em tais espaços, lideranças das diversas áreas, policiais e organizações governamentais e não governamentais. Tal experiência foi o *I Campeonato de Futebol Santo Amaro pela Paz*, uma iniciativa exitosa, promovida pela Secretaria de Defesa Social (SDS/PE), no âmbito das ações do Programa Governo Presente. O *I Campeonato de Futebol Santo Amaro pela Paz*, teve como objetivo: i) a confraternização entre os moradores dos diversos territórios, que devido os conflitos das redes de tráfico não podiam transitar em todos os lugares do bairro, conforme já evidenciado neste trabalho;

Depois de sete anos, aí teve o futebol Santo Amaro pela Paz, organizado pela SDS, e aí foi onde a gente teve esse, mais essa repercussão, né? Que a gente, como a gente não podia ir pra lá, é que nós tínhamos amigos lá, nunca deixamos de ter amigos lá no Campo do Onze, mas com essa guerra do tráfico de drogas entre eles: Campo do Onze e João de Barros. A gente não podia ir e nem eles vinham pra cá, poderiam vir pra cá, nem a gente poderia ir pra lá. Então isso, causou aquilo, assim tipo uma guerra né? Uma guerra bem, o que você imaginar. Guerra das Malvinas, sei lá, do Vietnã, parecia mesmo. Por que se alguém chegasse lá, morria. Se soubesse que morava aqui, já... Por isso que a gente não ia... Aí depois do futebol... (ENTREVISTADO 5).

ii) proporcionar uma tarde de socialização a partir de um dos esportes mais praticados na comunidade, com mais de 30 times de várzea formados e atuantes³⁵; iii) comemorar, a época, em novembro de 2009, a redução, em um ano, de 71% no total de homicídios no local. No entanto tal êxito contou muito com o engajamento de algumas das lideranças locais, na mobilização e nos “arranjos” informais de segurança com as lideranças do tráfico a época. Além do apoio promovido pela SDS, no transporte e segurança durante a partida.

Do jogo no Campo do Onze. Botar essa galera pra lá, foi muito difícil, foi muito diálogo com a galera, foi, a gente pensava assim: ‘pow, vamos pensar antes pra gente, chegar nos caras, né? Tinha reunião com o pessoal do governo. Mas a gente tinha uma conversa que tipo, essa galera não pode tá ouvindo o que a gente tá falando, e eu acho que a gente vai tá falando de uma outra forma, que é dentro do cotidiano real do dia-a-dia, de cada um dessa galera. E aí a gente conversando desse jeito: ‘meu irmão, tá foda. Vou levar essa molecada daqui pro Campo do Onze e essa rixa do caralho que tem e o Beco dos Casados, esse campeonato não vai dar certo.’ (ENTREVISTADO 6).

O futebol pela [...] então assim, quando a gente chegou lá, foi com todo aparato de policiais, aí veio um ônibus aqui da Polícia Militar, nos pegou com os batedores ainda mais, parecia coisa muito importante, né? E aí eles conduziram a gente, quando chegou lá foi aquele incrível, quando a gente descemos do ônibus, aí tava o fotógrafo, tava o Jornal, tava imprensa, então aquilo lá mobilizou eles também, né? E quando a gente contou a nossa história, por que a gente não podia ir pra lá, aí eu acho que o bairro lá todinho ficou comovido com isso, né? E a gente jogou lá, não fomos campeão, mas o, foi mesmo que ser... Foi uma vitória, hoje a gente vai lá, sem problemas. Os garotos vão daqui sozinho pra lá, gente adulto vai pra lá, joga, ninguém, ninguém mexe com a gente, ficou um respeito lá, que a gente participou de um campeonato lá também, não fomos campeão, mas fomos muito respeitados, não fomos, é... como é que se diz, agredido em nada, ao contrário, só elogio. (ENTREVISTADO 5)

O I Campeonato de Futebol Santo Amaro pela Paz, também foi o último e ações de engajamento de lideranças, moradores, agentes do governo, dentre eles a polícia, de organizações comunitárias, dos envolvidos nas redes de tráficos dentre outros, não se teve mais notícias. Pelo menos, não algo parecido com o que aconteceu e que repercute até hoje na lembrança afetiva de quem participou do encontro e que hoje promove aulas de futebol para

³⁵ Ver Fialho et al (2015).

meninos e meninas da João de Barros, através do projeto tocado pelo treinador do Parma Futebol Clube, este de Santo Amaro, não o internacional. Tal lembrança e referência são tão expressivas, que uma das paredes da pequena sede do ‘grande clube’, caiada de branco, letreiros e logo em preto, constam várias matérias de jornais se referindo ao dia, em que as diferenças entre os territórios não foram só mediadas pelo futebol, mas também pela ação governamental e, principalmente, pela atuação da polícia.

No entanto, é do conhecimento de todos que o histórico da relação da polícia com as áreas pobres e de favelas, nos grandes centros urbanos, caracterizados por uma intensa produção da violência, proveniente das redes de tráfico, é muito conflituosa. Bastam alguns minutos de pesquisa que aparecem vários relatos, vídeos, fotos de como a polícia trata e, sempre tratou, os moradores de tais áreas, sejam eles envolvidos ou não com as atividades do tráfico. Embora as atividades do tráfico de drogas como já evidenciado aqui, assume dimensões transnacionais, são seus efeitos locais, ou seja, as suas ramificações nos diversos territórios pobres do país, que chamam atenção tanto pela violência empregada por parte dos traficantes quanto pela violência perpetrada, pela repressão policial ao comércio varejista em tais territórios. No Brasil, a partir da década de 1980, nota-se uma escalada vertiginosa da criminalidade e homicídios nas grandes capitais brasileiras, segundo Paixão (1988) a criminalidade surge como problema público à medida que a abertura política avança para uma transição democrática, no entanto, o tema “crime” figura como um tema marginal na agenda dos cientistas políticos da época que versavam seus estudos e trabalhos sobre a consolidação da democracia no Brasil através de análises da institucionalização pelos atores e atrizes políticos das regras democráticas (PAIXÃO, 1988, p.168). Neste sentido, ficou a cargo exclusivamente da polícia e do sistema judiciário a responsabilidade de contenção do crime, da violência e das “classes perigosas” (ZALUAR, 1994; 1985), estas duas instâncias passam a atuar de forma violenta e arbitrária nas áreas pobres dos grandes centros urbanos. Em Santo Amaro, especificamente na comunidade da João de Barros, isso não é diferente,

Eu sempre fui contra a esse negócio de Polícia Amiga, por que dentro da comunidade da gente como essa, a polícia não vai querer ser recebido com buquê de flores... Num existe aquele respeito, apesar o seguinte: que mudou muito a questão da polícia. A polícia hoje, eu sinto ela mais humanizada. Mas trabalhada, assim, o caráter humano do policial. Já tem outra parte que num serve pra nada. Você quanto menos criar problemas com esses cara melhor. Já tem outros que abre o diálogo, discute procura conversar. Se chama pra uma reunião

na comunidade vem. Aí eu digo que a polícia, de um tempo pra cá, com uns 6 anos, 8 anos pra cá, ela mudou muito. Mudou. Mudou. (ENTREVISTADO 3).

Meu irmão, meu irmão ta com 12 ano de prisão. Agora me pergunte por que. Me pergunte se ele mereceu ta lá. Não. Ele foi pego no lugar errado, na hora errada. Tava fumando maconha com um cara que tava cheio de droga e arma. Butaram pra ele. Forjado. 12 ano. Tirou 6. [...], ele tirou 6 anos e depois tirou mais 6, ta tirando agora. [...] E forjado que a polícia botou. Só basta ele num ir com a cara de ninguém. Quando eu usava droga, a polícia pegou foi uma ou duas peda no meu bolso e nem me prendeu. Por que, eu não era nada pra polícia, a polícia queria pegar um traficante. Que tinha dinheiro, que ele sabia. Que é dado pra mão, chegava com as duas peda: ‘óia, se tu não me dá cinco mil aí, eu vou butar essas peda pra tu e tu vai cair como tráfico’. E aí? Tu ta entendendo como é a jogada? Essa é a jogada. (ENTREVISTADO 10).

Para Adorno e Salla (2007), na medida em que a criminalidade mais ou menos organizada se desenvolve, novas zonas de segregação social e espacial acabam surgindo nos grandes aglomerados urbanos (2007, p. 10). Para os autores, na medida em que o crime cresce e modifica suas modalidades, as políticas públicas de segurança “*permaneceram sendo formuladas e implantadas segundo modelos convencionais, envelhecidos, incapazes de acompanhar a qualidade das mudanças sociais*” (Idem). O engessamento das práticas policiais, os baixos salários e, principalmente, o desrespeito com os direitos fundamentais dos moradores de tais áreas, levam a ações que por vezes extrapolam suas atribuições. Segundo alguns dos entrevistados, tais ações podem ser evidenciadas em situações que remetem o envolvimento destes em situações que caracterizam o crime de suborno, além do envolvimento dos próprios operadores da lei nas redes de tráfico local.

Por que até mesmo essas crianças que estão aí, elas vê polícia prendendo e depois soltando por causa de dinheiro. (ENTREVISTADO 2).

Também. Até mesmo polícia também é envolvida nisso... polícia é os principais. Muita gente protege polícia aí, é polícia... por exemplo, a polícia pega um caba sem fazer nada, em determinado lugar, só por que falou alguma coisa alta, ele mete a mão na cara, mete o cassetete... acaba com o cara e depois chega lá e diz que o cara reagiu. Tem muito disso. Um dez mentira dele na delegacia, uma

mentira dele na delegacia é umas dez verdades pro delegado. Entendeu? (ENTREVISTADO 3).

A polícia teve então houve momentos de pegar e... prender o cara, pegar dinheiro e soltar o cara, dar porrada no cara, tomar o que o cara tem, isso aconteceu, todo mundo sabe disso. (ENTREVISTA 11)

Observa-se que o pressuposto da eficácia de um controle externo público, por parte principalmente da polícia, esbarra em alguns processos históricos e sociais, de uma polícia que passou a existir para conter “o povo”, sendo este pobre e morador de áreas degradadas da cidade. Embora, algumas ações pontuais e preventivas exaltem a eficiência da PM no território da João de Barros e no bairro de Santo Amaro.

Assim sendo, neste capítulo tento reconstruir – a partir dos diários de campo, das conversas informais, dos momentos de lazer desfrutados no território e das entrevistas –, quais são os impeditivos de conversação da coesão social percebidas, seja através das mobilizações ou através das diversas melhorias estruturas do bairro, não consegue se reverter em uma eficácia coletiva. Neste cenário acima delineado, não é possível perceber mecanismos de prevenção das atividades criminosas, principalmente àquelas relacionadas ao tráfico de drogas. Visto que, uma das premissas básicas da ‘Eficácia Coletiva’, a predisposição local em intervir em comportamentos que trazem ameaças à estrutura comunitária (SAMPSON, 2009, p. 582), estes reforçados pelos laços de confiança e solidariedade entre os moradores.

Segundo ZALUAR et al. (2009, p. 2) ao analisarmos os mecanismos de controle social devemos levar em consideração as três ordens sociais desenvolvidas por Hunter (1985): a privada, a paroquial e a pública. A **ordem privada** é a mais básica ordem de controle social e está baseada na intimidade informal dos grupos primários existentes na área. A **ordem paroquial** está baseada nos efeitos da rede interpessoal e na interlocução entre instituições locais, como igrejas, escolas, comércios e organizações voluntárias. Refere-se às relações entre grupos. Por fim, a **ordem pública** está baseada no ‘encontro entre estranhos e diferentes’ e tem como foco a capacidade da comunidade em assegurar a implantação de bens e serviços públicos para a sua área, tais bens e serviços são oferecidos por agências que atuam fora do bairro (ZALUAR et al. Op.cit. pp. 2 e3). Ainda segundo Zaluar et al. (2009), citando Hunter (1985),

“a ordem paroquial é a ordem social intermediária entre as ordens privada e pública, portanto aquela cujas relações sociais estariam entre as que existem

com amigos ou parentes (os íntimos do mundo privado) e as que reúnem os desconhecidos concidadãos do mundo público. Trata-se das interações entre vizinhos. Para vários outros autores, é nessa esfera intermediária que devemos procurar as medidas de controle social que o Estado não pode nem deve exercer, por ser meramente coercitivo, impessoal, formal” (pp. 2-3).

Essa ordem social representa, parcialmente, as capacidades de supervisão de uma comunidade. Também representa a participação dos moradores nas instituições locais, como igrejas, organizações voluntárias e escolas. Através, por exemplo, das redes relacionais desenvolvidas entre os membros de organizações comunitárias preocupadas com a prevenção da criminalidade, podem ser transmitidas informações acerca de ações do grupo e iniciativas individuais desejáveis, como vigilância do alvo, vigilância local e denúncia dos crimes, ou seja, uma eficaz articulação entre os mecanismos de prevenção internos e externos.

No entanto, ao analisarmos os dados acima sobre o território da João de Barros, observa-se que no local, ocorre justamente o contrário, ou seja, a falta de articulação local entre os mecanismos de prevenção primários internos e os mecanismos de prevenção externos, por exemplo, uma eficaz atuação da polícia com base em denúncias e/ou testemunhos dos residentes sobre os crimes no local. Tal fato não se dá por acaso, a morosidade da polícia e do sistema de justiça, além do histórico de crimes contra pessoas consideradas X9 dentro da comunidade, faz com que aumente a descrença e, principalmente a falta de confiança no sistema policial e de justiça. Outro fator que mina tal possibilidade, diz respeito aos fortes laços de amizade e de parentesco entre os moradores e vendedores do comércio de drogas no local. O que se torna possível, por que as pessoas que estão envolvidas em tais redes são ‘nascidos e criados’ na comunidade: filho (a), esposo (a), tio (a) dos demais moradores.

Além disso, para Prates (2009) a venda de drogas ilícitas, em comunidades pobres e em favelas dos grandes centros urbanos, são fatores “exógenos” à comunidade e “penetram o contexto social da comunidade aumentando enormemente o custo da participação” (2009, p. 1142). Ou seja, a atividade do comércio de drogas, devido ao seu caráter ilegal, por movimentar altos montantes de dinheiro, a necessidade de armamento para a proteção do local de venda e, conseqüentemente, o envolvimento de moradores locais, nascidos e criados no bairro, mina a possibilidade de estabelecimento de metas coletivas na prevenção de crimes mais graves e da violência letal em áreas onde há um intenso comércio de drogas.

Diante do exposto, fica evidente que, embora a comunidade conviva, há anos, com as transações inerentes ao tráfico de drogas que ao longo dos anos diversificou os produtos vendidos – passando da maconha para o pó e depois o *crack* –, assim como mudando os tipos de consumidores, passando dos moradores locais e de baixa renda, para os consumidores também de baixa renda de outros bairros e comunidades e para os consumidores de classe média e classe média alta, além de que tais transações são fortemente marcadas por interações sociais permeadas por muita violência e violência letal. Não há como criar mecanismos que os ‘protejam’ de tais ações, haja vista as diversas problemáticas que tal uma intervenção em um nível primário pode trazer, problemáticas tanto pessoais quanto comunitárias, dentre eles destaque: i) uma grande possibilidade de ser vitimizado; ii) a restrição de acesso a outras áreas do bairro; iii) incursões mais violentas e agressiva das policiais no local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado ao longo desta dissertação, as altas taxas de crime e violência têm repercutido na sociedade como um todo e, em particular, nos governos federal, estadual e municipal, nas organizações não governamentais e nos programas universitários de diversos centros acadêmicos do país. Embora o fenômeno atinja, direta ou indiretamente, a todos, é nos bairros populares dos grandes centros urbanos que um dos seus efeitos mais perversos, os homicídios atinge de maneira mais intensa parcela da população que ali reside, principalmente, se este for jovem, do sexo masculino, negro e de baixa escolaridade. Como evidencia a literatura, a intensidade desse tipo de crime, nestes espaços, tem suas motivações estritamente ligadas às atividades provenientes do tráfico de drogas, tais como: comércio varejista, consumo e os mecanismos, quase sempre letais, de cobrança de suas dívidas. Em Recife, Pernambuco, o bairro de Santo Amaro, em suas diversas áreas pobres, apresentam dinâmicas do tráfico que por várias décadas dividem o território com outras práticas locais como, por exemplo, o engajamento por parte dos moradores para melhorias estruturais do bairro.

Nesse sentido, o objetivo principal dessa dissertação foi analisar quais são os recursos utilizados pelos diversos atores e atrizes sociais, moradores ou não, do território da João de Barros, localizado no bairro de Santo Amaro, Recife, Pernambuco, para acessar mecanismos de prevenção e controle da criminalidade e da violência no local. Procuo assim identificar quais são as possibilidades ou impossibilidades de conversão da ‘Coesão Social’ percebida através das diversas melhorias no território, em uma ‘Eficácia Coletiva’, ou seja, a consolidação ou não de mecanismos primários de controle do comportamento indesejado, dentre eles a prática de crime e de violência no local. Assim sendo, esta dissertação está inserida em uma abordagem do crime e da violência, que tem como objetivo não só compreender as suas causas mais também, analisar às repostas localizadas a tais fenômenos. Ou seja, analisar como em algumas vizinhanças, os laços de confiança e a presença de coesão social, acabam levando ou não a mecanismos de auto regulação que não passam necessariamente pelo crivo do Estado como, por exemplo, a atuação das polícias.

Assim sendo, nestas considerações finais, procurarei retomar algumas das questões centrais que nortearam todo o processo de construção desta dissertação, assim como, os possíveis desdobramentos deste estudo, as limitações teórico-metodológica aqui adotada e,

por fim, uma agenda de pesquisa que tenha por objetivo compreender as dinâmicas inerentes as relações estabelecidas entre moradores não envolvidos com a rede de tráfico de drogas e moradores envolvidos com tais redes, cujo tal envolvimento pode vir a minar a possibilidade de efetivação da coesão social percebida em uma eficácia coletiva.

Desenvolver uma pesquisa de campo de inspiração etnográfica em uma comunidade urbana da contemporaneidade, nos leva a percorrer caminhos por vezes complicados, mas que na maioria das vezes nos permite ver, sentir e ouvir situações que ficam registradas em nossa memória afetiva por muito tempo. Uma problemática que tal método também nos traz, é a de como será feita a seleção dos dados que irão compor o corpo do trabalho, ou seja, a apresentação ao leitor daquilo que foi visto, sentido e ouvido. Já que nas incursões diárias à comunidade muitas situações foram vistas e vivenciadas, muitos dados foram coletados e trazer para o texto aquilo que apenas nos remete ao nosso problema de pesquisa, às vezes parece que estamos sendo ‘injustos’ com tudo o que foi visto, anotado, gravado e sistematizado, porém os limites de qualquer trabalho acadêmico nos forçam a sermos cautelosos e seletivos no momento em que tais dados são apresentados ao leitor. Assim sendo, identifico que por vezes algumas das temáticas apresentadas acima poderiam ter tido maior atenção ou mais exploradas, ou até mesmo, poderiam ser suficientes para a elaboração de outra dissertação. Por exemplo, a falta de problematização da tensão existente entre os residentes locais e a administração do shopping em relação ao muro da vergonha.

Um problema que identifico, diz respeito a transposição da Teoria da Eficácia Coletiva. Conforme explicitado acima, esta teoria é tributária direta da Teoria da Desorganização Social, dessa forma, ambas surgem como instrumento teórico e metodológico para pensar o crime e a violência no contexto histórico, cultural e social norte-americano. Dessa forma, a Teoria da Desorganização Social tem como tempo e campo de estudos, o contexto norte-americano dos inícios e meados dos anos de 1930, fortemente caracterizado pelo acelerado processo de industrialização e urbanização dos bairros da cidade de Chicago. Já a Teoria da Eficácia Coletiva, surge em finais dos anos de 1980, onde este cenário de industrialização e urbanização é afetado pelos efeitos das profundas transformações tecnológicas e globais. Assim sendo, nem todos os aspectos teóricos e metodológicos foram transpostos na análise feita aqui.

Uma das primeiras adaptações da Teoria da Eficácia Coletiva, no contexto recifense, mas especificamente, o contexto histórico, social e cultural de Santo Amaro, tendo como unidade analítica do território da João de Barros, foi em relação à abordagem metodológica.

Sampson e colegas são pesquisadores quantitativos. Aqui a metodologia empregada foi à qualitativa de inspiração etnográfica, através da qual tentei compreender as diversas manifestações da coesão social e eficácia coletiva e/ou seus impeditivos nas micros relações desenvolvidas no cotidiano dos pesquisados.

Uma evidência que se tornou mais clara durante as atividades de campo, foi à necessidade de ser ter, para a realidade recifense e pernambucana, pesquisas que tenham por objetivo mensurar tais fenômenos em diversos contextos urbanos, tanto de classe média e média alta quanto em áreas pobres e de favelização para possível comparação entre as diferenciações nas taxas de crimes e violência na cidade. Visto que, os dados oficiais não abarcam grande parte dos acontecimentos dessa natureza, por diversos motivos dentre eles: a falta de confiança no trabalho policial e, conseqüentemente, as subnotificações de crimes de diversas naturezas. Um instrumento importante para aferir tais fenômenos são os *surveys* de vitimização, pouco realizadas no contexto recifense. Tais pesquisas têm por objetivo obter informações sobre as vítimas, os agressores, as circunstâncias de ocorrências de crimes, tais como hora e local, qual tipo de armas foi utilizado, perdas econômicas etc., além de informações qualificadas sobre alguns tipos de crimes como, por exemplo, o roubo, o furto, a agressão verbal e física e a agressão sexual. Neste tipo de pesquisa também pode ser aferido graus de confiança entre vizinhos, de participação comunitária e de coesão social entre os respondentes. Assim sendo, a falta de dados quantitativos que, pudessem ser qualificados através da presente pesquisa de dissertação, tornou-se uma problemática, embora tenha sido contornável pelos empolgantes achados de campo.

Nota-se que o modelo teórico desenvolvido por Sampson e colegas, quando aplicados à realidade brasileira, a partir de metodologias qualitativas carece de um suporte quanti, ou seja, de dados consolidados, sistemáticos e comparáveis produzidos com certa frequência (anualmente) de diferentes contextos sociodemográficos das diversas áreas urbanas do estado. Talvez esse seja o principal limite da Teoria da Eficácia Coletiva, percebido até aqui: a sua aplicação quase que exclusivamente quantitativa através de seus idealizadores. A aplicação de pesquisas desse porte e com a qualificação dos dados, através das pesquisas de campo qualitativas se insere em uma possível agenda de pesquisa sobre crime, violência e Eficácia Coletiva no contexto urbano recifense.

Porém, o alcance qualitativo da tentativa de aplicação da Teoria da Eficácia Coletiva no contexto recifense, neste trabalho, diz respeito principalmente ao foco nos mecanismos

interacionais nos níveis psicossocial, organizacional e cultural dos sujeitos dessa pesquisa. Onde se percebe que a vivência em um espaço marcado pela insegurança, a instabilidade e a violência levam a situação às vezes de desesperança, tais como, preferir pegar em armas e defender o comércio de drogas, a ir para o semáforo limpar para-brisas. Ou de como o tema drogas e vendas de drogas são quase referenciados como sussurros, com medo de quebrar a “lei do silêncio” que vigora em territórios dominados pelo comércio de drogas. Percebe-se também, que em seu nível organizacional a comunidade consegue criar metas coletivas de melhorias estruturais mais não consegue se livrarem de uma cultura de venda, consumo (degradante, como o do *crack*, por exemplo) e cobrança de drogas que acabam levando a mecanismos de violência, perpetrados tanto pela polícia quanto pelas redes de tráfico que atuam no local. Mesmo o tráfico aparecendo como um dos mecanismos garantidor da segurança no local. E do mesmo modo, a polícia também aparecendo como uma possibilidade real e efetiva de controle externo do crime.

Como evidenciado acima, se observou em campo à centralidade que o tema da droga ilícita acaba assumindo nas vidas dos moradores e de como altera toda a rotina da unidade de análise pesquisada e dos que vivem em tais áreas, evidenciado nas diversas falas que ilustram esse trabalho. Nota-se também que as atividades das redes de comércio varejista na João de Barros, têm um ‘duplo sentindo’ no local: ora determinando como as atividades corriqueiras e cotidianas devem ser alteradas pelos conflitos com outras áreas do bairro, ora sendo acionado por moradores não envolvidos diretamente para solucionar problemas de roubos e furtos na comunidade.

A atuação das redes de tráfico no local também traz consequências para além dos limites físicos do bairro, expressadas nas mais diversas formas, uma delas referenciada aqui é o ‘muro da vergonha’. Além disso, outra evidencia centra-se no pouco acesso dos residentes às diversas oportunidades de circulação seja no bairro, ou seja, na cidade, mesmo estes morando um espaço geograficamente privilegiado, no centro da cidade. Tal falta de acesso se constituem tanto em barreiras físicas, a impossibilidade de transitar em uma via como, por exemplo, a ‘faixa de Gaza’, frequentar o shopping local, ou simbólicas caracterizadas dentre elas pela estigmatização de se viver em um espaço fortemente marcado pela insegurança, a instabilidade e pela violência perpetrada por agentes diversos. Compreender os mecanismos que impedem que os moradores acessem as redes de oportunidade no bairro e na cidade seria um possível desdobramento dessa pesquisa com o objetivo de criar mecanismos reais e simbólicos de acesso a tais redes.

Finalmente, esta pesquisa de dissertação aponta para a necessidade de estudos e pesquisas que tenham por objetivo compreender a diferenciação nas taxas de homicídios, assim como, pesquisas que tenham por objetivo mensurar os níveis de coesão social e confiança entre os residentes de diversos contextos urbanos, sejam eles de classe média alta, média baixa ou áreas pobres da cidade e Região Metropolitana, as chamadas *pesquisas de vitimização*. Para, além disso, pesquisas que tenham por objetivo compreender as escolhas criminal tanto do agente da criminalidade em situação de privação de liberdade quanto do agente em atuação em suas áreas de comércio, no entanto tais pesquisas precisam acessar também pessoas de níveis socioeconômicos mais abastados, não só pobres. Além de diversos tipos de delitos, desvios e crimes violentos e letais. Procurar também mecanismo de fomentação do debate e aproximação entre territórios pobres e mecanismos de controle externo da criminalidade, principalmente quando a análise aqui realizada, apresenta que a coesão social percebida, assim como, os fortes laços de solidariedade e os laços de confiança não conseguem se reverter em mecanismos primários de controle informal do comportamento indesejado, principalmente, quando tais agentes fazem parte das mesmas redes de vizinha e parentesco dos demais moradores, ou seja, são nascidos e criados no bairro: filho (a), esposo (a), tio (a), sobrinho (a) etc. dos demais moradores.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2002. p. 84-135.

ANDRADE, Rayane Maria de Lima, **Configurações de Homicídios Dolosos em Pernambuco: Uma Investigação Sociológica**. 2015. Recife. PE. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

A LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO, **Banco Documental Urbanístico**. Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=156>. Acessado em 10 novembro de 2015.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Recife Culturas e Confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911: Natal**; EDUFRN, 1998. 248p.

BARACHO, Maria. Santo Amaro se equilibra entre palafitas e arranha-céus: comunidades pobres da região reclamam de que não estão sendo incluídas nos novos planos de crescimento do bairro. **Diário de Pernambuco**, Vida Urbana, Recife, 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/04/27/interna_vidaurbana,572660/santo-amaro-se-equilibra-entre-palafitas-e-arranha-ceus.shtml. Acessado em 15 dezembro de 2015.

BEATO, Cláudio. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. p. 74-87.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; MARINHO, Frederico Couto; REIS, Ilka Afonso; ALMEIDA, Maria Cristina de Matos. **Conglomerados de Homicídios e o Tráfico de Drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999**. Cadernos de Saúde Pública, vol. 17, n. 5, Set-Out. Rio de Janeiro, 2001.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, 2, 1: 68-80. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf. Acessado em 05/07/2010 às 15h.

BRASIL ARQUEOLÓGICO. **Arqueologia do Forte de Santo Amaro das Salinas**. Disponível em: <http://www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-forte-santo-amaro-salinas.php>> Acessado em 19 de agosto de 2015.

BRASIL. Constituição. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal, 1998. 166p.

CENSO Demográfico, 2010. **Resultados do universo**: características da população e domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso 20 agosto de 2015.

COLEMAN, J. S.. **Foundations of Social Theory**. Cambridge. Harvard University Press, 1990.

CUSTÓDIO, Rosier. **Qualidade de vida e violência no bairro de Santo Amaro**. Recife: Provisual, 2012.

DA CRUZ, Wilson Jose Antônio. **Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em um aglomerado de Belo Horizonte**. 2010. Belo Horizonte. MG. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais.

DA CUNHA, AILTON VIEIRA. **REDES SOCIAIS, EFEITO DA VIZINHANÇA E CRIMINALIDADE: O Capital Social e a Eficácia Coletiva como mecanismos causais da violência urbana**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco.

DA SILVA, Rita de Cácia Oenning; SHAW, Kurt. **Cartografia da Favela: Fortalezas comunitárias para resistir a violência em Recife e Olinda: Florianópolis e Santa Fé; Shine a Light**, 2011. 121 p. Disponível em: <http://cartografiadafavela.blogspot.com.br/2011/10/livro-cartografia-da-favela.html> Acessado em janeiro de 2014.

DE ALBUQUERQUE, A. M. G.; DE ALBUQUERQUE, A. A.; ROMÃO, S. R. L.. Comunicação, Cidadania e Desenvolvimento Local: o protagonismo da Ilha de Santa Terezinha, no Recife. In: **Xxxv Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Esportes da Idade Mídia – diversão, informação e educação**, 2012. Disponível em <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/r7-0709-1.pdf>. Acessado em 20 de dezembro de 2015.

DE BRITO, Débora Cintra Toscano; ZARIAS, Alexandre. Das Expulsões à Legitimidade da Posse da Terra na Ponte do Maduro: encontros e desencontros políticos no Recife. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, v. 25, n. 2, 2015.

DE CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DOWDNEY, Duke. **Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças e violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

FIALHO, Vânia et al. Espaços compartilhados e práticas vividas: cartografia social e espaços de mobilização do bairro de Santo Amaro–Recife/PE. **ILUMINURAS**, v. 16, n. 37.

FOOTE WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

GASPAR, Lúcia. *Santo Amaro (bairro, Recife)*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

GASPAR, Lúcia. Ginásio Pernambucano. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 15 de agosto.

ICHMOND, Matthew; DE DOUTORADO, Estudante. **Efeitos de vizinhança em uma cidade pós-Terceiro Mundo?**. Congresso do ALAS, 2013. Disponível em: http://actcientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT7/GT7_RichmondM.pdf Acessado em 02 de Dezembro de 2015.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

Lei de Uso e Ocupação do Solo – LOUS – 1983, Lei nº 14,511 de 17/11/1983.

LIMA, Cynthia. Virgínia. F. R. C. de. **A Morte e o Morrer: a significação social de homicídios de jovens para seus familiares e amigos no Recife e Região Metropolitana**. 2015. Recife, PE. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pernambuco.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas: O caso do Rio de Janeiro atual**. Caderno CRH, v. 23, n. 59. Salvador, Mai/Ago, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, 2007.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007. p. 139-157.

PAIXÃO, Luiz Antônio. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

PARK, R. E.; BURGESS, E. W. **The city**. Chicago: Chicago University Press, 1925.

PATRÍCIO, Laura Maria Nunes. **Configurações de homicídios praticados e sofridos por jovens no Recife em 2009**. 2012. Recife, PE. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco.

PORTELLA, Ana Paula. **Como morre uma mulher? Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco**. 2014. Recife, PE. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 5, p. 1117-1146, 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Da divisão Territorial**. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/solocapitulo_ii_da_diviso_territori.html Acessado em 20 de agosto de 2015.

RATTON, J.L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. O Pacto Pela Vida e a Redução de Homicídios em Pernambuco. In: **Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras**: edição especial dos diálogos de segurança cidadã. Rio de Janeiro, RJ, Instituto Igarapé. 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>

REINARMAN, Craig; LEVINE, Harry G. Crack in the rearview mirror: Deconstructing drug war mythology. **Social Justice**, v. 31, n. 1/2 (95-96, p. 182-199, 2004.

RIZEK, Cibele Saliba. A cidade e seus temas. **Tempo Social**, v. 13, n. 1, p. 229-236, 2001.

SALDANHA, Ana Mirceia Siqueira et al. **Terceiro setor: um estudo sobre o Projeto Santo Amaro (Recife-PE)**. 2010. 137 páginas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Serviço Social, Recife, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9366>. Acessado 15 de Julho de 2015.

SAMPSON, R. J.; LAURTISEN, J. L. Violent victimization and offending: Individual-, situational-, and community-level risk factors. In: REISS, A. J., ROTH, J. A., MICZEK, K. A. (eds.). **Understanding and preventing violence**. Washington, D.C.: National Academies Press, 1994. v. 3, Social influences, p. 1-114.

SAMPSON, R. J.; WOOLDREDGE, J. D. Linking the micro– and macro–level dimensions of lifestyle-routine activity and opportunity model of predatory victimization. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 3, n. 4, p. 371-393, 1987.

SAMPSON, R. J.; MORENOFF, J. D.; GANNON-ROWLEY, T. Assessing “neighborhood effects”: social processes and new directions in research. **Annual Review of Sociology**, Annual Reviews, n. 28, p. 443-78, 2002.

SAMPSON, R. J. Organized for what? Recasting theories of social (dis)organization. In: WARING, E.; WEISBURD, D. (eds.). **Advances in Criminological Theory**, New Brunswick, NJ: Transaction, p. 95-110, 2002.

SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: testing Social Disorganization Theory. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, v. 94, n.4, p. 774-802, 1989.

SAMPSON, R. J.; STEPHEN, S. R.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of Collective Efficacy. **Science**, v. 277, p. 918-924, 1997.

SANTOS, Hermílio. **Pesquisa Infância e Violência: cotidiano de crianças pequenas em comunidades do Recife Santo Amaro**. Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES-PUCRS): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

SILVA, Braulio F. A. **Desorganização, oportunidade e crime: uma análise “ecológica” dos homicídios em belo horizonte**. 2012. Belo Horizonte, MG. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Vívian; RATTON, José Luiz (Orientador). **Guerra e vida errada: reflexões sobre representações (sociais) da violência urbana, a partir dos relatos de jovens em Santo Amaro**. 2014. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco.

SHAW, Clifford; MCKAY, Henry D. **Juvenile Delinquency and Urban Areas**. Chicago: University of Chicago Press. 1942.

SHAW, Clinfford; ZORBAUGH, Frederick M; MACKAY, Hery D.; COTTRELL, Leonard S. **Delinquency Areas**. Chicago: University of Chicago Press. 1929.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITON, Jan; RIBEIRO; Luiz Cesar (Ed.) **RECIFE: transformações na ordem urbana**. Letra Capital, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmegropoles.net/new/images/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf Acessado em 25 de agosto de 2015.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

TERRITÓRIO SANTO AMARO: patrimônio e potencialidades Fundação Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. – Recife: FUNDARPE, 2010.

THRASHER, Frederic M. **The Gang: A Study of 1.313 Gangs in Chicago**. The University of Chicago Press, January, 1927.

VENKATESH, Sudhir. **Chefe de quadrilha por um dia**. Rio de Janeiro, Tradução: Elsevier, Editora Campus, 2008.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 84, p. 175-196, 2009.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ/Editora Revan, 1994.

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

_____. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007. p. 31-49.

ZILLI, Luís Felipe. **Violência e Criminalidade em Vilas e Favelas dos Grandes Centros Urbanos: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes**. 2004. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais.

ZILLI, Luís Felipe. **O bonde tá formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) da Universidade Federal de Minas Gerais.